

NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/2000 ■ JANEIRO/2001 Nº59 R\$ 8,00

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

NOSSA
HISTÓRIA,
NOSSOS GENES

ELEIÇÕES 2000

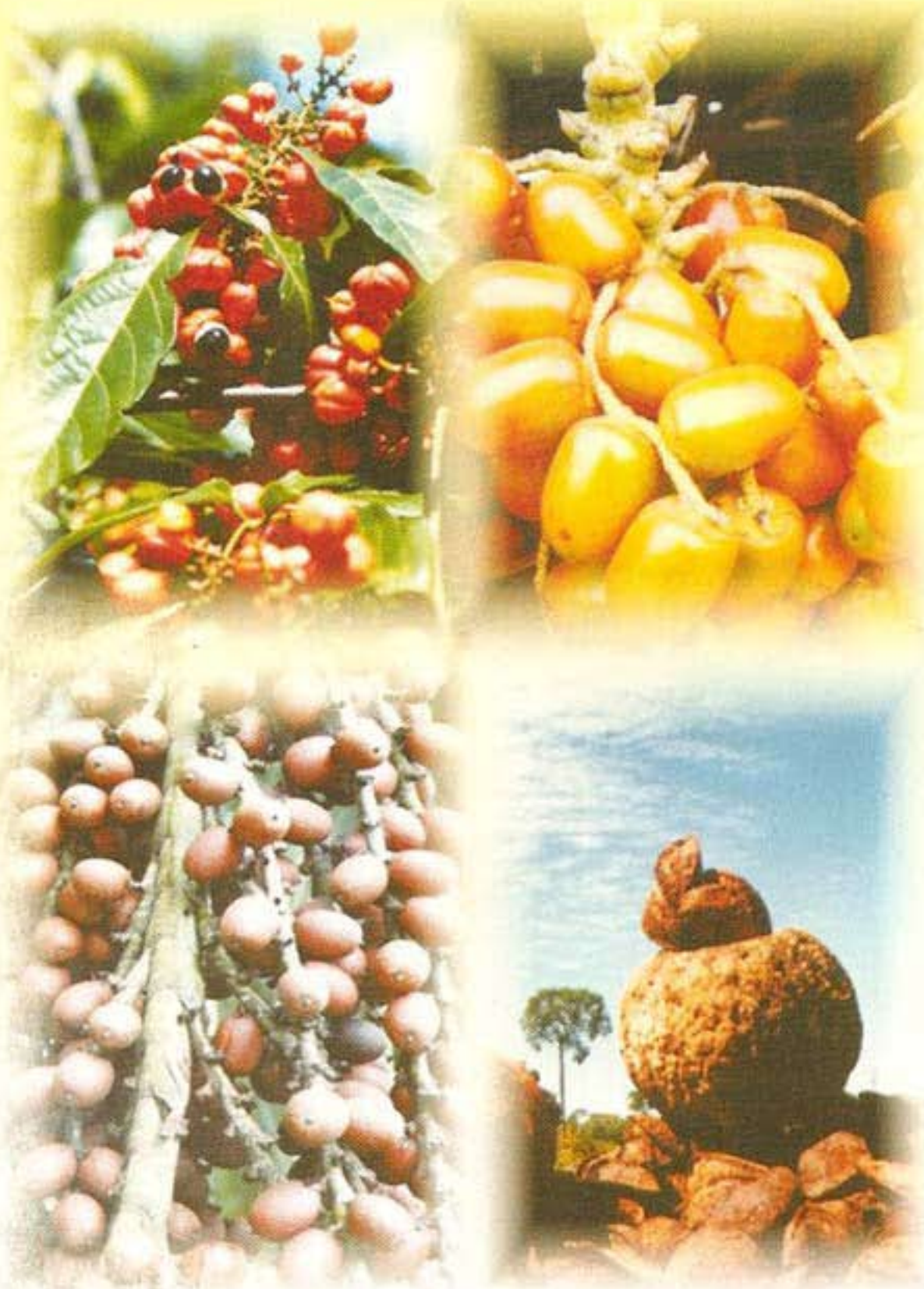
A ECONOMIA E O AVANÇO DA ESQUERDA



Sabor Acreano

Castanha do Brasil,
Açaí, Farinha do Juruá,
Guaraná, Cupuaçu,
Buriti, Pupunha e
outros.

Venha conhecer a
Florestania e as
propostas de incentivos
aos investimentos
sustentáveis.



www.ac.gov.br

Economia dos EUA: da complacência ao pânico

ATÉ HÁ poucas semanas a apologia do capitalismo ancorava-se na crença da mudança de sua natureza cíclica, movida a crises. As catástrofes sociais periódicas provocadas por ele estariam esconjuradas por uma engenharia política e social que pôs ordem nessa natureza anárquica e impetuosa. A prova disso seria a alardeada capacidade de monitoramento das crises, que permitiria desacelerar a economia norte-americana e levá-la ao “pouso suave” necessário para ajustar a “exuberância irracional” (expressão reproduzida pelo presidente do FED, o Banco Central dos EUA, Alan Greenspan) das bolsas de valores com o rés do chão da economia.

Nas últimas semanas de outubro, o otimismo esborrou-se numa onda de dúvidas. A divulgação do índice de 3,9% de desemprego nos EUA em setembro (o menor desde 1970) provocou queda nos índices de Wall Street. O anúncio pelas empresas “ponto.com”, que operam na internet, de lucros menores que o esperado desfez ilusões em torno da chamada “nova economia” e afastaram os investidores.

Isto resulta, para os analistas, de um conjunto de fatores adversos: o aumento no preço do petróleo, ameaça que cresce com a escalada da violência no Oriente Médio e compromete o nível da atividade econômica em todo o mundo, principalmente nos países ricos; a queda nos lucros das empresas nos EUA; o euro desvalorizado, que dificulta a vida das exportações americanas para a Europa – tudo isso levanta dúvidas quanto ao “pouso suave”.

O analista Martin Wolf, do *Financial Times*, prestigiado jornal dos meios financeiros de Londres, diz que a “questão é até que ponto as coisas podem piorar”. Outra revista do grande capital, a norte-americana *Business Week*, reconhece que a prosperidade global encontra-se seriamente ameaçada, e aponta um “cenário de pesadelo”.

A forma dessa ameaça é o fantasma de 1929. Para o economista Robert Shiller, da Universidade de Yale, a crise já começou, e caminha pela mesma trilha de 70 anos atrás. “Em 1929”, diz ele, “a queda definitiva e mais acentuada no preço das ações se deu após um período de dois anos marcado por uma intensa volatilidade. Um processo semelhante parece apenas ter começado nos EUA”. Shiller, que é autor do livro *Exuberância irracional*, lançado nos EUA em abril passado, compara a atual desvalorização das ações ao que ocorreu naquele período de dois anos, quando os títulos negociados em Nova York perderam cerca de 90% de seu valor. Ele não está sozinho neste diagnóstico; Samuel Brittan, do *Financial Times*, também vê um forte paralelo entre os anos 20 e os anos 90.

Os sinais do desconforto são múltiplos. Um deles é a perda, pelo “mercado” (isto é, os especuladores financeiros) da crença na capacidade das empresas americanas se saírem bem em uma eventual queda na atividade econômica mundial, e de sustentar seu desempenho recente. Os dados parecem confirmar esse temor. Robert Shiller diz que, desde 1985, as falências pessoais nos EUA cresceram quatro vezes. Por outro lado, as empresas nunca captaram tantos empréstimos através de títulos lançados no mercado. E seu endividamento é preocupante, alcançando – no segundo trimestre deste ano – 83% do valor do patrimônio líquido, o recorde dos últimos 7 anos. Mesmo setores que, aparentemente, iam bem passam por dificuldades. Um exemplo é o das telecomunicações, este Midas moderno capaz de transformar tudo em ouro e que, na hora do



acerto de contas, descobre-se em dificuldades, depois de ter tomado bilhões de dólares emprestados para financiar sua expansão. A Covad, por exemplo, a maior fornecedora independente de linhas de banda larga para assinantes digitais nos EUA, captou uma fortuna em títulos. Em outubro, anunciou que tomou calote de alguns clientes, e o valor de suas ações na bolsa caiu 60%. No reino “ponto.com”, teme-se que três em cada quatro, entre as 400 empresas que negociam nas bolsas dos EUA, vão desaparecer até 2005. O reflexo disso foi o esgotamento do brilho fugaz do índice Nasdaq, das empresas de alta tecnologia, e que já foi saudado como o novo oráculo do capitalismo, deixando para trás o anacrônico Dow Jones e sua *velha* economia.

Os bancos americanos amontoam perdas. O Bank of America teve uma queda de receita de 15% no terceiro trimestre. No Bank One, de Chicago, os prejuízos foram maiores, de 37% da receita. Motivo: a inadimplência. No Bank of America, o volume de empréstimos vencidos chega a quase 50%! As perdas resultantes de empréstimos feitos por consórcios de bancos norte-americanos cresceram mais de três vezes em 2000, chegando a 4,7 bilhões de dólares.

Os desajustes da economia americana se avolumam, enraizados nas distorções do financiamento de seu crescimento. Para o economista Robert J. Gordon, que foi professor em Harvard e Chicago, o crescimento americano desde 1995 se deve à queda no desemprego, de 5,6 % para 3,9, mas também ao aumento no déficit em conta corrente do país, que atinge cerca de 4% de um PIB de 10 trilhões de dólares.

Outros fatores são apontados por Samuel Brittan, do *Financial Times*, com base em dados do governo dos EUA: o grande déficit no setor público é compensado pelo superávit orçamentário do governo e pela entrada de capital externo. A expansão econômica dos EUA foi acompanhada também por um déficit crescente na balança de pagamentos, superando 4% do PIB, e que é financiado por investimentos externos na forma de carteira de investimento. Se esta fonte de financiamento secar, diz ele, o governo americano precisará desvalorizar o dólar a um nível capaz de atrair fundos especulativos de curto prazo – uma experiência que os brasileiros já conhecem.

O mau desempenho das bolsas de valores é o termômetro dessa realidade, e se espalha pelo mundo criando uma situação de turbulência que ameaça povos e países. As bolsas da Indonésia, Coréia do Sul e Tailândia perderam, neste ano, metade do seu valor em dólares, voltando aos níveis de 1998; no Japão, a perda foi de 25%; no Brasil, Argentina, Chile e Peru, foi de 15%. Após a crise de 1998, a recuperação das bolsas havia afastado a ameaça de desastre. “Agora, porém, os ganhos dessa recuperação foram anulados”, diz o *New York Times*. Em Wall Street, a queda de 3.64% no índice Dow Jones, 12 de outubro de 2000, foi a quinta maior de sua história. O índice Nasdaq, o destaque da mídia há poucos meses, perdeu desde março quase 60%. Somente este ano, as bolsas de valores tiveram perdas estratosféricas, de 5 trilhões de dólares. Isto é, metade do valor de tudo o que se produz nos EUA durante um ano, ou quase dez vezes o PIB do Brasil. É uma situação que *Business Week* descreve perguntando: “Você está ouvindo o estrondo? É o som das bolsas de valores indo água abaixo”.

O capitalismo se move por crises – isto foi descoberto pelos trabalhadores, e pela ciência social, há quase dois séculos. As crises destroem ativos inúteis para a reprodução do capital, não só físicos, como máquinas e equipamentos, ou a força física dos trabalhadores, mas também financeiros, como as ações negociadas em bolsas. A “exuberância irracional” da economia americana é um exemplo. Lá, desde 1994, o índice Dow Jones triplicou, enquanto o PIB cresceu apenas 30%, configurando o afastamento entre a expressão financeira da riqueza (os negócios no mercado financeiro), e a base material onde os bens e serviços são realmente produzidos.

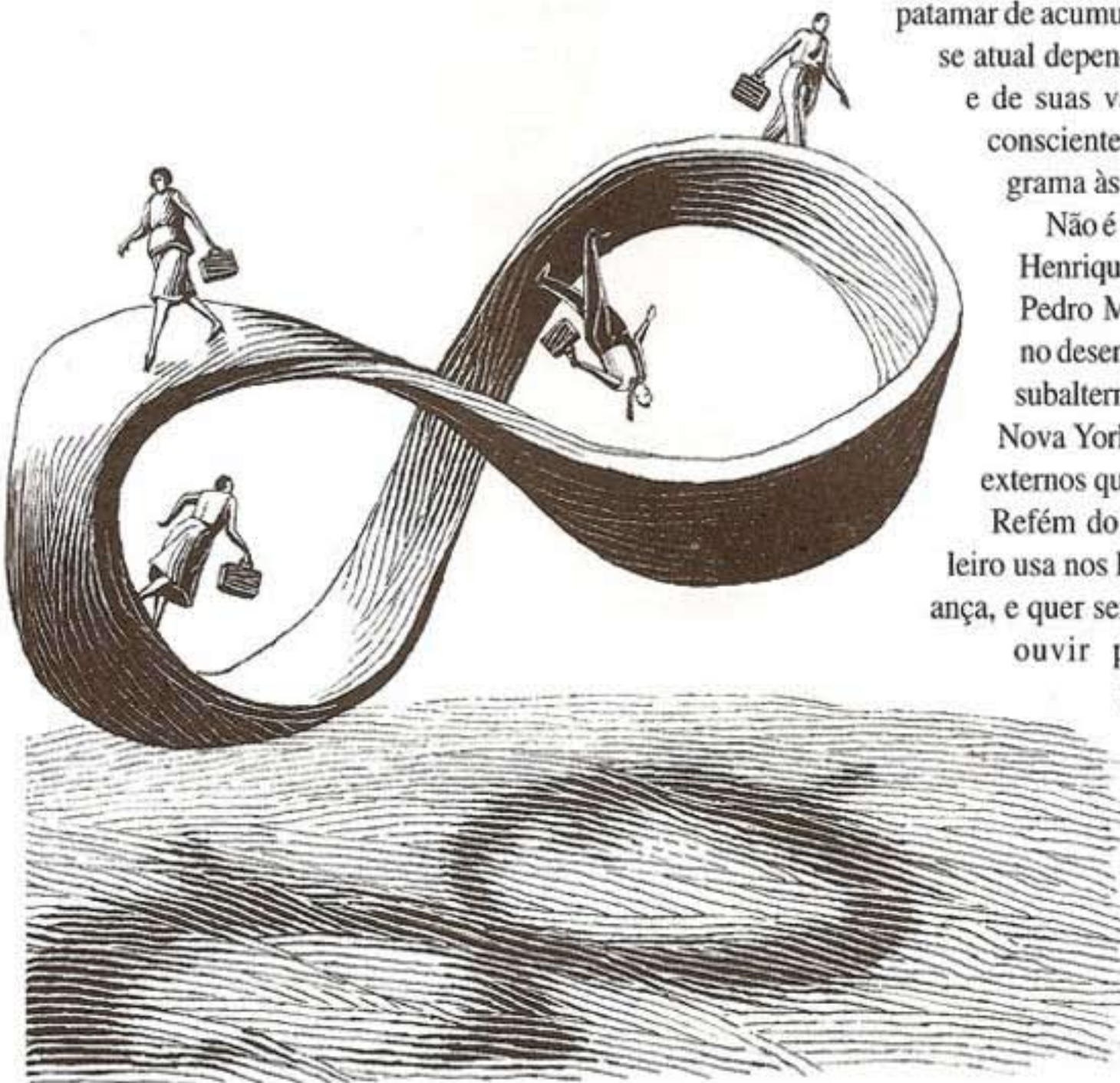
O ansiado “pouso suave” exprime a necessidade, para o capitalismo, de desarmar esta verdadeira bomba sem colocar em risco a manutenção do sistema. Em 1929, o ajuste foi catastrófico; em 2000, os corifeus do capitalismo que já duvidam da capacidade de evitar um desastre semelhante. O consultor Jason R. Trennet, da ISI Group, diz: “Teremos sorte se conseguirmos uma aterrissagem suave”. Para Thomaz MacManus, da Bank of America Securities LLC, a economia americana saiu de um estado de complacência e agora apresenta “os primeiros indícios de pânico”.

*
* *

Esse quadro de dificuldades, e que está em movimento, parece repetir outras conjunturas catastróficas em que o capitalismo, à custa do aprofundamento da crise social e política, rearticulou-se e relançou-se num novo patamar de acumulação. Os rumos que resultarão da crise atual dependem da capacidade dos trabalhadores e de suas vanguardas intervirem nela de forma consciente e organizada, contrapondo seu programa às imposições do capital.

Não é este o caminho do governo de Fernando Henrique Cardoso que, pela voz do ministro Pedro Malan, impotente e incapaz de intervir no desenvolvimento da crise, pôs-se na posição subalterna que lhe restava, e – num encontro em Nova York – pode apenas pedir aos investidores externos que “tenham confiança no Brasil”.

Refém do capital estrangeiro, o governo brasileiro usa nos EUA o pífio recurso do apelo à confiança, e quer ser ouvido. Mas, em Brasília, nega-se a ouvir prefeitos eleitos que exigem a renegociação das dívidas acertadas por administrações neoliberais (como a de Celso Pitta, em São Paulo, ou Luiz Paulo Conde, no Rio) derrotadas nas urnas. Entre o voto e o protesto, o governo de FHC, em sua arrogância, prefere acreditar que tudo continua como antes.



Comissão Editorial



Marta Suplicy: a vitória da esquerda na maior cidade do país

Brasil

O novo quadro político brasileiro

Em meio à instabilidade crescente da economia e do agravamento da crise social, o governo FHC – e sua política neoliberal – foi derrotado nas eleições municipais de 2000.

Renato Rabelo

pág. 8

questão urbana

As cidades sem recursos

Sob a política neoliberal não há saída definitiva para o desemprego, a marginalidade, a violência e os serviços públicos degradados no Brasil urbano.

Inácio Arruda

pág. 16

internacional

Embandeirada com o socialismo, a China entra no século XXI

A China socialista destaca-se pelo excepcional desempenho nas esferas econômica, social e militar.

Haroldo Lima

pág. 22



Maringoni

história do Brasil

Dependência e autonomia (visões do Brasil - final)

A elite optou pelo atraso para manter seus privilégios, obtendo lucros com a dependência externa.

José Carlos Ruy

pág. 28

O Visconde de Mauá e o início da industrialização brasileira (final)

Os fatores da derrocada do império empresarial de Mauá em plena sociedade escravista dependente.

Raul Carrion

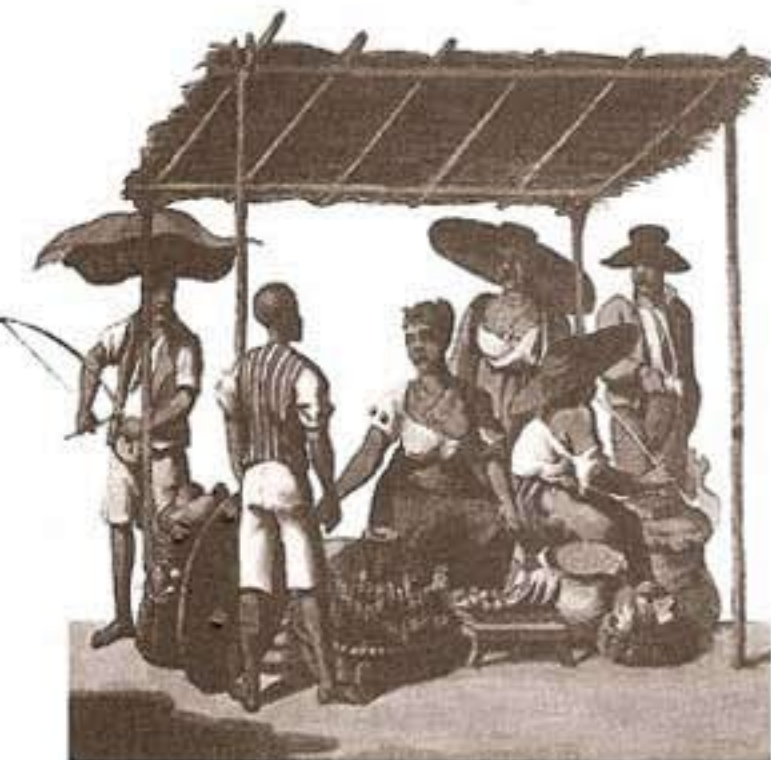
pág. 36

Os companheiros de São Paulo (parte II)

Crônica histórica das lutas dos metalúrgicos do ABC em 1998/99.

Paula Beiguelman

pág. 43



Mercado, de Debret

ciência

Nossa história, nossos genes

Pesquisa feita na UFMG mostra que a mestiçagem, no Brasil, é maior do que se admite, e que mais de dois terços do contingente que se considera branco tem ancestrais negros ou índios.

Verônica Bercht

pág. 50

Ciência e resistência

Palestra do físico, decano da ciência brasileira, na 52ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Brasília.

José Leite Lopes

pág. 58



Nigro



Nossa Senhora do Rosário, séc. XVIII

cultura

“Voto pela aprovação do Projeto Aldo Rebelo”

Parecer da deputada Iara Bernardi (PT-SP), relatora na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara sobre o projeto do deputado Aldo Rebelo em defesa da língua portuguesa.

Iara Bernardi

pág. 62

Mostra do Redescobrimento: cultura brasileira ou culturas brasileiras?

A Mostra, que foi importante momento de reflexão sobre nossos 500 anos, baseou-se numa ideologia equivocada sobre a cultura e a história brasileiras.

Fábio Palácio de Azevedo

pág. 67

O mundo parado: estudo sobre *Caetés*, de Graciliano Ramos

Ensaio sobre esta obra pouco estudada e encarada com reservas por alguns críticos.

Anselmo Pessoa Neto

pág. 75

resenhas

Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil – de 1960 a 2000

pág. 81

Capa: Vermelho, quadro da pintora Carla Amaral

cartas

pág. 82

O novo quadro político brasileiro

RENATO RABELO

Das eleições municipais deste ano surge uma nova correlação de forças políticas favorável à oposição e aos partidos de esquerda, passando assim a condicionar o curso do processo político que culminará na eleição presidencial de 2002

A inter-relação entre as diversas tendências da realidade brasileira condiciona o resultado das eleições municipais deste ano e estas, em consequência, esboçam um novo quadro político em desenvolvimento, passando desse modo a apresentar novos desafios e novas tarefas.

Dependência econômica

A TENDÊNCIA no terreno econômico, já há algum tempo, tem se caracterizado pela questão da dependência do país, que se aprofundou; pela vulnerabilidade da economia, que passou a ser maior; pela precarização do processo econômico; e pela instabilidade, como decorrência de tais fatores.

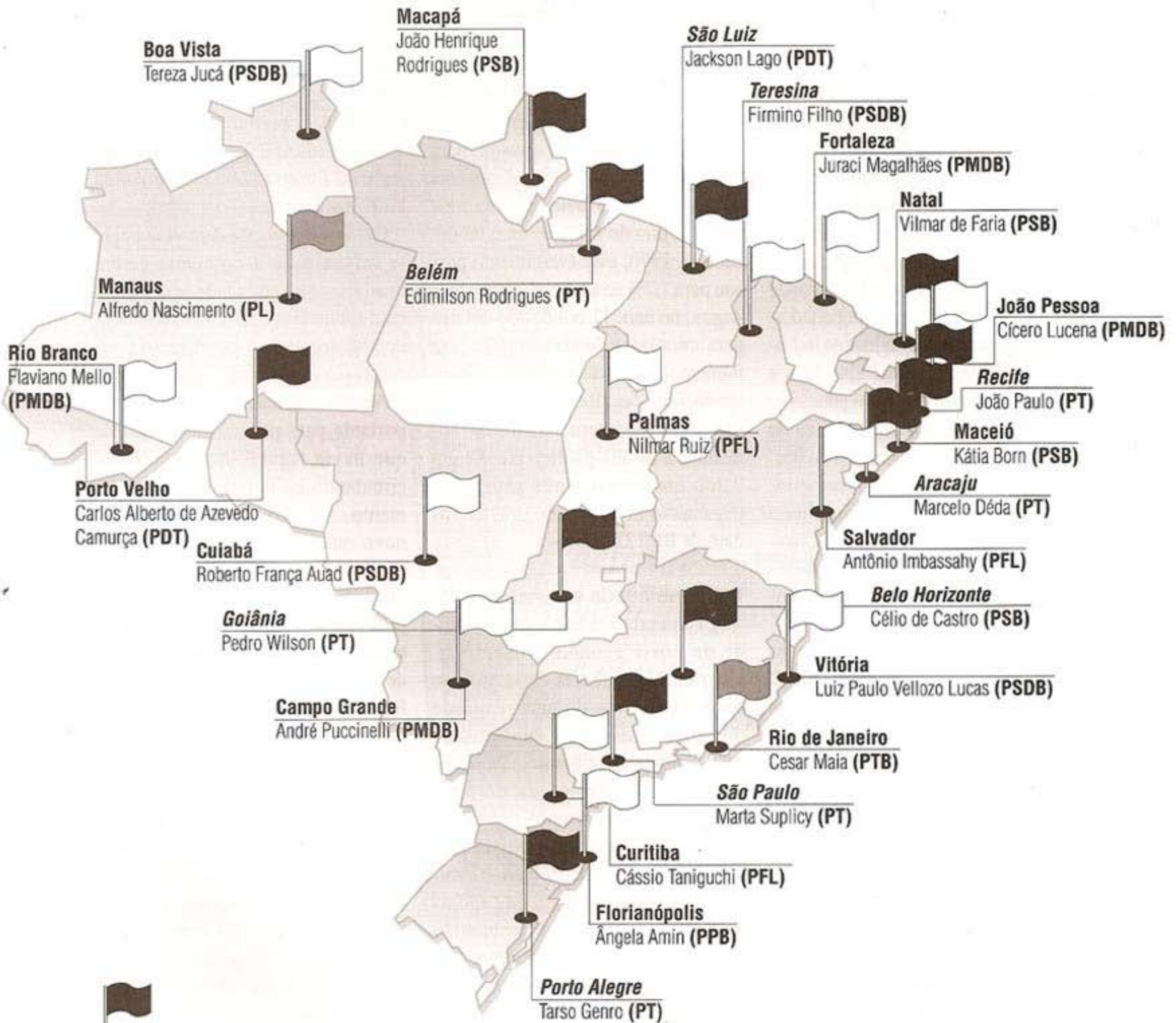
Essas características tendem a se exacerbar pois estão vinculadas à crise estrutural, que se desenvolve. Se tomarmos o exemplo das duas últimas décadas e seus indicadores vemos que

é muito claro tal processo – a média anual do crescimento do PIB nas década de 1980 e 1990 não ultrapassou 2,5%. Este número é irrisório para as necessidades de crescimento real do país e de atendimento às demandas de sua população.

Com a implementação do modelo *neoliberal*, a crise estrutural não foi resolvida e, ao contrário, se aprofundou e se tornou ainda mais aguda, levando o Brasil a uma dependência ainda maior, a uma vulnerabilidade econômica inédita e a uma instabilidade permanente.

Esse modelo conduziu a um aumento do passivo externo líquido (dívida + investimentos estrangeiros – reservas), que já ultrapassa 380 bilhões de dólares (ver matéria de Lecio Moraes na *Princípios* n.º 58), apesar de nossas reservas terem praticamente dobrado em quase cinco anos. Assim, além da dívida que cresce, assumimos uma série de ônus de um contencioso que também aumenta e tende a se agigantar ainda mais: a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Porque, na medida em que a política implementada privatizou estatais e desnacionalizou empresas privadas, a remessa de lucros e dividendos cresce em progressão geométrica. Em 1993, as remessas de lucro ao exterior foram de 1,8 bilhões de dólares. Desde então este número tem aumentado. Em 1994, foi de 2,5 bilhões de dólares; em 1999, mais que dobrou, alcançando 5,5 bilhões. Nos últimos cinco anos, só em remessa de lucros, o país gastou 21,8 bilhões de dólares, e a situação pode piorar muito.

O mapa político das capitais



-  Partidos de oposição
-  Partidos de oposição conservadora
-  Partidos aliados de FHC

A Sobeet (Sociedade Brasileira para Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica) prevê que, em 2000, chegue a 6 bilhões, rumo a uma média anual, a médio e longo prazos, de 8 a 10 bilhões de dólares. Isso deve ser somado ao processo que nos obriga a pagar juros e o principal de uma dívida externa ascendente.

As iniciativas do governo para aumentar as exportações esbarraram num impasse. Hoje, no mundo globalizado, a exportação só cresce se houver também o aumento das importações pois, para poder exportar, o país depende cada vez mais dos insumos importados, uma vez que o desenvolvimento industrial brasileiro está muito vinculado a insumos produzidos fora do país.

Por isso, devido à dependência de nossa economia, não será fácil ao Brasil conseguir um superávit comercial, situação agravada porque muitos investimentos estrangeiros, nesse período de vigência do neoliberalismo, não foram feitos para aumentar as exportações ou expandir a capacidade produtiva, mas apenas ocupam a capacidade já instalada. São investimentos que se concentram mais no setor de serviços e produtos “não exportáveis”. Isso impede que o almejado superávit comercial possa ser alcançado. Originalmente o governo pretendia um superávit de US\$ 5 bilhões, no mínimo. Mas tudo indica que a balança comercial será mais uma vez deficitária ao final de 2000, impedindo mais ainda a diminuição do passivo externo líquido.

Esses são, em resumo, alguns elementos para caracterizar o que chamamos de crise estrutural. O centro da crise é esse passivo externo líquido – e não apenas a dívida externa, pública e privada. A dívida externa ainda compõe a maior parte desse passivo. Em 1990, a dívida externa do país era de 123 bilhões de dólares; em dez anos, ela aumentou para 241 bilhões – dobrou, portanto. Na década de 1980, a dívida externa cresceu ao ritmo de 6,7% ao ano; na década de 1990, esse crescimento passou para 7,7% ao ano; em 1995, o país pagou, no ano, 11 bilhões de dólares para amortizar a dívida; em 1999, esse número foi mais de quatro vezes maior: 48,7 bilhões. Reflexo dessa situação, pelo lado interno, o governo aumentou a dívida pública interna em 716% em apenas cinco anos, com pagamento de juros em 1999 de ordem de R\$ 127 bilhões.

Vulnerabilidade e instabilidade

A vulnerabilidade e a instabilidade de nossa economia decorrem, além da dependência crescente, de fatores objetivos de uma realidade dita *globalizada* e da aplicação de uma política neoliberal. Assim, diferentemente da década de 80 – quando a relação com o capital financeiro era diferente, existiam controles e regulamentação para o capital financeiro externo –, os capitais que hoje entram no país, sobretudo em aplicações com juros altos, permanecem aqui à medida que estão

ganhando, mas no instante em que perdem essa perspectiva, saem imediatamente. É a livre circulação dos capitais. Não há controle cambial, nem a anterior compartimentação, gerando maior vulnerabilidade em nossa economia. Agravando-se tal situação por que, nessa fase de globalização, sobretudo na década de 90, a realidade é de maior instabilidade da própria economia mundial globalizada.

Como o Brasil está demasiadamente subordinado à economia globalizada, essa instabilidade se desdobra com muita força sobre a nossa economia, deixando o país sujeito a sucessivas crises.

A crise mexicana de 1996 foi importante para pulverizar a idéia de que havia capital em abundância circulando no mundo para investimento. A partir dela, gerou-se um novo quadro, o da escassez desse capital. O governo de FHC e seu plano fizeram o Brasil entrar nesse processo com atraso, no momento em que já havia diminuído a oferta de capital, que no período anterior fora abundante.

O plano do governo nasceu congenitamente defeituoso, pois raciocinava com os termos do cenário anterior, não daquele que se configurou após a crise do México: capital menos abundante e mais caro. Após a corrida chefiada pelos Estados Unidos para salvar o México, com um breve intervalo de calma, estourou a crise da Ásia, que sacudiu profundamente o cenário econômico mundial, pois se tratava de uma região que vinha de grande fase de desenvolvimento. Depois veio a crise da Rússia e – na sequência – a do próprio Brasil, em janeiro de 1999. Essas sacudidas mostram que, inseridos de forma dependente e subordinada, sofremos fortemente com a instabilidade em todos

*A economia brasileira
está sujeita às variações da situação
nos EUA, à crise na Argentina
e ao preço do petróleo*

A OPOSIÇÃO PASSA A ADMINISTRAR 18 GRANDES CIDADES

MUNICÍPIO	PIB (R\$)	RECEITA (R\$)	HABITANTES
Aracaju (SE)	2,2 bilhões	109 milhões	428 mil
Belém (PA)	7,6 bilhões	228 milhões	1 milhão
Campinas (SP)	7,5 bilhões	496 milhões	908 mil
Caxias do Sul (RS)	2,1 bilhões	96 milhões	325 mil
Diadema (SP)	2,7 bilhões	158 milhões	323 mil
Goiânia (GO)	6,4 bilhões	272 milhões	1 milhão
Guarulhos (SP)	6,2 bilhões	431 milhões	972 mil
Londrina (PR)	2,06 bilhões	106 milhões	421 mil
Maringá (PR)	1,4 bilhão	75 milhões	267 mil
Mauá (SP)	1,01 bilhão	135 milhões	342 mil
Olinda (PE)	1,02 bilhão	63 milhões	360 mil
Pelotas (RS)	1,2 bilhão	53 milhões	307 mil
Piracicaba (SP)	2,1 bilhões	102 milhões	302 mil
Porto Alegre (RS)	13,1 bilhões	536 milhões	1,2 milhão
Recife (PE)	8,2 bilhões	426 milhões	1,3 milhão
Ribeirão Preto (SP)	3,5 bilhões	210 milhões	456 mil
Santo André (SP)	3,7 bilhões	424 milhões	624 mil
São Paulo (SP)	114 bilhões	5,3 bilhões	9,8 milhões

os casos, e que nossa economia ficou muito mais vulnerável e instável.

Agora, estamos sujeitos à crise advinda de variáveis como a economia dos Estados Unidos, o preço do petróleo e a situação da Argentina. O quadro da economia norte-americana, o centro de todo o modelo vigente, preocupa os analistas. Pergunta-se se haverá uma "aterrissagem" suave ou não de seu processo recente. O problema do petróleo, cujo preço tende a aumentar por um problema estrutural, também traz insegurança e pode interferir no dólar e nos juros, pois a economia norte-americana depende muito desse insumo.

Tais fatores de instabilidade podem fazer com que suas conseqüências ar-

rebentem sobre os elos mais fracos dessa cadeia. A Argentina, por exemplo, pode estar a caminho dessa perturbação econômica. E por estarmos muito vinculados à economia vizinha – não só pelo Mercosul, mas pelo fato de a Argentina ser um tipo de economia estreitamente vinculada à economia global por políticas como o "conselho da moeda" e ancoragem (até mesmo constitucional) do peso ao dólar – podemos sofrer com a vulnerabilidade da economia portenha. A Argentina tende a perder o fôlego na corrida em busca de uma produtividade semelhante à das economias em que sua moeda se encontra ancorada. Porque, para ter sua moeda estancada a outra, uma economia pre-

cisa ter uma produtividade e competitividade que cresçam de forma semelhante àquela em que a moeda foi ancorada. Se vai se tornando defasada, terá de – necessariamente – desvalorizar a moeda. Como a Argentina engessou seu câmbio, tende ou a desvalorizar mesmo, ou então a dolarizar a economia, abrindo mão da própria moeda. Assim, o que era dependência passa a ser anexação – a renúncia completa à soberania. É esse o impasse vivido pelos argentinos – a situação mais grave dentre as economias medianas do mundo.

Uma forte instabilidade é a principal característica da situação mundial na atualidade. O ciclo de altos e baixos envolvendo o dólar, o iene e o

euro é reflexo dos desequilíbrios existentes entre os Estados Unidos, Japão e Europa. Os Estados Unidos transformaram-se em refúgio dos capitais internacionais, tornando-se uma grande praça do capital especulativo. Também o seu crescimento perde vigor. A economia é dinamizada pela alta febre das bolsas e estas passam por uma fase de intensa volatilidade, demonstrando sintomas de uma crise maior em curso. Mas quem pagará pela reversão que venha a acontecer? No horizonte é visível a tendência de desaquecimento econômico e até recessão. A insegurança leva à maior desigualdade no quadro da globalização. Não é apenas a periferia, mas o próprio centro da economia mundial que está em questão.

Tendência para o agravamento social

A influência dessa situação econômica na realidade social projeta uma tendência de contínuo agravamento. O Brasil já apresentava um quadro de acentuada desigualdade social, que é uma das piores do mundo. Aqui, 50 milhões de pessoas vivem com menos de dois dólares por dia. Dados do Banco Mundial mostram que, enquanto os 20% mais ricos da população brasileira detêm 64,2% da renda, os 20% mais pobres ficam com apenas 2,5%. Isto significa que, na média, cada indivíduo, entre os mais ricos, tem uma renda 26 vezes maior do que cada indivíduo entre os mais pobres. O Brasil é lanterninha, entre os países do mun-

do, nesta matéria. Comparando apenas com os países da América Latina, o Brasil perde para Argentina, México, Venezuela, Antígua, Barbuda, Dominica, Chile, Uruguai, Suriname e Colômbia (dados do PNUD/2000). No mundo, só estão em situação pior países como a República Centro Africana, a Jamaica e Serra Leoa.

Com a política neoliberal, onde tudo é definido pelo mercado e o papel do Estado é secundário, o aprofundamento das desigualdades ocorre com mais intensidade. O mercado, necessariamente, polariza, gerando concentração de riqueza num lado e amplia a pobreza no outro, pois faz parte da lógica do sistema capitalista que mais capital concentre ainda mais capital. Não é por acaso que, nas origens do capitalismo, deixando o mercado fluir, surgiram os monopólios. Hoje o que existe na economia globalizada é um mercado dividido entre grandes monopólios, e a concentração e centralização de capitais se dá entre megamonopólios em escala nunca vista na história do capitalismo.

A disputa entre os megamonopólios no mundo atual se dá pela busca de fatias acima de 40% de controle de setores econômicos do mercado mundial. Quem não atinge tais graus de monopólio desaparece; as fusões e megafusões ocorrem para ocupar fatias ainda maiores. Nesse contexto de maior concentração e centralização da riqueza, a desigualdade se aprofunda ainda mais.

O desemprego e a regressão da massa salarial agravam as desigualdades

No Brasil, onde as discrepâncias já eram acentuadas, esse processo de concentração se agudizou, levando a uma realidade de exclusão social inédita. As contradições se acumulam, refletindo-se no crescimento da violência, e dividem virtualmente o país em duas sociedades, que podem entrar numa espécie de "guerra civil" não declarada, marcada por manifestações espontâneas de revolta. Na periferia das grandes cidades vai se conformando uma sociedade organizada, com formas e normas próprias – por ser uma sociedade à margem da lei, é caracterizada como a do "crime organizado". Ela se choca contra a outra, a sociedade "rica", alvo de assaltos. Trata-se de tirar daquela que realça os benefícios de uma melhor sorte no processo de concentração da riqueza. A violência se manifesta também no seio da própria sociedade ilegal, onde disputas motivadas por carências fazem vítimas em números que assustam os estrangeiros por serem superiores aos dos locais onde há guerras e guerras civis de longa duração.

Esse processo de deterioração da vida dos brasileiros, consequência das desigualdades, acelera a deterioração do tecido social. A propaganda do governo anunciou um atenuamento dessa situação no início do Plano Real, mas ele foi passageiro, e a degradação voltou de forma mais dramática, e agora se radicaliza em ritmo mais acelerado do que o da fase anterior ao plano de FHC. Mas mesmo naquele período do início do Plano Real a massa salarial diminuiu, o desemprego foi aumentado e o governo promoveu o congelamento dos salários, situação indicada por todas as pesquisas sobre a distribuição de riqueza no Brasil, fato reconhecido pelos próprios economistas do governo.

O resultado das eleições municipais

aponta a vitória dos partidos

oposicionistas e a derrota do governo

FHC e sua política

Assim, no plano social temos dois graves problemas que acentuam as diferenças sociais, e empobrecem a população – e a tendência é a de seu contínuo pioramento. O primeiro é o desemprego, que é estrutural, embora tenha aspectos conjunturais e com isso possa variar um pouco. O segundo é a regressão da massa salarial, resultado da contenção dos salários e da pressão do desemprego. Esses fatores fazem a renda do assalariado cair. Não só a massa salarial cai relativamente como também os salários estão quase-congelados, enquanto a inflação, mesmo menor, continua. Há picos de inflação e o próprio Dieese acha que o número mais correto seria maior de 10% para este ano, ao passo que os salários só conseguem – quando conseguem – reajustes de não mais de 3%, confirmando uma defasagem salarial. Os funcionários públicos federais estão há mais de seis anos sem aumento. Esse processo se acumula e provoca a diminuição da renda dos assalariados brasileiros que, somente em 1999, sofreu uma diminuição de 5%, como reconhece a *Folha de S. Paulo*.

O governo ensaiou recentemente o anúncio da retomada do crescimento baseado em dados como o aquecimento da venda de produtos como telefone celular de última geração e carro importado; isso decorre da existência, no país, de uma camada que concentra a riqueza. Mas a venda para a grande massa que compra produtos essenciais – sobretudo alimentos e vestuário – caiu em torno de 2% nos últimos 8 meses, demonstrando que o poder aquisitivo da maioria da população caiu. Aquele setor que cresceu se deve também à maior facilidade de crédito para quem tem renda – para a camada que concentra a riqueza.

O quadro político atual

Tudo isso se reflete no plano político e cria o que o PCdoB já afirmava em seu IX Congresso: vai se for-



Luciana Santos (PCdoB) e João Paulo (PT): vitórias em Olinda e Recife

mando uma realidade política instável e inconstante, como produto da deterioração da vida econômica e social do país; até mesmo com a perda de prestígio do presidente da República e o esgotamento desse modelo em curso. Remando contra a maré, o governo e seus porta-vozes buscam transmitir otimismo e um clima de que as coisas estão para melhorar.

Uma demonstração da insatisfação e desconforto da população perante a política neoliberal de FHC

– que vem aguçando substancialmente a crise social nos centros urbanos – é o resultado do primeiro turno das eleições de 1º de outubro. A abstenção foi pequena, 14,5%, assim como os votos em branco ou nulo. A participação popular foi expressiva e representou um avanço das oposições.

Boa parte dos candidatos – em especial os comunistas – fez campanhas politizadas, criticando a visão “administrativa” das eleições e enfatizando a necessidade do voto em lideranças

políticas que enfrentem o projeto neoliberal. As forças da situação perderam. A política de Fernando Henrique foi derrotada.

Em resposta, o governo acionou seus analistas e os meios de comunicação para divulgar a opinião de que não existiram “vencidos ou vencedores”, de que a eleição não foi “federalizada”. Isso deve ser desmascarado. O presidente Fernando Henrique Cardoso participou ativamente da campanha: adiou novos reajustes no preço dos combustíveis, fez demagogia com o FGTS, acionou ministros para apoiar candidatos situacionistas. Participou pessoalmente e utilizou a máquina federal na campanha, fato denunciado até pelo presidente do Senado, mas foi derrotado!

No primeiro turno das eleições, nas grandes cidades, a oposição teve a maioria dos votos, e cresceu 38% em relação à eleição municipal de 1996. Das 57 cidades com mais de 200 mil eleitores – as cidades que formam opinião –, que detém 1/3 do eleitorado, o PT foi o partido que mais cresceu, com 7,2 milhões de votos (quase 30% do total); em seguida vieram o PSDB, com 4,5 milhões, e o PFL, com 4 milhões. São dados que indicam uma tendência de crescimento oposicionista: parcela significativa do eleitorado votou contra a política federal.

O resultado do segundo turno das eleições realizadas em 29 de outubro foi ainda mais significativo em relação à derrota dos partidos governistas (PSDB, PFL, PMDB) e à vitória dos partidos oposicionistas (PT, PDT, PSB, PPS e PCdoB). Estes conquistaram as prefeituras de 20 dos 31 grandes mu-

nicípios onde houve segundo turno. E no conjunto das 57 cidades com mais de 200 mil eleitores, a oposição foi vitoriosa em 27, o que corresponde a um total de 19 milhões de eleitores. Mesmo a vitória de César Maia, no Rio de Janeiro, foi concretizada fora do campo situacionista.

Dentre as forças oposicionistas os partidos de esquerda obtiveram a maior vitória. Mais especificamente o PT alcançou o maior resultado, elegendo 187 prefeitos (correspondendo a quase 20% da população), incluindo-se nesse total seis capitais de estados e a maior cidade do país, São Paulo.

No segundo turno das eleições, diante do crescimento das forças de esquerda, os partidos de direita foram buscar no baú da luta anticomunista do início da década de 60, “argumentos” para intimidar e atemorizar a população simples e menos informada, visando – desesperadamente – a reverter a situação em seu favor. A intolerância, o preconceito e os métodos de cunho fascistas passaram a nortear as campanhas dos partidos conservadores. Porém, o resultado eleitoral demonstrou que uma parcela crescente do povo não se confunde mais com o conto da satanização das forças de esquerda e comunista.

Após o segundo turno, mais uma vez, o presidente da República e representantes das forças da situação procuraram diminuir o alcance da vitória oposicionista. Afirmaram que o resultado demonstrou “equilíbrio de forças”; que “não esteve em jogo a política nacional”. Ou a utilização de insinuações torpes, creditando a vitória petista à sua

“transformação” em “partido cor-de-rosa” – velho expediente dos grupos dominantes visando a “domesticar” os partidos considerados radicais.

Pode-se concluir do resultado de conjunto das eleições municipais deste ano que surge uma nova correlação de forças políticas favorável à oposição e aos partidos de esquerda, passando assim a condicionar o curso do processo político que culminará na eleição presidencial de 2002. O PSDB ficou reduzido às pequenas e médias cidades. O PFL perde duas capitais importantes: Rio de Janeiro e Recife. O PMDB, na maior parte, fica limitado aos pequenos municípios. Os partidos de esquerda, por sua vez, ganham nas grandes cidades e conquistam a maior parte do eleitorado dos centros mais importantes.

Uma primeira consequência das eleições deste ano foi a demonstração do grau de desgaste do modelo neoliberal dominante. No campo governista muitas vezes já clamam por “ouvir a voz das urnas”, por “uma política pública e social”. E ainda que a “esquerda capitalizou o descontentamento da população”. Outra consequência pós-eleitoral é o acirramento da disputa pela Presidência de República em 2002. Reascende no seio da base de sustentação do governo a disputa pela hegemonia da condução do processo sucessório. Fernando Henrique e seu partido, o PSDB, buscam meios para dominar o curso da sucessão presidencial, enquanto o PFL pretende para si essa posição dirigente, sobretudo o atual presidente do Senado – a liderança pefelista que sai mais fortalecida nestas eleições. E o PMDB ainda procura uma definição quanto ao rumo a seguir na sucessão de FHC. A contenda que se estabeleceu no âmbito situacionista pela conquista das mesas da Câmara Federal e do Senado passa a sofrer o reflexo desse novo

*No campo governista,
há quem queira, agora,
“ouvir a voz das urnas”*



Comemoração da vitória do segundo turno em São Paulo


quadro que desponta após este pleito e, por conseqüência, a ocupação de melhor posição para o embate eleitoral de 2002.

No campo oposicionista as diversas forças apresentaram-se divididas no primeiro turno e enfrentaram dificuldades para garantir a unidade em algumas cidades onde ocorreu o segundo turno. Nessas eleições o PT se consolidou como a principal força condutora da disputa à sucessão presidencial dentre as forças de oposição. Entretanto, em conseqüência das divergências políticas que persistem, é possível o desenvolvimento e o surgimento de outros pólos, visando a aglutinar forças no âmbito oposicionista para a disputa de 2002. O maior desafio para as lideranças da oposição ainda se concentra na tarefa de redefinir e recompor uma ampla frente política capaz de garantir as condições para derrotar o governo neoliberal.

Participação comunista nas eleições 2000

O PCdoB teve uma participação ousada nestas eleições municipais. Lançou 26 candidatos a prefeito e 46 a vice-prefeito. Desenvolveu uma política mais ofensiva de alianças, inclusive em torno de lideranças comunistas. Não foram estabelecidas metas partidárias para o Executivo municipal, mas os resultados foram bastante positivos, tendo sido eleita a primeira prefeita comunista, depois do atual período de legalidade, de uma cidade de porte médio, que sedia importante patrimônio cultural brasileiro. Foram eleitos também sete vice-prefeitos, sendo dois em capitais de estados. A bancada de vereadores teve um crescimento de 60%, sendo eleitos 18 vereadores em 13 capitais.

As alianças realizadas pelo PCdoB no processo eleitoral, buscando a unidade oposicionista, mostraram-se cor-

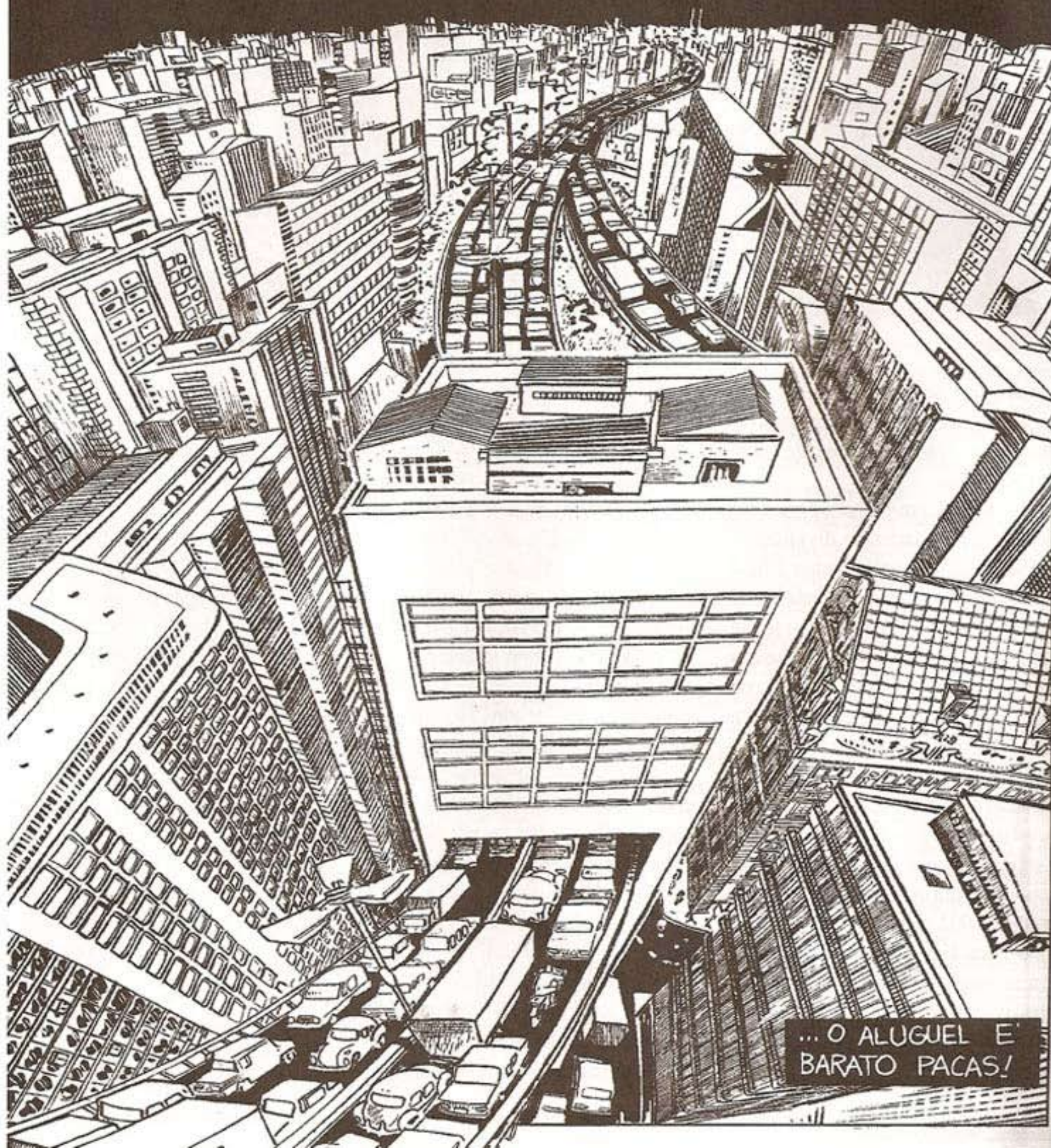
retas. As principais alianças foram realizadas com o PT. Desse modo, o PCdoB poderá assumir responsabilidades de governo municipal com aquele partido em várias cidades. Mais ainda, o PCdoB volta a ter uma bancada de 10 deputados na Câmara Federal, com a posse de três suplentes que ocuparam as vagas deixadas por deputados federais do PT, eleitos prefeitos. O Partido deve levar em conta esse resultado para trazer mais militantes para as fileiras partidárias, realizando filiações de qualidade. A realização de alianças amplas, em torno de uma plataforma comum, com o Partido mantendo sua independência, a defesa de suas bandeiras próprias e sua ligação e intervenção no movimento social e de massas tem sido uma política correta, na qual deve perseverar. 

Renato Rabelo é vice-presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

As cidades sem recursos

INÁCIO ARRUDA

A garantia dos compromissos com os agiotas internacionais pelo governo de FHC causa o corte dos investimentos necessários para a solução dos graves problemas urbanos



... O ALUGUEL É BARATO PACAS!

É relevante reconhecer a atualidade da questão urbana no Brasil e buscar soluções. Esta é uma antiga aspiração da sociedade organizada. É preciso agir, urgentemente, para recuperar nossas cidades e torná-las dignas para suas populações.

NAS ÚLTIMAS duas décadas, a urbanização no Brasil tem se processado de forma extremamente acelerada. Enquanto em 1975 cerca de 61,15% da população morava em núcleos urbanos, em 2005 as previsões indicam que 81,21% estarão nas cidades. Esse processo ocorreu com as seguintes características:

- crescimento desordenado e fisicamente concentrado;
- ausência de planejamento e padrões atrasados de gestão;
- demanda não atendida por serviços;
- rápida obsolescência da estrutura física existente; e
- degradação ambiental.

Esse processo de urbanização não tem sido efetivamente considerado pelo governo central nas decisões das políticas macroeconômicas. As transformações na dimensão espacial do desenvolvimento econômico contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e cidades brasileiras. Assim, surgiram os “núcleos de prosperidade” em algumas regiões, onde o crescimento populacional é mais elevado, provocando o fenômeno de expansão urbana com a intensa formação de regiões metropolitanas.

Os investimentos públicos têm se caracterizado por privilegiar esses espaços dinâmicos, acentuando as tendências de concentração demográfica nas áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, reforçando os desequilíbrios da rede urbana e agudizando os problemas sociais, urbanos e ambientais dos grandes centros – visto que estes investimentos não levam em conta os danos decorrentes.

Para reverter esse processo, faz-se necessária uma profunda reformulação nas políticas públicas de intervenção no território, considerando o uso e ocupação do solo urbano, os serviços de infraestrutura urbana, o acesso à moradia, aos serviços básicos de educação, de saúde, as condições de emprego, de lazer e de habitabilidade das cidades.

As atuais políticas de uso e ocupação do solo têm privilegiado objetivamente a especulação imobiliária e a degradação ambiental. Urge promover a urbanização das ocupações com o reassentamento da população localizada em áreas de preservação e de risco, a preservação e ampliação de áreas verdes, a ampliação e equipagem dos espaços públicos, a ampliação e preservação das vias de acesso e trânsito dos pedestres, a adequação e ampliação da malha viária urbana para tráfego prioritário do transporte público, a criação e ampliação de ciclovias, a adequação e aperfeiçoamento dos serviços básicos de saneamento.

A ocupação de áreas públicas – principalmente ao longo de rios, córregos e encostas – pela população pobre, excluída do seu direito à cidade pelo preço elevado da propriedade da terra urbana, cria a *cidade ilegal*, sem infraestrutura e com riscos de tragédias diversas – alagamento, deslizamento e proliferação de doenças, entre outras.

A falta de planejamento nas políticas públicas de geração de emprego tem provocado competição entre as cidades brasileiras pela cri-

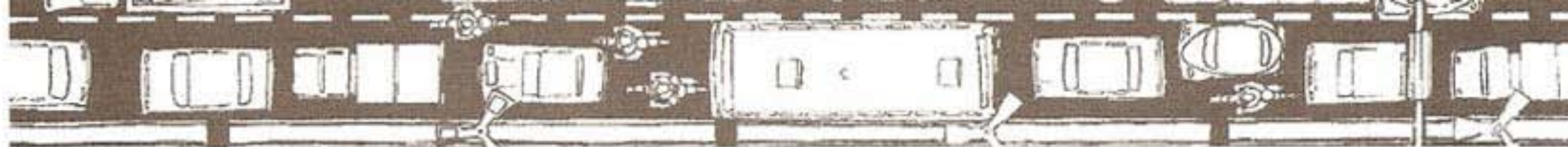
ação de empregos industriais. Para enfrentar essa competição, as prefeituras têm renunciado à cobrança de impostos, agravando seu desequilíbrio orçamentário e privando as cidades de investimentos na infraestrutura urbana e custeio de serviços essenciais como saúde, educação e habitação.

Para que não seja perpetuado esse modelo de desenvolvimento urbano, urge que as cidades tenham planos diretores estratégicos, promovendo mecanismos de reservas territoriais para áreas verdes, limitando a abertura de novos loteamentos, combatendo a existência de lotes urbanizados sem aproveitamento, e adequando o sistema viário ao transporte público de massa. A ausência de políticas integradas, de orientação téc-

POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO BRÁSIL DE 1940 A 2025 (EM PORCENTAGEM)

ANO	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA
1940	68,8	31,2
1950	63,3	36,2
1960	55,3	44,7
1970	44,1	55,9
1980	32,4	67,6
1990	26,1	73,9
2000	21,0	79,0
2010	17,4	82,6
2020	14,9	85,1
2025	14,1	85,9

Fonte: FIBGE, 1940-1980. FIBGE – CELADE, 1990-2025



TAXA DE URBANIZAÇÃO POR REGIÃO

	TOTAL DA POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO
Brasil	157.079.573	1,4	78,4
Norte	11.290.573	2,4	62,4
Nordeste	44.768.201	1,1	65,2
Sudeste	67.003.069	1,4	89,3
Sul	23.516.730	1,2	77,2
Centro-Oeste	10.501.480	2,2	84,4

Fonte: Contagem da População em 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 1

nica eficiente e de imposição de normas adequadas têm gerado centros urbanos que, a curto prazo, repetirão os problemas das cidades mais densas.

A lógica da divisão social do trabalho sob o signo da desigualdade e da acumulação do capital, e modernamente sob a gestão neoliberal, ignora que a cidade deve ser um espaço de vida e harmonia, delimitado em seu crescimento. Essa lógica traz consigo o fenômeno da acumulação que dispensa os fatores capital e trabalho, definindo a função da propriedade na perspectiva da geração e multiplicação do fácil lucro imobiliário desde a ação do Estado – que, ao beneficiar com equipamentos públicos as terras urbanas monopolizadas, agrega valor especulativo e fantástica riqueza para os grandes proprietários.

Esse modelo atrofia o papel da cidade contemporânea pois, conduzido pela economia de mercado, instala a barbárie na forma ascendente do desemprego, da marginalidade, da violência, da destruição ecológica e dos símbolos culturais, na forma do desmoronamento da construção social coletiva.

Os efeitos sistemáticos da inversão populacional entre o campo e a cidade trazem, entre as suas seqüelas, resultados que superam guerras como a do Vietnã: cidades como São Paulo e o Rio de Janeiro assassinaram, entre 1989 e

para o exército de reserva de mão-de-obra, inicialmente, as periferias constituíram, em poucas décadas, o reduto que mescla trabalhadores e marginais, sempre separados em sua condição social por uma frágil linha divisória. Os presídios e FEBEMs constituem hoje escolas de criminalidade de excluídos sociais e não suportam mais as populações carcerárias, transbordando de volta para a sociedade a nefasta obra do capitalismo: a barbárie.

No mesmo contexto de São Paulo, o Rio de Janeiro, de “cidade maravilhosa” transformou-se no território exemplar da guerra civil não-declarada: em suas favelas, a ação institucional é impenetrável e o comando soberano da população é exercido por núcleos do narcotráfico.

Nesse ambiente é posto o limite e o alcance da via legislativa para a resolução de vultosos problemas. Portanto, a estrita questão da política urbana deve ter princípios norteadores e normas básicas edificadas a partir da discussão com a sociedade – organizações e lideranças populares, especialistas, parlamentares, etc – para que se torne vinculada ao processo social que gera transformações.

Desse modo, cumprindo a determinação constitucional de que à União compete instituir diretrizes para o de-

1999, mais de 60 mil pessoas. A cidade de São Paulo, apenas no primeiro semestre deste ano, vitimou seis mil pessoas. Outras cidades, como Fortaleza, seguem a mesma trajetória.

De locus

senvolvimento urbano, impõe-se a aprovação de uma lei que trate de temas como planejamento das cidades, justa ocupação do solo urbano, gestão urbana participativa, plano diretor, regiões metropolitanas e problemas afins – uma legislação para instrumentalizar os municípios para que possam cumprir da melhor forma, nas atuais circunstâncias, o papel de principais sujeitos e beneficiários da política urbana. Não é, contudo, suficiente apenas uma legislação. Somam-se outras dificuldades aos obstáculos de natureza histórica e estrutural.

Dívidas e desvios de recursos

Antes da primeira gestão de Fernando Henrique, a dívida externa brasileira era de US\$ 103 bilhões (dezembro de 1994); hoje, de aproximados US\$ 250 bilhões. A dívida interna, de R\$ 61,4 bilhões em 94, mesmo com as privatizações, já ultrapassa os R\$ 500 bilhões. Neste ano (2000) 69,17% do Orçamento da União (OGU) estão sendo queimados em juros e amortizações. Na mudança cambial de janeiro de 1999 as perdas superaram os R\$ 100 bilhões. No orçamento da União de R\$ 1 trilhão para o ano 2000, a rolagem da dívida previa consumir R\$ 633 bilhões e mais R\$ 143 bilhões em encargos financeiros da União – basicamente relativos aos juros da dívida contratual e mobiliária e à amortização líquida dessas dívidas. Esses encargos significam quase 44% dos gastos do Estado brasileiro num orçamento real de R\$ 320 bilhões.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Executivo, em janeiro de 2000, mostrou exemplarmente a preocupação fundamental do governo FHC: assegurar garantia absoluta aos credores financeiros (em bom português, os agiotas internacionais) de que é sólida sua régia remuneração, mesmo que nenhum centavo tenha sido investido na economia do País. Feita

de acordo com a agenda do FMI, a pauta de votações destacou, sob o pano místico do equilíbrio das contas públicas, as proposições articuladas que efetivam o saque do País, chutando para o espaço a reforma tributária e enrijecendo em lei a atual política econômica, com o apoio da maioria governista subserviente a esses propósitos.

O governo FHC logrou nessa convocação, primeiro, o confisco de 20% do Orçamento Geral da União (OGU), com a PEC que criou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para garantir os R\$ 28, 6 bilhões do superávit primário acertado com o FMI. O DRU, que além de outros fatores é inconstitucional também porque se transforma num novo tipo de tributo, substitui o Fundo de Estabilização Fiscal, oferecendo nova roupagem a uma velha fraude. Assim, recursos amarrados às áreas sociais poderão ser utilizados no pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

As receitas do Fundo de Participação dos Estados, FP dos Municípios e Fundos regionais persistirão afetadas, pois a desvinculação é calculada sobre a participação dos estados e municípios, reduzindo em muito as parcelas liberadas. Os Fundos para Educação e Saúde, e outros com destinações sociais, terão as perdas de praxe: 20% de suas receitas. O INSS sofrerá, como antes, o maior rombo: cerca de R\$ 12,5

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO/99

Acumulado até 14.01.2000

NATUREZA DA DESPESA	PREVISTOS NO ORÇAMENTO (R\$)	EXECUTADO (%)
Juros e encargos da dívida	50,1 bilhões	86,70
Planejamento urbano	0,106 bilhão	1,39
Habitações urbanas	0,226 bilhão	5,46
Saneamento geral	0,519 bilhão	5,49
Sistemas de esgoto	0,073 bilhão	2,19
Transporte metropolitano	0,343 bilhão	10,28

Fonte: Comissão Mista de Orçamento

bilhões anuais. Para fechar a conta acertada com o FMI, o governo ignora a Carta Magna: as inconstitucionalidades marcam todo o texto da DRU.

Desde 1996, encargos com Saúde e Educação têm sido repassados nos municípios, determinando inclusive vinculações de receitas para programas nessas áreas. Sem contrapartidas financeiras para as perdas globais no Orçamento, crescem as dificuldades orçamentárias e a precariedade desses serviços públicos. Os mecanismos das desvinculações, desde a imperiosa agenda da dívida, contribuem para a diminuição gradual das transferências voluntárias da União, já que o governo fica desobrigado dessas despesas. Em 1994, mesmo com os efeitos do famigerado Fundo Social de Emergência, as transferências constitucionais representavam

somente 19% da receita tributária da União. Em 2000, serão apenas 14,9%.

Em seguida, o governo aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também inconstitucional, que não vai limitar nenhuma farra com o dinheiro público ou impor limites à corrupção, pois amplia os gastos financeiros: os governos podem se endividar, especialmente a União. Quem rouba poderia ser punido mediante leis já existentes. A LRF impede que novos programas sociais sejam financiados com uma maior arrecadação derivada do crescimento econômico ou de uma coleta mais expressiva de tributos. Trata apenas de metas fiscais, congela gastos sociais, impede a renegociação de dívidas e leva à agonia o Pacto Federativo.

Doravante, será possível enquadrar no Código Penal o prefeito ou governador que não demitir servidores, não reduzir

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - DESPESA POR PROGRAMA (1995-1998)

(valores em R\$ 1.000,00)

PROGRAMA	1995		1996		1997		1998	
	ORÇAMENTO	GASTO TOTAL	ORÇAMENTO	GASTO TOTAL	ORÇAMENTO	GASTO TOTAL	ORÇAMENTO	GASTO TOTAL
Habitação	1.742.412	107.132	2.291.252	425.831	2.401.433	524.840	1.550.082	288.327
Transporte Urbano	1.289.048	666.980	694.068	-	637.270	464.709	531.453	398.137
Urbanismo	1.195	-	19.218	11.259	80.637	85.115	52.580	24.476
Saneamento	685.844	157.169	718.984	775.862	981.756	859.784	989.691	555.941

Fonte: Comissão Mista de Orçamento



os gastos sociais ou não pagar dívidas junto aos bancos. Mas não será possível fazer o mesmo com o presidente da República e sua equipe econômica que, até agosto de 1999, acumularam no Banco Central um prejuízo de R\$ 23 bilhões derivado da atual política cambial e monetária. Esses, agora, contam com a LRF para alegrar seus agiotas.

É um autêntico compromisso com a recessão e com a ciranda financeira, delimitando a atividade econômica à iniciativa centralizada no governo federal. Nas circunstâncias atuais, significa a paralisia do País e de sua economia, marcada pela mais elevada taxa de desemprego da história republicana. O endividamento continuará crescendo, pois não depende de gastos fiscais. Ocorre que este mesmo País, que jamais viu também tão exorbitante taxa de juros, não estará mansamente deitado em berço esplêndido se a sobrevivência de seu povo passar a depender de um tiro de misericórdia.

Os números do endividamento vão crescendo com a desvalorização do real em relação ao dólar. Uma bomba de sucção, instalada entre Brasília e Wall Street, enxuga o bolso do povo para alimentar a bolha financeira dos EUA. (De onde viriam, então, os R\$ 40 bilhões para habitação e infra-estrutura urbana, anunciados para o período 1999-2002?).

E o Palácio do Planalto avança sobre outros recursos: aplicou R\$ 12,4 bilhões (de um total de R\$ 13,5 bilhões do FGTS destinados às ações de saneamento, habitação popular e infra-estru-

tura urbana) em títulos da dívida pública federal. Somem dos orçamentos locais os recursos previstos na Constituição de 1988. O Pacto Federativo, em cheque, expõe as fraturas das dívidas estaduais e governadores submetidos e humilhados pelo Executivo federal.

Tais formidáveis recursos seriam suficientes para solucionar os dilemas urbanos e sociais do País, arcando com todas as despesas e financiamentos praticados em todas as atividades públicas. Nessa sangria estão valores que superam de longe o orçamento de cidades como São Paulo (a terceira maior do mundo, com um orçamento de R\$ 10 bilhões em 99 e uma redução para R\$ 7,6 bilhões em 2000), Rio de Janeiro (R\$ 4,9 bilhões em 99 e R\$ 4,5 bilhões em 2000), Belo Horizonte (com um orçamento de R\$ 1,48 bilhão em 99 e R\$ 1,67 bilhão em 2000); Salvador (orçamento de R\$ 1,30 bilhão em 99 e R\$ 1,20 bilhão em 2000); ou Fortaleza (orçamento de R\$ 837 milhões em 1999).

A estrutura urbana é submetida aos termos de um plano econômico que instalou a miséria no país, concentrando brutalmente a renda e comprometendo os recursos do desenvolvimento nas malhas do endividamento. Isso impede os investimentos sociais e a melhoria da qualidade de vida nas cidades. São 15 regiões de perfil metropolitano (mais de 200 municípios) e cerca de 400 cidades de médio e grande porte, todas em dificuldades insolúveis nos marcos deste perverso modelo.

Segundo o Instituto de Pesquisa Eco-

nômica Aplicada (IPEA), um organismo oficial da Presidência da República, dos 55 mais importantes países o Brasil é o mais injusto: 10% dos brasileiros mais ricos ficam com 48,21% da renda nacional e os 40% mais pobres com apenas 7,10%. Mais contundente ainda é a concentração de 17% da renda nacional e de 53% do estoque líquido da riqueza privada do País (R\$ 2 trilhões e 22 bilhões) no acervo patrimonial de 1% da população. No outro extremo, mais de dez milhões, os desempregados, sem renda para sobreviver e muito menos para adquirir moradias prometidas por um governo sem recursos. Esses vão se agregando ao contingente de 44 milhões de brasileiros excluídos, que vegetam na faixa de renda inferior a meio salário mínimo.

A maior parte da população mundial mora hoje nos grandes centros urbanos, os quais concentram inúmeros e complexos problemas diretamente relacionados à qualidade de vida. Nessas cidades é gerada a parte significativa da riqueza no Brasil – pelo menos 90% – e no mundo. Temos, nessas circunstâncias, a missão de lutar para viabilizar qualidade de vida para esses milhões de trabalhadores que alavancam a economia.

Por outro ângulo, os problemas urbanos e as suas respectivas soluções guardam forte vínculo com os dilemas do campo, constituindo-se aí um elo indissociável. No centro da questão da reforma urbana está o tema da propriedade, do mesmo modo que no cerne da questão agrária está o latifúndio. A concentração da terra urbana, a especulação imobiliária, o desenho caótico das cidades, os interesses contidos nessa expansão, têm como vertente a questão da propriedade. Temos, portanto, grande responsabilidade ao debater a reforma urbana, atentos ao drama geral vivido pelo Brasil.

Inácio Arruda é deputado federal pelo PCdoB-CE.

O Palácio do Planalto aplicou em títulos da dívida pública federal R\$ 12,4 bilhões do FGTS que eram destinados a saneamento, habitação popular e infra-estrutura urbana

A dívida estratosférica do município de São Paulo

A política federal, combinada com a ação irresponsável das duas últimas administrações, fez com que a dívida da São Paulo saltasse de aproximadamente 4,9 bilhões de reais (no começo do governo Maluf) para 18 bilhões em julho de 2000 com estimativa de atingir 19,6 bilhões no final do governo Pitta.

Parte significativa dessa dívida é responsabilidade da política dos juros exorbitantes adotada pelo governo de Fernando Henrique com o objetivo de remunerar o capital especulativo estrangeiro; e parte se deve à irresponsabilidade do "malufismo", que gastou muito mais do que podia em obras superfaturadas e negócios nebulosos – dentre eles o caso dos precatórios, que envolveu o apoio à reeleição de FHC.

Com isso a situação da Prefeitura é dramática: tem uma dívida que é mais de duas vezes o seu orçamento anual – de 7,6 bilhões de reais. (Ver gráfico) Somente em 2001 São Paulo terá de desembolsar até 13% da receita líquida do município (780 milhões de reais) para cumprir o acordo – esdríxulo – firmado entre Pitta e o governo FHC na renegociação de 10,5 bilhões de reais da dívida. Mantida essa situação, a Cidade não

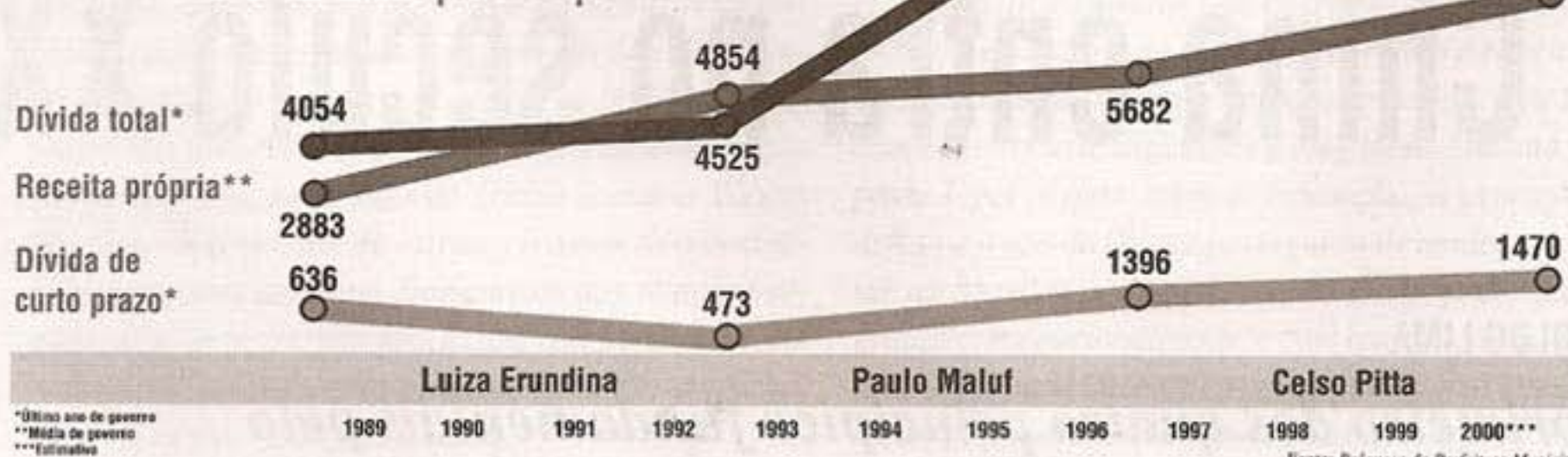
terá recursos para investir em sua população e resolver seus problemas estruturais, além de comprometer os serviços essenciais.

O caso da dívida de São Paulo, e outros semelhantes, exige uma auditoria para identificação de suas origens e de seu suspeito crescimento acelerado recente. Essa auditoria pode revelar as fontes da corrupção e identificar claramente os impactos da política do governo federal no montante dessa dívida, deixando mais claras as devidas responsabilidades. Com base nela, um amplo debate e mobilização da sociedade precisa ser implementado com o objetivo de viabilizar as soluções e os investimentos necessários ao desenvolvimento da cidade. Há necessidade até mesmo de uma revisão dos acordos feitos por Pitta-FHC numa re-renegociação, a partir de novas bases políticas, e objetivando garantir a inserção soberana da Prefeitura de São Paulo nesse processo. Esta é a herança de Maluf e Pitta, e que FHC e Malan não querem mudar.

Edvar Bonotto

O TAMANHO DO BURACO

Evolução financeira (em milhões de reais)
Valores atualizados pelo IPC-Fipe





AFP PHOTOS/Robu Boet

Comemorações do 50º Aniversário da República Popular da China

Embandeirada com o socialismo, a China entra no século XXI

HAROLDO LIMA

O primeiro dos quatro princípios fundamentais pelo qual a China se norteia é o caminho socialista

Entre os poucos consensos existentes no mundo está o de que a China ingressará no século XXI como uma das mais importantes nações da atualidade. Esse fato é sumamente extraordinário, visto o grande país asiático, quando chegou o século XX, estar em situação diametralmente oposta, com seu território dilacerado por tropas de ocupação de oito potências imperialistas – Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Itália, França, Áustria e Japão – e com seu povo submetido a toda sorte de infortúnios.

O DESTAQUE atual da China não decorre apenas de sua população singularmente numerosa, de sua sofisticada cultura multimilenar e de seu território vasto e rico. Decorre ainda do excepcional desempenho que hoje ostenta nas esferas econômica, social e militar.

No nível econômico, a China apresenta índices de desenvolvimento surpreendentes. Seu Produto Interno Bruto vem atingindo 20 anos consecutivos de crescimento médio em torno de 9% ao ano, o que, não havendo reversões, poderá colocá-la, aí pelo ano 2020, como a maior economia do mundo! O estado-maior capitalista, com o FMI e o Banco Mundial à frente, no mesmo período, pôs-se a monitorar a economia de diversos outros países. E os resultados foram desastrosos. Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial, sublinhou, recentemente, as diferenças das condições econômicas da China e da Rússia, relacionando-as com os caminhos opostos que esses países seguem. “No início do processo de abertura na Rússia – diz Stiglitz – o PIB chinês era quase metade do russo. Uma década depois, o PIB chinês é quase o dobro do da Rússia.”(1) Stiglitz responsabiliza diretamente o FMI por esse “desastre para a Rússia”, ao mesmo tempo em que realça o desempenho da China, que “preferiu seguir uma política própria”. Faz ainda curiosa e dramática comparação: “O Brasil precisou de alguns séculos para produzir o nível de desigualdade existente. A

Rússia, em menos de uma década, criou um nível de pobreza que não fica atrás de nenhum país da América Latina”. Segundo os dados de Stiglitz, “no início dos anos 90, apenas 2% da população russa vivia na pobreza; hoje, mais de uma criança em cada duas vive numa família pobre”.(2)

Expressivos também são os avanços sociais que o crescimento econômico está propiciando à sociedade chinesa. Segundo o relatório *Um mundo melhor para todos*, assinado pelos presidentes do FMI e do Banco Mundial, e divulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a China, “que não seguiu a orientação do Fundo”, foi o país que mais reduziu a pobreza entre 1990 e 1998. As cifras do relatório são eloquentes. “O número de pobres na China diminuiu de 360 milhões para 210 milhões. No mundo, no mesmo período, a redução passou de 1,3 bilhão de pessoas para 1,2 bilhão”.(3) Significa que a China retirou da faixa de pobreza mais gente – 150 milhões de pessoas – entre 1990 e 1998, do que todo o restante do mundo junto, onde esse número chegou a 100 milhões.

Em um mundo submetido a interesses conflitantes de blocos agressivos e potências imperialistas, a China não teria a necessária e relativa segurança para se desenvolver se não se fizesse respeitar pela força militar poderosa que tem. A República Popular da China conta hoje com o maior contingente militar do mundo, com a quarta maior frota de superfície e a segunda maior de submarinos, ocupa o terceiro lugar em número de blindados e carros de combate, o segundo em canhões e o primeiro em aviões de caça. É a quarta potência em número de ogivas e a terceira em número de mísseis intercontinentais. É o décimo país do mundo em gastos bélicos e, por avaliações especializadas, a terceira potência militar da atualidade. Estudos admitem que ela possa se transformar na primeira potência militar do mundo, por volta do primeiro quarto do século entrante. (4)

A base do progresso da China é o socialismo

Tem havido muita especulação para explicar os sucessos alcançados pela China nesse mundo de neoliberalismo, de estagnação e de crise. Curiosamente, a maior parte dos ideólogos ocidentais, que tratam da matéria, desconsidera a opinião básica, a conclusão precisa, a proclamação formal e explícita, repisada diversas vezes pelos dirigentes chineses de que o “primeiro dos quatro princípios fundamentais” pelo qual a China se norteia é o “caminho socialista”. (5) A relutância na aceitação

de tal assertiva deve-se, por um lado, ao compromisso de certos senhores com a estória de que o socialismo acabou. Ficariam sumamente desmoralizados se tivessem de aceitar a nação que mais cresce no mundo como uma nação socialista. Preferem protelar a desmoralização inevitável. Por outro lado, há os analistas de “esquerda”, entrincheirados na visão weberiana, segundo a qual o socialismo corresponde a um modelo ideal que não respeita tempo nem espaço e, diante do qual, tudo o que não se ajustar, deve ser negado como contrafação. O modelo ideal de socialismo que esses setores em geral elegeram é o soviético que, com acertos e erros, foi expressão da realidade de determinados países em determinada época, e teve seu momento de realizações há seis ou sete décadas atrás. Se a China estivesse tentando repeti-lo, certamente já teria caído. Há ainda analisistas que se empenham em apreciar a experiência pregressa do socialismo, a partir do que, propõem retificações e fazem formulações sobre o socialismo futuro, mas que pairam no mundo das idéias, desconhecendo as experiências socialistas concretas atuais, com seus problemas e desafios, em particular a maior delas, que hoje, de certa forma, abre caminho para todas as outras, a da China. (6)

O socialismo é o projeto histórico de uma classe: a dos trabalhadores, expropriados em seu trabalho por outra classe – a da burguesia, com seus diversos setores, em decorrência de uma questão central: a propriedade que a classe expropriadora detém dos meios de produção. Por isso, pelo ângulo marxista, a categoria básica para se examinar o socialismo é a da propriedade, em particular a dos grandes meios de produção. A expropriação dos expropriadores instauraria a propriedade social desses meios de produção, a partir do que poder-se-ia construir uma formação social onde a massa de mais-valia não seria apropriada por outra classe. Na for-

*Os investimentos estrangeiros
vão para a China no contexto
da economia socialista
de mercado, que estabelece
as regras e controla a ação
do capital externo*

mação social resultante, chamada socialista, a sociedade poderia, segundo Marx, acumular a parte do produto social necessária para “repor os meios de produção consumidos”, “ampliar a produção”, fazer “fundo de reserva ou seguro”, custear “despesas gerais de administração”, “satisfazer a necessidades coletivas, tais como escolas, etc.”, criar “fundos de manutenção das pessoas incapacitadas para o trabalho” e o que hoje se chama de seguridade e, “depois disto”, promover a distribuição dos meios de consumo, segundo o trabalho de cada um. Assim, a questão de quem tem a propriedade dos meios de produção é decisiva, do ponto de vista marxista, para se examinar o caráter de uma formação social. (7)

O problema da amplitude da propriedade social dos meios de produção em uma sociedade socialista nunca foi detidamente examinado por Marx e Engels, que não viveram essa experiência. Nem Lênin o apreciou exaustivamente. A esse propósito, deram indicações. Indicações preciosas, por exemplo, como a de Engels, em conhecida carta a Otto Breslau, de agosto de 1890, onde escreveu: “Assim, se temos partidários suficientes entre as massas, poder-se-á logo socializar a grande indústria e a grande agricultura latifundiária, desde que o poder político esteja em nossas mãos. O mais virá mais ou menos rapidamente. E tendo a grande produção, seremos donos da situação”.

A experiência soviética de socialismo pagou caro por ter socializado grandes, médios e pequenos meios de produção, ainda mais no início da construção socialista, a partir de 1929. Foi a base da burocratização e da estagnação. E, sem desenvolvimento, inclusive grande desenvolvimento, o socialismo não se sustenta. A China também ia por esse caminho, arrostando problemas crescentes quando, a partir de 1978, foi aprofundada a análise de suas particularidades e houve a compreensão de que seria longo o processo da construção plena do socialismo e comunismo, processo que já lá estava, entretanto, em pleno curso, visto, pelas condições do país e pelas vicissitudes mundiais, onde o socialismo estava restrito a poucos países, encontrava-se em uma etapa primária. Nessa etapa, contudo, o país já era socialista, visto, “a grande produção”, para usar a expressão de Engels, já ser social, os grandes meios de produção já serem propriedades do Estado e o poder político estar em mãos da classe operária organizada e consciente.

No último congresso do Partido Comunista da China, o XV, de setembro de 1997, o informe de Jiang Zemin, presidente do Partido, diz: o Estado “deve controlar os

aspectos fundamentais da economia nacional e exercer o papel dirigente no desenvolvimento econômico”. Texto correlato discrimina: “Sob o socialismo, as atividades econômicas que concernem à soberania e à segurança do Estado, os setores com forte grau de monopólio e com efeitos notáveis no bem-estar público, as indústrias básicas, as indústrias de exploração de recursos nacionais, as indústrias de processamento, os ramos de produção em estado incipiente e as atividades que têm forte incidência na economia nacional e nas condições de vida da população, devem ser firmemente controladas pelo Estado.” (8)

A prática dessas diretrizes não tem impedido que a China atraia investimentos estrangeiros, no contexto da economia socialista de mercado, o que, vez em quando, é apresentado no exterior como a razão principal do desenvolvimento chinês, indicativo do papel supostamente predominante que o capital estrangeiro também ali teria e testemunha de que a China já estaria sob a égide do capitalismo.

A delegação oficial do PC do Brasil em recente visita à China teve a oportunidade de ir a Pudong, uma das maiores zonas econômicas especiais e uma das cidades de comércio livre existentes na China. (9) Construída a partir de uma aldeia da periferia de Shangai, Pudong é exemplo arrebatador do que pode construir um povo com decisão, engenho e arte. A antiga e insignificante aldeia deu lugar, em uma década, a uma metrópole de dois milhões de habitantes, transbordante de modernidade, grandeza e beleza. Integralmente planejada em seus 522 Km², com centros onde se dispõem as áreas de indústria moderna, financeira, de alta tecnologia e residencial, Pudong passa a idéia de uma cidade do futuro, com enormes arranha-céus, arquitetura audaciosa, avenida central de 100 metros de largura e 5,2 km de extensão. E onde tudo é grandioso, a marca mais espantosa parece ser seu crescimento ininterrupto, de 1992 para cá, com a taxa fantástica de 20% ao ano!

É em Pudong que a atração do investimento estrangeiro, a abertura ao exterior e as experimentações com o grande capital alienígena são mais audaciosas. Aí se encontram 72 entidades financeiras de investimento externo e 43 bancos estrangeiros. Há três anos, importante experimentação está sendo feita: 24 dos maiores desses bancos foram autorizados a operar depósitos populares com a moeda chinesa, mas, exclusivamente em Pudong. Um alto funcionário da administração local informou: “a abertura do mercado é para ser feita paulatinamente, com muita atenção, olhando o interesse nacional e a soberania do país; nesses três anos, a operação desses bancos

deu resultados satisfatórios; talvez em 2005 já autorizemos outros bancos estrangeiros a operar depósitos populares, em outros locais; e em 2010, se tudo correr bem, ampliaremos mais ainda.”

A presença em Pudong de 43 bancos estrangeiros, dos quais 24, dos maiores, já estão operando contas populares em moeda nativa, cria o interesse por uma apreciação de conjunto sobre o capital bancário na China. E essa foi apresentada à citada delegação do PC do Brasil que lá esteve, pelo camarada Li Guixian, membro do Comitê Central do PC da China e vice-presidente da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês. Em transcrição livre, disse o camarada, “ao persistir no caminho socialista, continuamos a manter a propriedade estatal como a mais importante no país; o controle do Estado dá-se em todas as áreas importantes; por exemplo, no setor bancário; aí, temos quatro grandes bancos estatais que controlam 80% de todo o capital bancário existente no país, o Banco da China, o Banco da Indústria e Comércio, o Banco da Construção e o Banco Agrícola; além desses quatro, temos 80 outros, dos mais importantes, de governos locais, provinciais, etc, que representam menos de 20% do capital bancário; e temos os 24 estrangeiros que chegam mais ou menos a 2% do capital bancário total”. Nesse mesmo tema, acrescentou Li Guixian, “petróleo, carvão de pedra, química, siderurgia, transporte, comunicação, tudo é estatal, tudo é empresa de tamanho grande, podendo funcionar aí outras empresas de menor importância; em áreas como de eletrodomésticos, indústria ligeira, a participação é mais diversificada, mas o fundamental está em mãos do Estado”. A eloqüência dos dados comportou essa observação final de Li Guixian: “A relação entre a propriedade estatal e as outras formas de propriedade ainda é muito desequilibrada, em favor da propriedade estatal; gostaríamos de dar mais passos à frente no rumo de diminuir esse desequilíbrio; dos estrangeiros temos absorvido muita tecnologia e formas novas de administração, mas eles jogam papel complementar na economia”. Complementar não só é a participação do capital estrangeiro na produção chinesa, como também a de toda a economia não-pública. No Produto Interno Bruto de 1997, as empresas públicas contribuíram com 75%. (10)

A construção ideológica do socialismo

A socialização dos meios de produção retira a base de sustentação da classe de proprietários privados desses grandes meios. Isto é o pressuposto da construção socia-

lista, mas não garante, por si só, o socialismo. Este, precisa ser construído e institucionalizado no nível ideológico – através da criação de uma mentalidade nova, abnegada, respeitadora do povo, do trabalho, da ciência e do próprio socialismo; e no nível político – através de sistema próprio de constituição de poder democrático e popular e de legislação universal, libertária e consolidada. Deixando para outra oportunidade a apresentação de informações e comentários sobre a construção do socialismo na China no nível político, agora serão abordados aspectos ideológicos dessa construção.

Quando a China compreendeu encontrar-se numa etapa primária de construção do socialismo o fez, principalmente, pelo atraso das suas condições internas, mas não só, também pela situação em que se encontrava o socialismo em plano mundial, em crise, circunscrito a experiências localizadas e que não iam bem. O conteúdo dessa etapa primária terminou sendo a construção de uma economia socialista de mercado. No nível tecnológico que o mundo chegou, mormente nos setores de informação, telecomunicação e transporte, não tinha cabimento pensar em economias autárquicas. A política de “abertura e reforma” estabeleceu o fato de que a construção do socialismo na China dá-se num quadro de contato com o mundo exterior capitalista e de coexistência interna de diferentes formas de propriedade, inclusive a privada. Nessa situação, é grande, e de certa maneira inevitável, o assédio à China socialista das idéias capitalistas, com todo seu acervo de egoísmo e costumes decadentes e promíscuos.

Deng Xiaoping, o formulador principal do atual caminho do socialismo chinês, já advertira para o fato de que quando se abre uma janela para entrar oxigênio também os mosquitos penetram. E alertara para a garantia fundamental que o socialismo na China teria: “não surgirá em nosso país uma nova burguesia... porque os bens básicos são propriedade do Estado, do povo...”. (11)

Mas essa garantia fundamental não retira a necessidade imperiosa da luta ideológica constante, profunda e programada contra a “poluição espiritual”, para usar uma

Há a necessidade

de permanente luta ideológica

em favor da consciência

nova, socialista

expressão de Deng, e a favor da formação da consciência nova, socialista. Essa luta, na China, ocorre em graus diferentes, para o nível de massa e o nível de partido, e utiliza intensamente a formação educacional e cultural, as escolas, academias, reuniões, atividade artística, esportiva, imprensa escrita, rádio e televisão.

Harmonizando tudo, há orientações gerais e controle, como a “Resolução do Comitê Central do PC da China sobre Importantes Problemas da Promoção do Progresso Ético e Cultural Socialista”. (12)

A resolução começa acentuando ser a promoção da ética e da cultura socialistas “tarefa de importância estratégica”, que, “se não bem cumprida, pode prejudicar o progresso material da sociedade e inclusive mudar sua natureza.” Em seguida registra “importantes problemas que continuam existindo na vida social, ética e cultural”, “alguns bastante sérios”, outros “ressurgidos”, entre os quais “a prática de render culto ao dinheiro”, “ao individualismo”, “às superstições feudais”, “à pornografia”, “ao hedonismo”, “aos jogos de azar”, “às drogas” e “à corrupção”. A corrupção, diz a resolução, tem feito pessoas rebaixarem “o conceito do Estado, vacilar e até duvidar do socialismo”. Como se sabe, na China, há severas penas para a corrupção, até mesmo a pena de morte.

A resolução relembra a importância da “manutenção do primado da propriedade pública como corpo principal de nosso sistema econômico”, para prevenir problemas maiores e traçar diretrizes específicas para setores e atividades.

Para a educação, salienta: “pôr ênfase na adesão ao marxismo, nossa força ideológica motivadora”, no “pensamento de Mao Zedong e na teoria de Deng Xiaoping”, “nos quatro princípios cardeais” (13) e na “luta contra o liberalismo burguês”. A “educação no patriotismo” deve “fortalecer em toda a sociedade a dignidade nacional... que considera a construção e defesa da pátria socialista como a maior glória e qualquer coisa que prejudique esses objetivos como a maior vergonha”.

Para a cultura, acentua: há de se “proibir, resolutamente, qualquer ação que crie ou difunda produtos de ‘baixo nível cultural’ e promover a produção massiva de produtos ideológicos de alta qualidade...”; “há de se levar adiante o princípio de que 100 flores se desabrochem e 100 escolas de pensamento concorram” e “por nenhum motivo permitir que o mercado cultural se converta em terreno de geração de difusão de ideologias decadentes”.

Para os meios de comunicação, indica: “A imprensa deve orientar-se pelo princípio de buscar a verdade nos fatos”, “persistir na publicidade positiva em favor da unidade, da estabilidade e da elevação moral do povo”; “o


rádio e a televisão devem aumentar o número de programas que destacam feitos da China e não devem permitir transmissões de mau gosto ou de conteúdo pernicioso”.

Para literatura e arte, observa: “O povo precisa da literatura e da arte, da mesma maneira que a literatura e a arte precisam do povo”; “os escritores e os artistas devem nutrir-se nas massas”; no terreno da literatura e da arte, “devemos evitar tanto a interferência direta quanto a negligência na orientação”; “devemos respeitar a criatividade artística e literária e deixar desenvolver livremente estilos e formas de expressão”, ao tempo em que “devemos nos opor firmemente às tendências errôneas que desconsideram o objetivo de servir ao povo e ao socialismo, que se afastam das massas, que fazem o jogo do mau gosto, que apenas buscam benefícios próprios ou que desprezam as tradições revolucionárias da arte e literatura chinesas...”

A coordenação e fiscalização da prática dessas orientações é feita por uma comissão nomeada pelo Comitê Central, tendo as províncias, regiões autônomas e municipalidades suas próprias comissões correspondentes.

Além dessas recomendações, válidas para todos, os membros do Partido Comunista da China observam outros preceitos. De saída, deles se espera “o papel dirigente na promoção do progresso ético e cultural” e “a chave para isto é o estilo de trabalho e o exemplo”. Por outro lado, nem tudo o que é permitido na sociedade como conjunto é permitido aos comunistas. Por exemplo, “deve-se estritamente impedir que as regras do intercâmbio mercantil se introduzam na vida do Partido”, diz a resolução, que admite “fenômenos de passividade e corrupção nos departamentos do Partido e do Governo”. De um dirigente a delegação do PC do Brasil ouviu a observação de que “na sociedade é possível ficar rico, no Partido não; no Partido pode suceder a existência de pessoas que ganham bem, mas que pagam por isso mais impostos, e que permanecem em um patamar médio”. Há uma resolução “do que não se pode fazer”, que relaciona 33 procedimentos vedados a membros do Partido, entre os quais ter ações em Bolsa, aceitar presentes de alto valor, frequentar cabarés, havendo ainda limitações quanto a habitações, uso de automóveis etc. Uma ou duas reuniões podem ocorrer por ano para verificar se os quadros do Partido estão respeitando esses 33 pontos. Em 1999, 69 mil membros foram expulsos.

O sentido dessas exclusões é impedir que desvios ideológicos sérios possam contaminar o contingente partidário de 63 milhões de comunistas, organizados em cer-

ca de 3,3 milhões de organizações de base. A defesa ideológica desse contingente é a garantia básica da manutenção do socialismo na China. Este é o sentido da afirmação registrada pela delegação do PC do Brasil de um destacado dirigente: “frente aos riscos da abertura, nossa linha de defesa principal está na cabeça”. A cabeça é o Partido. 

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA e exerce seu quinto mandato na Câmara dos Deputados.

Notas

(1) “China e Rússia, ineficiência do FMI”, *Folha de S. Paulo*, 11 de agosto de 2000.

(2) *idem*.

(3) *idem*.

(4) *Military Balance 1998-99*, London, Barseys, 1999. Citado em “A busca da harmonia e a idéia de revolução”, de Janice Theodoro e Fortunato Pastore, da USP, *Revista Tempo Brasileiro* 137, RJ, abril-junho de 1999.

(5) Os “quatro princípios fundamentais” reafirmados pela III Sessão Plenária do XI Comitê Central do PC da China, em 1978, são: “1) o Caminho socialista; 2) o governo de democracia popular; 3) a direção do PC da China e 4) a teoria do marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong”.

(6) O livro *Marxismo sem utopia* de Jacob Gorender, Ed. Ática, 1999, registra “os estados socialistas sobreviventes – China, Cuba, Vietnã e Coréia do Norte”. No conjunto da obra, entretanto, nem mesmo no capítulo final “Teses sobre o socialismo”, essas experiências são levadas em conta.

(7) Todas as passagens grifadas são da Crítica ao Programa de Gotha, uma das últimas obras de Marx e das poucas onde faz referências à configuração do socialismo.

(8) *Beijing Informa*, número 1, janeiro de 1997.

(9) A delegação do PC do Brasil, constituída por Renato Rabelo, vice-presidente do Partido, José Reinaldo de Carvalho, secretário para assuntos internacionais do Partido e Haroldo Lima, parlamentar do Partido e presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, todos da Comissão Política do Comitê Central, esteve na China em junho de 2000.

(10) *China*, Editora Nova Estrela, Beijing, 1999.

(11) Deng Xiaoping, *Problemas Fundamentales de la China de Hoy*, Ediciones en lenguas extranjeras Beijing.

(12) “Coleção de documentos da VI sessão plenária do XIV Comitê Central do Partido Comunista da China”, outubro de 1996, apresentada à delegação oficial do PC do Brasil.

(13) Os quatro princípios cardeais são: o caminho socialista, a direção do PC da China, o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong e o governo de democracia popular.

Dependência e autonomia

Visões do Brasil (final)

Planta do Quilombo "Buraco do Tatu"

JOSÉ CARLOS RUY

O domínio externo não impediu a existência de uma dinâmica interna própria, expressa na luta de classes, no modo de produção escravista colonial, e na acumulação de capitais que gerou uma burguesia mercantil residente influente e que subordinou a seus interesses o rumo do país depois da Independência



Ilustração de Zumbi, dos Palmares



Um funcionário a passeio com sua família, de Debret



A pesada nuvem da influência de Caio Prado Jr. e da busca do sentido da colonização pelo estudo do comércio internacional do qual a economia colonial fazia parte começou a ser dispersa na década de 1960, quando o avanço do conhecimento fatural, empírico, permitiu um questionamento coerente das teses dominantes, que viam a Colônia sem vida interna merecedora de registro.

A PESQUISA histórica e a intuição de muitos historiadores indicaram, antes, as dificuldades destas teses. O próprio Caio Prado Jr. registrou a existência de um setor agrícola de subsistência e de comércio interno, que encarou como secundários e de pouca importância, subsidiários ao setor agro-exportador e às necessidades do comércio internacional; assinalou também a possibilidade de acumulação de capitais na Colônia, embora limitada.

O tema da dinâmica interna da formação histórico social brasileira foi, durante muito tempo, tratado de forma secundária, à margem do corpo principal dos estudos históricos. Em 1951, Mafalda P. Zemella descreveu pioneiramente a atividade comercial gerada no século XVIII para o abastecimento da área de mineração (Zemella, 1990). José Honório Rodrigues, em 1961, mostrou que, no século XVIII, colonos brasileiros (principalmente da Bahia e Pernambuco) lançaram-se ao comércio internacional e, em pouco tempo, controlavam o tráfico de escravos. Afastando os navegadores portugueses, eles uniam a Bahia e Pernambuco à costa africana, onde se abasteciam de escravos, e também à Índia (Rodrigues, 1982). Pierre Verger, em 1968, em francês, confirmou com detalhes esta proeminência dos negociantes baianos desde o começo do século XVIII (Verger, 1987).

Outro aspecto dessa atividade interna foi indicado por Sérgio Buarque de Hollanda no prefácio ao estudo sobre Antônio da Silva Prado, magnata paulista que viveu entre 1788 e 1875 (Petroni, 1976), onde transparece a autonomia e o potencial do comércio e do incipiente mercado interno na Colônia, pelo menos às vésperas da Independência. Apondo para uma linha de pesquisa até então inexplorada, Sérgio Buarque de Hollanda lembrou que, na Bahia de meados do século XVIII, magnatas do comércio já superavam a "aristocracia" rural; que Minas Gerais assistiu, na mesma época, à ascensão de negociantes; que, em Pernambuco, a liderança do movimento de 1817 era formada, principalmente, por grandes comerciantes, como Gervásio Pires Ferreira, cuja frota de navios alcançava desde portos da África, no tráfico de escravos, até o Extremo Oriente, especialmente Calcutá, na Índia (in Petroni, 1976).

Entre os estudos pioneiros da dinâmica interna da Colônia estão também aqueles iniciados em 1974, sob direção de Maria Odila da Silva Dias, por Lenira Meneses Martinho, Riva Gorenstein e Alcir Lenharo, cujo tema foi a atividade comercial no centro sul brasileiro e o impacto causado pelo abastecimento da Corte sobre a produção mercantil de alimentos. Esses interesses mercantis tinham uma autonomia relativa, e forte influência política na conquista da Independência e na definição do rumo conservador assumido pelo país após a separação de Portugal (Lenharo, 1979; Martinho, 1993; Gorenstein, 1993).

Foram também pioneiros, e marcantes, os estudos de Bárbara Levy e Eulália Maria Lahmeyer Lobo sobre a formação da burguesia mercantil do Rio de Janeiro, a partir do tráfico de escravos e que, no século XVIII, era forte o suficiente para exercer pressões políticas sobre a Metrópole, ter representação na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, e emprestar dinheiro para a Coroa e para proprietários de terra (Lobo, 1978; Levy, 1977).

A descoberta da dinâmica interna da Colônia, embora subordinada e articulada inevitavelmente ao domínio externo, seguiu um longo caminho. Em primeiro lugar, a pesquisa histórica comprovou a autonomia da luta de classes na Colônia e no Império, que condicionou a organização política e administrativa da Colônia e, mais tarde, do país independente. Depois, houve o reconhecimento da existência, na base da formação histórico social brasileira, do modo de produção escravista colonial, que lhe era próprio. O passo definitivo foi dado pela descoberta da existência de acumulação de capital no interior da Colônia (que as teses circulacionistas derivadas das idéias de Caio Prado Jr. e também da influência da III Internacional negavam peremptoriamente, encarando a Colônia como apêndice passivo da acumulação primitiva de capital na Europa) e de que as flutuações econômicas internas à Colônia não seguiam, obrigatoriamente, as oscilações da economia internacional.

Estes caminhos foram abertos e seguidos por historiadores marxistas, ou influenciados pelo marxismo, produzindo uma profunda renovação do conhecimento his-

tórico e impondo o reconhecimento de uma formação histórica social muito mais complexa do que até então se pensava.

Escavidão e luta de classes

A tese liberal-conservadora de que a luta de classes é estranha ao Brasil teve largo curso desde o século XIX, e influenciou decisivamente os estudos históricos, mesmo de autores reconhecidos como marxistas. Caio Prado Jr., por exemplo, cujo *Evolução política do Brasil*, de 1933, traz amplo estudo da luta pela independência e das rebeliões da Regência, principalmente da Cabanagem, no Pará, e da Balaiada, no Maranhão, tinha opinião pouco lisonjeira sobre a luta do povo. Em 1949, ele desaconselhou Clóvis Moura, que iniciava a redação de *Rebeliões da senzala* (publicado em 1959), a prosseguir pois, pensava, o escravo sempre fora passivo, e as principais lutas ocorridas no passado foram as que opuseram os índios aos colonizadores portugueses (Ruy, 1988).

A reavaliação dessas idéias pelos historiadores marxistas (ou influenciados pelo marxismo) envolveu a pesquisa em arquivos e o reexame da história das rebeliões populares ocorridas no Brasil, dando outro rumo para a compreensão da luta de classes em nosso país. Vários livros e artigos foram publicados desde a década de 1930, particularmente depois do final do Estado Novo. Um exemplo é *O quilombo de Palmares* (1946), de Edison Carneiro, onde a saga de Zumbi é reposta em sua verdade histórica, a luta de morte contra senhores de escravos e terras e autoridades coloniais – luta de classes, enfim, e não mera resistência cultural ou religiosa, como a visão tradicional fazia crer.

Eram estudiosos ligados à luta popular e democrática, ou militantes comunistas. Gente como Amaro Quintas (*O sentido social da revolução Praieira*, 1946), Manuel Correia de Andrade (*As sedições de 1831 em Pernambuco*,

*Clóvis Moura demonstrou
a existência da luta de classes
no Brasil, contra as idéias
dominantes de que
os conflitos eram apenas
desajustes aculturativos*

1956, e *A guerra dos cabanos*, 1957/1960), o próprio Edison Carneiro (*A insurreição Praieira*, 1960), Everardo Dias (*História das lutas sociais no Brasil*, 1962), Rui Facó (*Cangaceiros e fanáticos*, 1963) – estes são apenas alguns exemplos da renovação historiográfica então empreendida. O marco dessa revisão é *Rebeliões da senzala*, de Clóvis Moura, de 1959, que investe contra as visões tradicionais a partir da premissa teórica marxista fundamental: a luta de classes está presente em todas as sociedades divididas em classes. O Brasil não é exceção. Foi o primeiro painel sistemático da luta escrava no Brasil, e contrapunha-se pioneiramente à visão do escravo como vítima passiva de seu destino, e de sua luta como choques entre a cultura superior dos europeus, os senhores, e a barbárie dos africanos, os escravos.

A luta de classes ocupa o centro da análise histórica em *Rebeliões da senzala*. A amplitude em que a rebeldia escrava aparece ali destrói a tese de que ela seria marginal ao curso principal do processo histórico. Ela manifestou-se de forma múltipla. A mais visível e conhecida foram os quilombos e a luta guerrilheira para defendê-los. Mas os escravos lutaram também nos demais movimentos políticos, como as revoltas mineiras do século XVIII, a revolta dos Alfaiates ocorrida em Salvador, 1798, ou a luta pela independência na Bahia, no Maranhão e no Piauí, e promoveram insurreições urbanas próprias, voltadas para a tomada do poder, que são pouco estudadas e têm, em *Rebeliões da senzala*, uma primeira visão aprofundada e que rompe com explicações religiosas ou culturalistas. Há notícias delas em inúmeras cidades brasileiras, mas as principais foram as que ocorreram em Salvador, entre 1807 e 1844, com destaque para a grande insurreição dos Malês, de 1835 (Moura, 1988).

Rebeliões da senzala mostrou como a luta dos escravos, expressão principal do antagonismo de classes fundamental no Brasil escravista, condicionou a organização política e administrativa. A necessidade de defesa contra ameaças de fora e de dentro levou à criação, pelo Estado colonial, de normas e instituições próprias, como a mobilização de bandeiras e expedições repressivas contra os quilombos, além de insistir na obrigatoriedade dos proprietários armarem milícias para a repressão a movimentos e ações de rebeldia escrava. Paul Singer sugere que esta ação repressiva oficial refletia-se mesmo na organização urbana, dotando as cidades da força militar e policial necessária à repressão aos quilombos de suas redondezas (Singer, 1975).

Rebeliões da senzala revelou também o limite intrans-



ponível das revoluções brasileiras: as elites proprietárias, em seus próprios movimentos de rebeldia, temiam mobilizar a massa da população, formada principalmente por escravos, negros forros, índios aculturados e seus mestiços. Este limite é a explicação para o fracasso da maior parte dos movimentos de rebeldia promovido por facções das classes dominantes, e também do apregoado espírito brasileiro de conciliação – isto é, a capacidade da elite acertar-se entre si, resolve suas dissidências deixando o povo à margem, sobre o qual caiu sempre o peso da repressão, depois que os de cima fizeram a conciliação.

Outro aspecto ressaltado em *Rebeliões da senzala* é o desmascaramento, no campo marxista, das raízes do racismo brasileiro, e sua íntima ligação com estruturas de dominação oriundas do passado colonial, justificadas ideologicamente pela alegada inferioridade racial dos negros e mestiços, e que legitimavam o domínio das elites, autodenominadas brancas, por uma pretensa missão civilizatória. A denúncia do racismo fundamenta-se na compreensão de seu papel fundamental no domínio de classes, e do papel que cabe ao proletariado na luta contra ele. Em uma nação como o Brasil, onde cerca de dois terços da população é formado por descendentes de negros, índios e seus mestiços, o racismo e o domínio de classe se confundem. A visão do domínio de classe e da luta de classes só pode corresponder, de fato, à realidade social do país se incorporar à dimensão classista também a dimensão étnica, a consciência de que o domínio de classes se confunde com o domínio dos portadores de pele clara sobre aqueles de tonalidade mais escura, de olhos, bocas, narizes, cabelos e crânios de formato diferente.

Esta é a contribuição fundamental da obra de Clóvis Moura, iniciada com *Rebeliões da senzala*, e ampliada num conjunto de estudos onde se destacam *Sociologia de la praxis* (1976), *O negro: de bom escravo a mau cidadão* (1977), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981), *Brasil: raízes do protesto negro* (1983), *Sociologia do negro brasileiro* (1988), *Dialética radical do Brasil negro* (1994).

Rebeliões da senzala abriu uma vertente que levou, nos anos seguintes, a novos estudos da luta escrava, por autores muitas vezes inspirados diretamente por sua leitura. Nessa obra, a história do escravo (e do negro) é posta no seu justo lugar de história do povo brasileiro, e não de um segmento populacional à parte, específico e segmentado. Funde assim o fio da história contemporânea dos brasileiros com o fio tecido por aqueles que, antes, mourejavam sob o instituto infame e desumano que foi a escravidão e reconstitui, assim, uma história única de nosso povo, que vai do escravo das minas e fazendas ao moderno proletário das empresas capitalistas.

Modo de produção escravista colonial

O debate sobre o caráter feudal ou escravista da formação histórico social brasileira começou a ser resolvido no final dos anos 60, com o aparecimento de historiadores e estudiosos que questionaram as premissas que levavam àquelas duas caracterizações (feudal ou capitalista) a partir de categorias explicativas que emergiam da análise da dinâmica interna da sociedade brasileira, e não da importação de modelos derivados da experiência histórica europeia. Um dos pioneiros nessa crítica foi Ciro Flamarion Cardoso, em sua intervenção no debate sobre o feudalismo promovido em 1968 pelo Centre D'Études et Recherches Marxistes (CERM), ligado ao Partido Comunista Francês. Ao criticar tanto as explicações feudais quanto as capitalistas de nosso passado histórico, ele indicava a necessidade de “procurar extrair as leis, a dinâmica interna das sociedades coloniais americanas” (Cardoso, 1978). Mais tarde, foi mais incisivo nessa crítica, investindo contra “uma tendência ainda bastante forte”, embora já enfraquecida, de se ver, no Brasil colonial e no Império, “não uma formação econômico-social – uma sociedade propriamente dita – mas sim uma espécie de quintal da Europa”. Ao contrário, as novas pesquisas históricas revelaram “uma sociedade bem mais complexa do que se pensava” (Cardoso, 1988).

O próprio Ciro Cardoso oscilou entre a proposta de um “modo de produção escravista colonial” e um “modo de produção colonial”. Depois, passou a defender a existência, no escravismo brasileiro, de uma “brecha camponesa”, influenciado pela literatura histórica da e sobre as Antilhas. A “brecha camponesa”, um conceito discutível, consistia na economia própria do quilombola, ou do usufruto pelo escravo da licença dada pelo senhor para plantar e criar pequenos animais, em pequenos lotes de terras para seu próprio benefício, nos domingos e dias santos, “criando uma espécie de ‘mosaico camponês-escravo’”. Isto é, o trabalhador era escravo quando a serviço do senhor, e camponês quando trabalhava para si próprio. (Cardoso, 1975; 1979. Para uma discussão do conceito de “brecha camponesa”, ver Gorender, 1990).

Gorender teve o mérito de desenvolver, de forma sistemática, o conceito de modo de produção escravista colonial, colocando o trabalhador no centro da história. Nele, o escravo, as relações de trabalho e as relações de produção, são o ponto de partida para desvendar o segredo da formação histórico-social e do esforço de elaboração de “uma teoria geral do escravismo colonial” (Gorender, 1978. Uma avaliação do conjunto da obra de Gorender, e a crítica de suas tendências atuais, pode ser encontrada em Pereira, 2000).

Como as demais grandes explicações da sociedade brasileira, como Varnhagen, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado Jr, e outros, o estudo de Gorender surgiu fora da academia, atendendo à necessidade de responder às questões postas pela luta política e pela transformação social. Nos anos 50, Gorender foi dirigente do Partido Comunista do Brasil, com papel de destaque depois da mudança revisionista assinalada pelo Manifesto de Março de 1958, do qual foi um dos principais redatores (Gorender, 1987). Rompeu com o partido dirigido por Luís Carlos Prestes em 1968, juntamente com Mário Alves, fundando então o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Nos últimos anos, dedica-se ao jornalismo, à pesquisa histórica, a debates e conferências.

Sem desconhecer a dependência externa, Gorender enfatiza em *O escravismo colonial* a dinâmica interna da produção colonial, demonstra o papel central que o trabalhador direto – o escravo – tem em sua articulação e cria as condições para uma compreensão viva da formação histórico-social brasileira, condicionada pelas vicissitudes e contradições da produção material que aqui ocorria. Para ele, o escravismo brasileiro (como o escravismo moderno nas Américas) diferenciava-se do escravismo da antiguidade pelo seu caráter colonial. Ele formou-se atendendo aos interesses e às especificidades do capital mercantil, que dominava a economia internacional sendo intermediário entre dois extremos (um deles, o da produção colonial; o outro, o mercado consumidor, a Europa). Em consequência, a esfera da circulação, autônoma em relação à produção, não determinava o caráter das relações de produção vigentes em cada um desses extremos, e criava as condições objetivas para que o escravismo colonial assumisse a única forma “em que pode se desenvolver com amplitude: a forma de escravismo colonial, isto é, um modo de produção dependente do mercado metropolitano” (Gorender, 1978). O significado econômico de colonial explicita-se, diz ele,

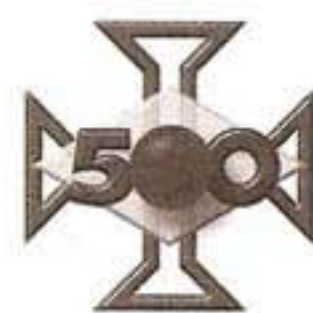
*A tese do modo
de produção escravista
colonial encerra o debate que
oscilou entre as explicações
feudal ou capitalista*

“nos seguintes traços principais: 1) economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2) troca de gêneros agropecuários e/ou matérias primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3) fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo.” (Gorender, 1978).

As discussões anteriores oscilaram entre as explicações feudal ou capitalista. Gorender encerrou esse debate com a visão nova da predominância do modo de produção escravista colonial em nosso passado histórico, e da formação do capitalismo brasileiro a partir da desagregação do escravismo, com um período intermediário de transição onde traços desses dois modos de produção se combinaram.

A sociedade colonial que emerge da descrição feita por Gorender é muito mais complexa do que aquela pintada pelas teorias circulacionistas derivadas de Caio Prado Jr. Ele registra a existência, nesse modo de produção, de um mercado interno “quase inelástico”, e “inadequado aos fins da produção mercantil”. Mas que já era visível desde o início do século XVII, em torno de alguns núcleos urbanos, onde “se formou um mercado interno para alimentos produzidos na própria colônia” (Gorender, 1978). Aponta também a existência, no interior da sociedade escravista, de um modo de produção marginal, “predominantemente de autosubsistência”, formado pela pequena produção camponesa, tocada por pequenos lavradores não escravistas independentes, cujas sobras eram destinadas ao mercado interno, e que cresceu principalmente nos séculos XVIII e XIX. Na proximidade de grandes cidades como Rio e Salvador, eram estimulados à produção mercantil, podendo então alcançar “relativa prosperidade” que “lhes permitia certa acumulação e a aquisição de escravos” (Gorender, 1978).

Este é outro tema presente em *O escravismo colonial*: a questão da acumulação interna no período colonial. As idéias dominantes na historiografia recusavam esta possibilidade, pois o comércio e vida econômica da Colônia eram controlados e estavam a serviço dos mercadores sediados em Lisboa e outras cidades europeias. Tese destruída pela pesquisa histórica e também pela forma inovadora de avaliar os documentos e o conhecimento até então acumulado. Como outros estudiosos, Gorender registra que o centro do tráfico de escravos já havia passado, no século XVIII, da metrópole para a Colônia. Os escravos eram o principal produto importado pela Colônia, parte de um comércio externo que envolvia aguardente, fumo, açúcar, tecidos da Índia e outros gêneros. Já no século XVIII, diz ele, formara-se na Bahia, em Recife,



no Rio de Janeiro, uma burguesia mercantil forte e ciosa de seus interesses, que havia sido capaz, por exemplo, de comandar e financiar a reconquista de Angola, em 1648 (ocupada pelos holandeses por ordem de Maurício de Nassau). Isto no século XVII.

Entretanto, não se podia confundir aquela acumulação de capitais com a acumulação capitalista. “Os mercadores coloniais constituíam uma burguesia mercantil integrada na ordem escravista, e tão interessada na sua conservação quanto os plantadores”; estava longe de ser uma burguesia com as conotações desta classe no modo de produção capitalista. A acumulação que houve no escravismo não era acumulação capitalista, pois traduzia-se na acumulação de escravos. “Expandir a produção implicava, aqui, em primeiro lugar, o aumento do plantel de escravos”. Ela podia assumir também outra forma, nas mãos do fazendeiro (na esfera da produção) ou dos mercadores (na esfera da circulação), “a forma de dinheiro e de outros meios líquidos pertencentes aos mercadores”. Mas o “capital colonial só o era enquanto capital mercantil”, perdendo a natureza de capital quando investido em escravos e em meios de produção num empreendimento escravista. “A acumulação de capital mercantil não se transformava em acumulação própria ao modo de produção capitalista”, que é a “apropriação de mais-valia criada por operários assalariados”. Ao contrário, a acumulação colonial tinha, quase sempre, a forma pré-capitalista de entesouramento (Gorender, 1978).

A análise feita em *O escravismo colonial* é circunscrita ao período de vigência do modo de produção escravista colonial, e não enfrenta a questão de sua decomposição e extinção. Reconhece, entretanto, que o abolicionismo é “fator dinâmico primordial” para sua superação (Gorender, 1978). Ficou adia-da, assim, não só a análise daquela revolução social, mas também o estudo da passagem do escravismo para o capitalismo no Brasil, tema abordado (embora sem maiores desenvolvimentos) em textos de 1981 e 1987. No primeiro, Gorender diz que o fim do escravismo colonial não significou a afirmação imediata do modo de produção capitalista em nosso país, mas o início de um período de dominação latifundiária (um modo de produção plantacionista latifundiário apoiado em formas camponesas dependentes) que durou toda República Velha. Era um “modo de produção subordinado, baseado na combinação de “elementos de economia camponesa com o pagamento de salários de modalidade pré-capitalista. Sua produção voltava-se fundamentalmente à exportação, em condições que permitiam a difusão de relações salariais e a ampliação do mercado interno (Gorender, 1981; 1987a). A descrição deste período de transição entre o escravismo e o capitalismo, no Brasil, está ainda à espera de seu historiador.

Mercado interno, acumulação e ritmos econômicos

Após Gorender ter desvendado o mundo das relações de produção na Colônia, havia ainda outro aspecto daquela realidade ainda por decifrar. O véu que o encobria começou a ser levantado de forma sistemática em 1977, quando a historiadora Maria Yedda Leite Linhares começou a organizar a equipe de pesquisadores para estudar o abastecimento dos centros urbanos brasileiros, que resultou em dois livros publicados em 1979 (Linhares, 1979; Linhares e Silva, 1979). Os méritos destes estudos não se esgotam na descrição detalhada dos problemas do fornecimento de alimentos para as vilas e cidades coloniais, a escassez, a alta do custo de vida, as intervenções e omissões da autoridade pública, ou a tipologia das crises, temas ali abordados de forma pioneira. Ela constata a “ausência de estudos particularizados sobre o comércio e sobre os comerciantes nas cidades coloniais”, impedindo o conhecimento completo das transformações internas que decorreram da mineração, do aparecimento de centros consumidores “de relativa concentração demográfica”, e do impacto econômico da mudança da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro. Desde meados dos anos 70, Maria Yedda orientou cerca de 60 pesquisas nesse sentido.

A idéia da existência de um mercado interno à Colônia, de uma produção agropastoril destinada ao abastecimento dos centros urbanos, da acumulação de capitais e de ritmos econômicos que indicavam uma certa autonomia da economia colonial, embora dependente, adquiria direitos de cidadania na historiografia brasileira. A obra mais marcante, nesse sentido, é a do historiador João Luís Ribeiro Fragoso (Fragoso, 1992) que, sintomaticamente, é dedicada à historiadora Maria Yedda Leite Linhares.

Sua pesquisa esclareceu alguns pontos que, até então, eram obscuros. Se as dúvidas a respeito da existência do mercado e da acumulação interna já se dissipavam, restava provar a relativa autonomia da vida econômica da Colônia.

A partir do exame de inventários, testamentos e outros documentos, de grandes comerciantes do Rio de Janeiro, ele descobriu uma prova contrariando um aspecto essencial da teoria: nenhum tinha passivo comercial superior ao ativo. Isto é, o dinheiro que tinham a receber era maior do que suas dívidas, demonstrando “sua autonomia financeira frente aos capitais e casas mercantis estrangeiras – ao contrário do que pretendia a historiografia oficial” (Fragoso, 1990; 1992).

Outra prova, também fundamental, veio do estudo do comportamento dos preços em grandes cidades coloniais brasileiras, mostrando que a economia colonial flutuava com ritmos próprios, pelo menos no período estudado (posterior à 1750), e não de acordo com o comportamento dos preços no mercado internacional. As teses anteriores, segundo as quais a economia colonial era reflexa, preconizavam um automatismo na oscilação dos preços que a pesquisa empírica não comprovou. Semelhante disparidade de oscilações foi encontrada para a cidade de Salvador, entre 1750 e 1845, num estudo feito por Kátia Matoso, e para o Rio de Janeiro, entre 1763 e 1823, num estudo de Harold Johnson, que mostraram uma tendência de alta nos preços coloniais, quando a tendência internacional era de baixa. (Fragoso, 1992).

Isso revela uma autonomia relativa da vida econômica colonial, revelada principalmente “pela possibilidade dessa formação social controlar, pelo menos em parte, seus mecanismos de reprodução. Referimo-nos em especial à ascendência da comunidade mercantil sobre a liquidez e o tráfico atlântico no Sudeste colonial e, mais do que isso, ao jogo que se estabelece entre o capital mercantil e a agro-exportação, onde o primeiro recria periodicamente o segundo” (Fragoso, 1992).

Reprodução que tinha, no comando, esse capital mercantil formado na Colônia, e na base o modo de produção escravista colonial. Sua reprodução se dava pela agregação de mais escravos, trabalho forçado que permitia o aumento da área da terra explorada na fronteira agrícola, recriando periodicamente “uma forma de produção historicamente dada”. Essa forma de produção dava-se numa sociedade fortemente hierarquizada, com base no trabalho escravo que, em seu movimento de reprodução, reproduzia essa sociedade (Fragoso, 1992).

Duas descobertas

fundamentais: os comerciantes cariocas tinham a receber mais do que deviam; e a oscilação dos preços, na Colônia, era independente do mercado internacional

Assim, a dependência é, em parte, controlada a partir de dentro da formação histórico social brasileira, “transformando-se em um mecanismo de acumulação interna”, ou melhor, “de reiteração das desigualdades econômicas e sociais nela presentes” (Fragoso, 1992). Esta é uma primeira conclusão que o estudo de Fragoso impõe: o reconhecimento de que, se tinham relativa autonomia em relação ao domínio externo, as elites brasileiras sempre se beneficiaram da subordinação do país à economia mundial, conseguindo grandes lucros com a dependência externa, elite que optou pelo atraso e pelo subdesenvolvimento para manter seus privilégios.

Palavras finais

O plano inicial era apresentar as visões do Brasil num único artigo, comemorativo dos 500 anos de nosso país. Mas o tema se impôs, por sua complexidade e extensão, chegando a estes oito artigos, publicados durante 1999 e 2000, conjunto que tem omissões, e onde muita coisa foi tratada de forma ligeira, algumas vezes deliberadamente, e outras por incapacidade do autor.

A ambição inicial era vasta. Primeiro, apresentar sob um ponto de vista marxista as obras, os autores e os debates significativos de nossa historiografia. Depois, mostrar como as gerações de historiadores contribuíram para a elaboração de uma história científica no Brasil, trabalho intelectual que sempre dialogou com as contradições da vida social, política, econômica e cultural. A relação entre as gerações de historiadores é ambígua – é crítica e, ao mesmo tempo, incorpora o conhecimento alcançado, um caso exemplar de superação, ao estilo hegeliano, sinônimo de ultrapassagem e, ao mesmo tempo, incorporação.

Outro aspecto que este balanço pretendeu registrar foram as conseqüências da dependência cultural – de nosso país e seus intelectuais. Na historiografia, ela está presente na subordinação às escolas de pensamento européias e, depois, norte-americanas. Sob o peso das modas intelectuais do momento, a crítica à produção passada foi, quase sempre, iluminada com luzes estrangeiras, deixando na penumbra o acúmulo do conhecimento histórico alcançado no próprio país. Tendência que se choca, crescentemente, com contra-tendências dotadas de ferramentas críticas e olho no país e em seu povo.

Este conjunto de artigos procurou demonstrar também como a assimilação do marxismo, e seu amadurecimento no país, levou à compreensão da formação histórico social brasileira, dos modos de produção que aqui tiveram vi-



gência, e de sua sucessão. Isto é, como se construiu uma visão marxista coerente de nosso passado.

Falta, nesta série, pelo menos um esboço do rico debate ocorrido desde os anos 50 na esquerda brasileira, sobre o caráter de nossa formação histórico social. Embora os teóricos de organizações de esquerda não sejam historiadores no sentido acadêmico, a matéria com a qual trabalham e sobre a qual agem é a sociedade e seu movimento. São por isso especialistas no conhecimento histórico, estudo que orienta e é um dos fundamentos de suas opções táticas e estratégicas. Em consequência, é comum que muitas teses que renovaram a história tenham nascido no âmbito das organizações de esquerda, traduzindo as exigências das lutas políticas em teses que influenciam muitos estudiosos, acadêmicos ou não. Eles as desenvolvem de forma metódica e sistemática, e geram novos conhecimentos que, por sua vez, voltam e influenciam aqueles estudiosos militantes e as organizações de esquerda, num processo de retroalimentação permanente e de mão dupla. Não há ciência histórica sem prática política, da mesma forma que não há política sem a ciência da história. As imposições de espaço editorial impediram a apresentação, aqui, deste debate, cujo tratamento será tema de artigo à parte.

Este conjunto de textos foi submetido ao leitor na esperança de despertar seu interesse por estes problemas e chamar a atenção para sua complexidade, na certeza de que somente uma atitude científica, deixada como herança pelos fundadores do marxismo, pode fundar uma ação transformadora fértil e radical.

José Carlos Ruy é jornalista.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion, "Sobre os modos de produção coloniais na América" e "O modo de produção escravista colonial na América", in Santiago, Théo Araújo (org.), *América Colonial*, RJ, Pallas, 1975

_____, "Observações sobre o 'dossier' preparatório da discussão sobre o modo de produção feudal", in CERM, *Sobre o Feudalismo*, Lisboa, Estampa, 1978

_____, *Agricultura, escravidão e capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979

_____ (org.), *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*, RJ, Jorge Zahar, 1988

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, "O império escravista e a república dos plantadores", in Linhares, Maria Yedda (org.), *História Geral do Brasil*, RJ, Campus, 1990

_____, João Luís Ribeiro, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790/1830)*, RJ, Arquivo Nacional, 1992

GORENDER, Jacob, *O escravismo colonial*, SP, Ática, 1978

_____, *A burguesia brasileira*, SP, Brasiliense, 1981

_____, *Combate nas trevas*, SP, Ática, 1987

_____, *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987a

_____, *A escravidão reabilitada*, SP, Ática, 1990

GORENSTEIN, Riva, Martinho, "Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808/1830)", in Martinho, Lenira Menezes e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

LENHARO, Alcir, *As tropas da moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808/1842*, SP, Símbolo, 1979

LEVY, Maria Bárbara, *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*, RJ, IBMEC, 1977.

LINHARES, Maria Yedda Leite, *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530/1918)*, Brasília, Binagri, 1979

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, 1^o Vol., RJ, IBMEC, 1978

MARTINHO, Lenira Menezes, "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento", in Martinho, Lenira Menezes e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993

MOURA, Clóvis, *Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988 (1^a edição: 1959)

PEREIRA, Duarte, "Marxismo sem classe operária. É possível?", *Princípios* n^o 56, fev-mar-abr/2000

PETRONE, Maria Thereza Schorer, *O Barão de Iguape – um empresário da época da Independência*, SP, Cia Editora Nacional, 1976

RODRIGUES, José Honório, *Brasil e África: outro horizonte*, RJ, Nova Fronteira, 1982 (1^a edição: 1961).

RUY, José Carlos, "A sociologia sem causa mortis", in *Leia*, SP, 1988

SINGER, Paul, "Campo e cidade no contexto histórico latino-americano", in *Economia política da urbanização*, SP, Brasiliense/Cebrap, 1975

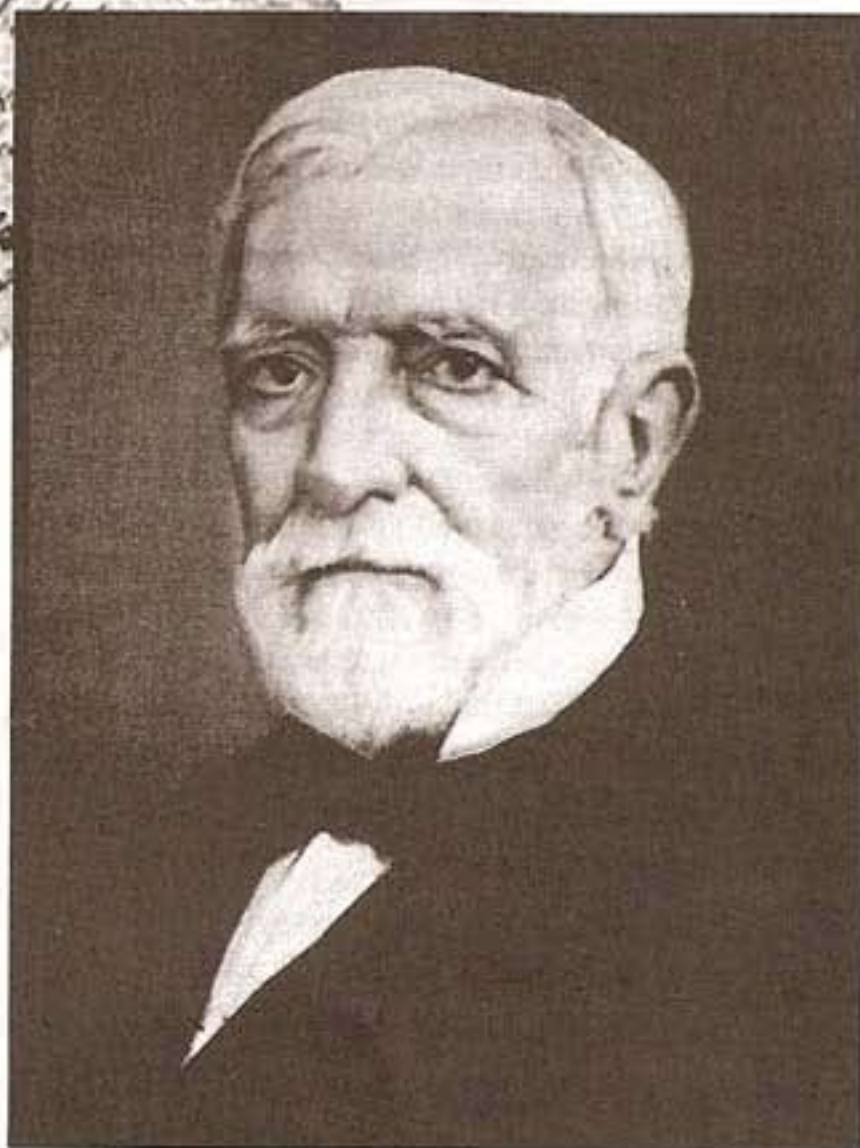
VERGER, Pierre, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*, SP, Corrupio, 1987 (1^a edição: 1968)

ZEMELLA, Mafalda P., *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, SP, Hucitec/Edusp, 1990 (1^a edição: 1951)

Nº 112345

BANCO MAUÁ

O Visconde de Mauá e o início da industrialização brasileira (final)



RAUL K. M. CARRION

Seu projeto industrialista chocou-se, com a resistência oligárquica aliada ao capital financeiro inglês em expansão, culminando com sua falência

Na primeira parte (ver *Princípios* 58) abordamos as circunstâncias e as influências inglesa e liberal no surgimento e na formação de Irineu Evangelista de Sousa. Analisamos a reforma tarifária Alves Branco, a nova Lei de Terras e a extinção do tráfico negreiro e o início de espaços para a industrialização do país, apesar do ambiente escravista. Examinamos as primeiras iniciativas de Mauá nos âmbitos comercial, industrial e financeiro. Ele se apoiava e dependia do governo imperial para levar adiante seus empreendimentos, ao mesmo tempo que jogava o papel de instrumento da geopolítica brasileira, no Prata e na região amazônica. Mas, também vimos que – tolerado pela oligarquia escravista enquanto alternativa para a aplicação dos seus capitais ociosos – tão logo começou a jogar um papel econômico de certo vulto, Mauá passou a ser hostilizado por essas mesmas elites agrárias, inimigas de qualquer mudança.

ESTANDO o espaço creditício tradicional ocupado pelo novo Banco do Brasil oficial, posto a serviço do capital parasitário, Mauá planejou uma instituição financeira internacional, com sede no Brasil e uma agência na Inglaterra, para captar capitais europeus com o intuito de investir em empresas brasileiras e financiar o comércio exterior do país (aproveitando-se da diferença entre os juros internos e externos), além de atividades de câmbio. Adiantando-se à sua época e ao seu meio, Mauá sonha – em meados do século XIX, em plena sociedade escravista – com um banco associado a ferrovias e indústrias, fomentando o progresso econômico ao país:

“Em poucos anos, uma filial do Banco Mauá se acharia estabelecida em cada uma das capitais das vinte províncias do Império, além de muitas outras em localidades de alguma importância do Brasil; e, secundando esse mecanismo de crédito com filiais em Londres e em Paris, ficariam criados no Banco Mauá & Cia. elementos com base para alimentarem operações de crédito e finanças, que interessariam em grande escala ao progresso econômico do nosso país. (...) vasto mecanismo de crédito que (...) se constituiria o centro de todo o movimento monetário e financeiro da América Meridional em ligação íntima com os principais centros monetários da Europa.

Realizado este pensamento, as empresas brasileiras (...) não teriam por certo de arrastar-se abatidas aos pés da usura desapiadada de maus elementos financeiros da praça de Londres; 5% de garantia e não 7% seria base suficiente para eu e meus agentes termos conseguido a coadjuvação do capital europeu para as nossas empresas de viação e quaisquer outras, se bem demonstrada utilidade para os capitais a empregar, encontrariam apoio fácil e eficaz”. (1)

Para escapar à legislação das sociedades anônimas, sujeitas à aprovação e intervenção governamental, Mauá aproveitou-se de brechas na legislação e criou, em julho de 1854 – tendo como sócios alguns brasileiros e várias empresas inglesas e francesas – a Mauá, Mac Gregor & Cia., sociedade de responsabilidade limitada, formada por 182 investidores. O capital inicial seria de 30 mil contos de réis, o mesmo do Banco do Brasil. Logo, começou um cerrado bombardeio contra a nova iniciativa de Mauá, tendo o governo proibido a divisão do capital da Mauá, Mac Gregor & Cia em ações. Mauá teve, então, de montar o novo banco com objetivos mais limitados, reduzindo seu capital para 20 mil contos e direcionando-o para a transferência de fundos entre a Europa e o Brasil e para o mercado de câmbios. Logo acumulou grandes lucros e buscou novos investimentos produtivos. O ano de 1857 vai encontrar Mauá comandando 10 empresas. Entre elas, as mais sólidas eram o Banco Mauá, Mac Gregor & Cia, a fábrica da Ponta da Areia, a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, a Companhia de Navegação do Amazonas, a Companhia de Luz Esteárica.

Mas, a política governamental que priorizava a agricultura e as altas taxas de juro – buscando fazer dos ex-traficantes de escravos felizes rentistas – blo-



queia as perspectivas da industrialização do país. Mauá volta os olhos, então, para a região platina. Cria em 1857 o Banco Mauá & Cia, em Montevideu. Em 1859 esse banco já conta com agências em Salto e Paissandu; logo em Cerro Largo e Mercedes. Em janeiro do mesmo ano, abre uma sucursal do Banco Mauá em Rosário, sede da então Confederação, primeiro banco argentino. Logo abre sucursais também em Buenos Aires e Gualeguachi. Mauá investe em terras e compra em Mercedes uma enorme estância de 160 mil hectares. Importa rebanhos de carneiros para a produção de lã de qualidade, estimula a melhoria das raças vacum e cavalariço, desenvolve uma pecuária empresarial, é um pioneiro da frigorificação.

As notícias do Brasil, porém, não são boas. Em junho de 1857, a fábrica da Ponta de Areia é destruída por um incêndio (tudo indica que por sabotagem inglesa). Os prejuízos, não cobertos por seguros, alcançam 500 contos de réis, além da perda de tecnologia e a descontinuidade da produção. Na Inglaterra, seu sócio Reynell de Castro enterra 1.700 contos de réis na estrada de ferro Recife-São Francisco. A política protecionista, de 1844, começa a ser desmontada por pressão dos ingleses e dos setores agrários que não vêem com bons olhos a industrialização de um país “predestinado” para a produção agrícola:

“A comissão encarregada de estudar a revisão tarifária, que acabou de efetivar-se em 1857 (...) não hesitaria em firmar assim o seu ponto de vista: ‘Uma tarifa que encareceu com o peso de fortes direitos os instrumentos agrários, e dificultou a sua aquisição, uma tarifa que encareceu os gêneros necessários à subsistência da classe dos trabalhadores, a conservação de imposto que dificultam a saída de seus produtos, e a sua concorrência com seus similares nos mercados exteriores, e

colocam os nossos lavradores na triste colisão, ou de abandonarem a lavoura da terra, ou de suportarem rudes golpes por amor da indústria fabril.’ (Relatório da Comissão encarregada da revisão da tarifa em vigor que acompanhou o projeto da tarifa apresentada pela mesma Comissão ao Governo Imperial, Rio, 1853, p. 285) A tradição escravista e feudal detinha o processo inexorável. Em 1857, assim, a tarifa reabre as portas do mercado interno: “A diminuição dos direitos recaiu, em geral, sobre os gêneros alimentícios e instrumentos e utensílios destinados à lavoura. As matérias-primas foram sujeitas a uma taxa de 5%, revogando-se os privilégios concedidos às fábricas nacionais.” (Nícia Vilela Luz: *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930)*, S. Paulo, 1961, p. 24)” (2)

Em 1860, através da reforma Silva Ferraz, o governo isenta de direitos alfandegários os materiais importados destinados à lavoura e os navios construídos no estrangeiro, além de restringir a circulação monetária, trazendo enormes dificuldades à produção industrial no país. A fábrica da Ponta de Areia – que Mauá acabara de reconstruir com pesados investimentos – é inviabilizada:

“A legislação sobre artefatos de ferro foi se modificando. Navios a vapor e alguns de vela, dos que a Ponta de Areia conseguiria fornecer 72 nos primeiros onze anos de sua existência, tiveram ingresso do estrangeiro, livres de direito! Da mesma forma, entraram maquinismos a vapor e ainda outros, de sorte que a concorrência com os produtos similares do exterior tornou-se impossível e o estabelecimento decaiu. (...) falharam em sua totalidade as encomendas do governo, e o serviço particular era mínimo; foi, portanto, pre-

ciso fechar as portas das oficinas à míngua de trabalho.” (3)

Mauá tenta vendê-la aos ingleses, mas o rompimento de relações do Brasil com a Inglaterra, em 1863, devido à “questão Christie”, inviabiliza o negócio. Assim, dezessete anos após sua inauguração, a primeira grande indústria instalada no Brasil é liquidada, causando um prejuízo de cerca de mil contos de réis. Mauá também decide fechar a empresa Fluminense de Transportes e a empresa de diques flutuantes, que não se haviam mostrado lucrativas, além de cortar os investimentos na mineradora do Maranhão. E para fazer caixa diante de tantos reveses, precisou vender suas ações na ferrovia Santos-Jundiaí.

Como se tudo isso não bastasse, em maio de 1862 é criado em Londres o The London and Brazilian Bank, com capital inicial de um milhão de libras esterlinas (o equivalente a 10 mil contos de réis), que passa a disputar espaços diretamente com Mauá, em um mercado até então relativamente livre de competidores. Três meses depois, surge o The London and River Plate Bank, com um capital inicial de 600 mil libras esterlinas, para atuar nos principais mercados do Prata, concorrendo diretamente com Mauá. O cerco ia se fechando.

Apesar dos contratos do The London and Brazilian Bank terem chegado ao Brasil somente em julho de 1862, já em 2 de outubro o governo brasileiro autorizava o seu funcionamento através de decreto (a exigência de aprovação pelo Parlamento só valia para as empresas brasileiras). No entendimento das autoridades do país, se o banco fosse estrangeiro não se devia criar empecilhos para a sua instalação.

Seguramente, o início da década de 60 – de consolidação da oligarquia agro-exportadora do café e de expansão do imperialismo inglês (4) – não prenunciava nada de bom para Mauá.



A frustrada tentativa de se salvar, sob a bandeira inglesa

Para enfrentar o perigo que surgia com a criação do The London Brazilian Bank, Mauá faz uma manobra surpreendente. Vende sua mais lucrativa empresa – a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro – ao maior acionista individual deste banco e propõe a fusão do Mauá, Mac Gregor & Cia com o The London Brazilian Bank, para a formação de um grande banco de caráter internacional, no qual entraria com três quintos do capital, sem exigir qualquer participação na sua direção. Por sua proposta, revolucionária para a época, o novo banco deveria abrir agências em Paris, Lisboa e Porto, para se juntar às dezessete agências que ambos já possuíam na América do Sul e Europa. Em carta a seu amigo uruguaio Andrés Lamas, em 8 de agosto de 1865, Mauá explica seus motivos para essa associação com os ingleses:

“Porque compreendi todo o alcance da guerra injusta e desleal que me faziam é que me resolvi a pôr meus interesses debaixo da bandeira inglesa, ficando assim a meu ver amparado; também queria ocultar o meu nome, o que não me foi possível (...) Estava tranqüilo quanto aos recursos na marcha regular do sucesso, e os resultados provavam que teria razão – agora, antes que me possam ferir de novo, encontrarão pela frente a bandeira inglesa.” (5)

Depois de longas negociações – em que os novos sócios exigiram a colocação do seu nome na nova entidade financeira – que passaria a se chamar The London Brazilian & Mauá Bank – foi acertado que Mauá indicaria apenas um dos sete diretores – ele próprio. Em dezembro de 1865 o novo banco é anunciado em Londres. Mauá

providencia a transferência de seus contratos e concessões, conseguindo-a facilmente no Uruguai e na Argentina e em quase todos os negócios brasileiros. O London and Brazilian Bank, comunica ao governo brasileiro sua mudança de nome e a continuidade de suas operações nas mesmas condições, só que com uma nova razão social. A data do início das operações é marcada para 1º de janeiro de 1866.

Mas o governo brasileiro, ao tomar conhecimento da participação de Mauá no novo banco, impõe condições: o novo banco, apesar de constituído em Londres, precisa se organizar de acordo com a lei brasileira de sociedades anônimas. Ou seja, se os ingleses ficassem sem um sócio brasileiro, continuariam gozando dos benefícios da lei das sociedades anônimas inglesas; se aceitassem o sócio brasileiro, estariam submetidos à lei das sociedades anônimas brasileiras. Estava fechado o caminho para a fusão e a situação de Mauá se debilitou enormemente, pois Alexandre Mac Gregor retirou-se da parceria até então mantida com Mauá.

Dono, ainda, de uma fortuna pessoal considerável, Mauá reúne seus sócios na Mauá, Mac Gregor & Cia e lhes propõe liquidar esta empresa, criando em seu lugar uma nova empresa, em que ele seria o único sócio responsável, e na qual colocaria como garantia todos os seus bens pessoais. Se ao final de três anos ele não conseguisse ressarcir os sócios minoritários de todos os seus investimentos, esses teriam o direito de lhe vender suas cotas pelo valor nominal, e elas seriam pagas com o seu dinheiro pessoal. Assim, em vez do grande banco internacional idealizado por Mauá, nasce em 1º de janeiro de 1867, uma simples empresa comercial com um único sócio responsável: Irineu Evangelista de

Sousa. A Mauá & Cia nascia para diminuir, não para crescer. Mesmo assim, os ativos da nova empresa eram enormes:

“De sua mesa saíam ordens para os diretores de dezessete empresas instaladas em seis países (...) o barão geria bancos no Brasil, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França; estaleiros no Brasil e no Uruguai; três estradas de ferro no interior do Brasil; a maior fábrica do país, uma fundição que ocupava setecentos operários; uma grande companhia de navegação; empresas de comércio exterior; mineradoras, usinas de gás; fazendas de criação de gado; fábricas variadas. (...) Quando o barão resolveu, em 1867, reunir a maior parte das empresas num único conglomerado, o valor total dos ativos chegou aos 115 mil contos de réis. Só havia um número no país comparável a este: orçamento do Império, que consignava todos os gastos do governo dirigido por seu vizinho, Dom Pedro II, com 97 mil contos de réis naquele mesmo ano.” (6)

Mas, no final de 1869 finda o prazo que Mauá havia pedido para recompor o capital da Mauá & Cia e o resultado financeiro tinha sido o inverso do esperado. Em vez de melhorar, a empresa tinha piorado. Em fevereiro de 1870 é feita a reunião dos sócios e apresentado o difícil quadro. Diversos sócios pedem o seu dinheiro de volta. Para pagá-los, Mauá hipotecou parte de seus bens pessoais no Banco do Brasil.

Em 1871, a subida do ministério Rio Branco, seu amigo pessoal, desanuvia um pouco sua situação. A pressão brasileira sobre o Uruguai – através de seu embaixador em Montevidéu – o ajuda a colocar em ordem os seus negócios neste país. Aqui, consegue renegociar os juros de sua dívida com o Banco do





Brasil, em condições mais favoráveis, e arranca uma autorização para vender em Londres a Companhia de Navegação do Amazonas, com o objetivo de liquidar suas dívidas pendentes e recompor sua fortuna pessoal. A exitosa venda, em março de 1872, da Companhia de Gás de Montevidéu, proporciona uma injeção de quase meio milhão de libras no caixa da Casa Mauá. As coisas pareciam começar a melhorar.

Mauá retoma, então, iniciativas que marcarão época. Cria, em 1873, a Companhia Agrícola, Pastoril e Industrial – com 250 mil hectares, mais de 200 mil cabeças de gado, uma charqueada e uma fábrica de carnes em conserva. Em 1874 é o responsável pelo estabelecimento da ligação telegráfica, via cabo submarino, entre o Brasil e a Europa – cuja concessão cede gratuitamente aos ingleses – inaugurada pelo Imperador D. Pedro II em 22 de junho desse ano. Em reconhecimento, o Imperador concede-lhe o título de Visconde de Mauá.

O triste fim de um burguês em uma sociedade escravista dependente

Em fins de 1874, Mauá é chamado às pressas a Montevidéu, onde nova revolução havia explodido, levando ao poder o caudilho colorado Varela. A política monetária do governo Varela leva, em 23 de fevereiro de 1875, a uma verdadeira corrida aos bancos para trocar os seus bilhetes por ouro. A situação deixa o Banco Mauá descoberto em relação a um cheque de 200 mil libras do Banco Alemão. Em situação emergencial, Mauá solicita um empréstimo de 300 mil libras ao Banco do Brasil para cobrir esse cheque e ter uma reserva de segurança. Como garantia, oferece as ações da Companhia Agrícola, Pastoril e Industrial, que valiam o dobro disso. Mas a postura do Governo brasileiro frente a Mauá havia mudado: o Banco do Bra-

sil nega-se a conceder-lhe o empréstimo salvador. Apesar de possuir um ativo bem superior ao seu passivo, e apesar de possuir bens suficientes para cobrir essas 300 mil libras, Mauá fica momentaneamente insolvente e é obrigado, em 17 de maio de 1875, a fechar as portas e entrar em processo irreversível de liquidação. Depois que os peritos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional atestam a solvência de Mauá & Cia, é declarada sua moratória por três anos, prazo para a liquidação de todos os seus débitos para com os credores.

Ficava claro que nem o imperialismo europeu em expansão – em especial o inglês – nem a oligarquia escravista brasileira estavam dispostos a tolerar os negócios de Mauá. Haviam-no aceito, até certo ponto, enquanto este os servia e não os ameaçava. Agora, porém, devia ser descartado. E foi.

Mauá ainda tentou resistir. Uma de suas esperanças era conseguir cobrar os valores que o governo uruguaio lhe devia. O alheamento do Império em relação ao problema e o caos político e econômico do país vizinho inviabilizaram essa solução. A outra esperança de Mauá era a cobrança da dívida de quase 500 mil libras esterlinas da São Paulo Railway para com ele, mas a empresa inglesa exigiu que o julgamento da causa ocorresse na Inglaterra. O Supremo Tribunal de Justiça – que em 1869 havia garantido a Mauá o direito de demandá-la no Brasil – voltou atrás e, 8 anos depois, abdicando da soberania nacional, adotou a tese de que só a justiça inglesa era legítima para decidir. Só que, a essa altura, o prazo para qualquer ação jurídica na Inglaterra já havia caducado e Mauá não conseguiu reaver um único tostão.

Apesar de todos percalços, Mauá

pagou, no prazo de três anos, 75% dos credores. Como ainda faltavam 25%, a sua falência foi decretada em 1878. Mas, ainda lhe restavam muitos bens pessoais, vários deles no exterior. Um a um, esses bens, até mesmo a casa e objetos pessoais, foram por ele vendidos para pagar os seus credores. Seis anos depois, consegue quitar o seu último débito. Em 30 de janeiro de 1884, o Juiz Miguel Calmon pronunciou a sentença de reabilitação comercial de Mauá, então com 70 anos de idade.

A fim de retomar a sua vida, toma emprestado de seu filho Henrique 200 contos de réis e outros tantos de diversos amigos. Com esse pequeno capital recomeça a vida como corretor, montando um escritório no Rio de Janeiro. Em 21 de outubro de 1889, aos 75 anos de idade, morre de “diabetes e pneumonia”. A família de Mauá recebeu os pêsames do Imperador. O Banco do Brasil fechou as suas portas na Corte em sinal de luto e o mesmo fizeram inúmeras casas bancárias no Rio e em Petrópolis.

O indivíduo vencido pelas circunstâncias

A análise da trajetória desse grande empresário moderno, que foi o Visconde de Mauá, nos permite algumas conclusões sobre os primeiros passos da industrialização brasileira.

A primeira delas, é no sentido de que o primeiro surto industrial no Brasil, em pleno regime escravista, só foi possível devido à intervenção econômica do Estado, através da política tarifária de Alves Branco, posta em prática a partir de 1844. As novas taxas alfandegárias acabaram com os privilégios que os ingleses detinham desde 1810 e constituíram-se em uma proteção para a criação de indústrias no país. Mas esse incentivo à industrialização teria pouco significado sem a abolição do tráfico negreiro em 1850, liberan-

do enormes quantidades de capitais, até então aplicados nesse lucrativo negócio. Portanto, a conjunção dessas duas circunstâncias irá, apesar do meio escravista desfavorável ao desenvolvimento das forças produtivas, permitir a ação de Irineu Evangelista de Sousa e alguns outros pioneiros – em geral influenciados pelo exemplo da industrialização inglesa – no sentido do desenvolvimento de atividades industriais e bancárias no Brasil.

É importante notar que essa industrialização inicial não se dá contra ou em confronto com a sociedade escravista de então (7), apesar das contradições latentes que iriam se manifestar mais adiante. Ao contrário, se dá em estreita aliança com suas classes dominantes – grandes proprietários escravistas e grandes comerciantes exportadores/importadores – e alavancada pela oligarquia governante. Pois, essas novas oportunidades de negócios que surgem são alternativas de aplicações rentáveis para os capitais ociosos nas mãos de tais oligarquias. E, inclusive, através da modernização dos meios de transporte e de mecanismos mais ágeis e menos onerosos de financiamento, uma forma de diminuir os custos da produção agrícola escravista, especialmente cafeeira, dando-lhe uma sobrevida.

Assim, observamos que essa burguesia, nascida das entranhas da sociedade escravista, está desde o seu início atrelada à classe dominante escravista e ao seu governo, dele dependendo em tudo: proteção alfandegária, concessão de empréstimos do Tesouro, garantia de fornecimento de produtos ou serviços ao governo, único grande comprador neste mercado quase inexistente. (8)

Outra característica dessa burguesia nascente é sua estreita vinculação e associação com os capitais estrangeiros, no caso o capital inglês, que dava os seus primeiros passos rumo à sua

fase imperialista. Como nos diz Jacob Gorender:

“**N**otemos que Mauá foi banqueiro e quase todas suas iniciativas empresariais visaram suprir serviços públicos, como concessões do Estado em condições de monopólio e, em vários casos, com subvenções ou empréstimos do Estado. Foi assim que organizou empresas de transportes urbanos e de iluminação pública a gás, companhias de navegação fluvial a vapor, várias estradas de ferro e a comunicação por meio de cabo submarino. Entre suas numerosas empresas, quase a única de transformação industrial direta – o Estaleiro e Fundação Ponta de Areia, que chegou a reunir cerca de mil trabalhadores –, mesmo esta surgiu do projeto de fornecimento de tubos de ferro ao Governo, com vistas à canalização das águas do rio Maracanã. Por conseguinte, os empreendimentos de Mauá eram compatíveis com o regime escravista e contribuíram para tornar viável seu funcionamento, num período já de declínio. Ademais, uma vez que dependia do Estado, empenhou-se em intensa atividade política e teve bom relacionamento com vários gabinetes ministeriais do Império, que o nobilitou com os títulos de barão e visconde. Quando o Império se recusou a cobrir os débitos do Banco Mauá, faliu. E faliu também porque, na construção da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí (que veio chamar-se São Paulo Railway), recebeu uma rasteira do capital inglês, ao qual diversas vezes recorreu, antecipando um comportamento comum à burguesia brasileira posterior.” (9)

Nesse contexto devemos situar a intensa e contraditória atividade empresarial de Mauá – comerciante, industrial, banqueiro, financista, político –, sua vertiginosa ascensão e sua

rocambolésca queda. Nem anjo, nem diabo: um capitalista em uma sociedade escravista, dominada pela Inglaterra onde, como hoje, as oligarquias governantes concediam maiores facilidades aos capitais estrangeiros do que aos capitais nacionais. Manipulando suas influências no governo, ao mesmo tempo que por este era usado em inúmeras jogadas geopolíticas. Associado aos ingleses, ao passo que entrava em conflito com eles à medida que crescia e se expandia. Adiantando-se ao seu tempo e à realidade do seu país, Mauá aproveitou-se das circunstâncias favoráveis e construiu, em menos de 10 anos, um grande império empresarial e uma grande fortuna. Mas suas bases, assentes em uma sociedade escravista e dependente, não eram sólidas. Logo as oligarquias dominantes trataram de colocar um freio a essas atividades “subversivas” ou enquadrá-las rigidamente. O relatório da Comissão de Inquérito sobre a situação financeira do país, criada pelo ministro Ângelo Ferraz em 1859 – o mesmo que iniciou o desmonte das proteções alfandegárias em 1857 – é eloquente:

“A história do mundo [...] não apresenta outro exemplo de uma desmoralização social tão repentina, de uma corrupção de hábitos santificados por séculos de duração, tão assustadora como temos presenciado no Brasil de 1854 para cá [...] Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa [...] do que finalmente empresas mal-avisadas, muito além das legítimas forças do país, as quais perturbando as relações da sociedade produzindo uma deslocação de trabalho, têm promovido, mais que tudo a escassez e alto preço de todos os víveres.[...] quanto mais não é de lastimar que o nosso povo fosse ainda envenenado moralmente pela introdução do detestável sistema de ban-



cos de emissão, criaturas do monstro – cobiça comercial! Não vimos sem grande receio a facilidade com que os governos, Imperial e provincial, prestam nestes últimos anos a sua garantia a várias empresas.” (10)

A pressão dos setores escravistas e dos ingleses pelo fim das tarifas alfandegárias (que oneravam suas importações) pelo fim dos “privilégios” para as indústrias; a transformação do Banco do Brasil – agora sob o controle da oligarquia governante – em uma alternativa para a aplicação rentável dos capitais parasitários; a crescente má vontade contra essas “inovações” (que contrariavam a tradicional “vocaçãõ agrícola” do Brasil); a falta de um mercado de trabalho livre; tudo isso foi vulnerabilizando as posições de Mauá e outros pioneiros.

É nesse contexto que se inicia a derrocada de Mauá e de seu império empresarial. Dele se conservarãõ inúmeras obras pioneiras – a maioria delas agora sob controle dos capitais ingleses – e as primeiras experiências capitalistas em um solo pouco propício. Experiências que só serão retomadas, em um novo nível, após a Abolição da escravatura e a Proclamação da República, que abrem de fato o caminho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Amancebada desde o seu início com o capital estrangeiro, subordinada à grande propriedade da terra, dependente do governo, temerosa do povo (11), a burguesia brasileira estará marcada desde a sua origem pela pusilanimidade e a falta de um verdadeiro projeto nacional. Tal qual o é hoje.

Raul K. M. Carrion é vereador eleito pelo PCdoB em Porto Alegre/RS e graduado em História pela UFRGS, Coordenador do Centro de Estudos Marxistas (CEM/RS) e do Centro de Debates Econômicos e Sociais do Rio Grande do Sul (CEDESP/RS).

Notas

(1) MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia – Exposição aos credores e ao público*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1998, pp. 219-220.

(2) SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 115.

(3) MAUÁ. *Op. Cit.*, pp. 102-104.

(4) “O período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. (...) é exatamente depois desse período que começa o enorme ‘ascenso’ de conquistas coloniais, que se exacerba (...) a luta pela partilha territorial do mundo.” [LENIN. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, v.1, p. 633].

(5) MAUÁ, Visconde de. In: CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 430.

(6) CALDEIRA. *Op. Cit.*, p. 17.

(7) Muito se tem falado do abolicionismo de Mauá. Na prática, sua posição sobre a questão era contraditória. Por um lado, colocava em seus contratos de prestação de serviços públicos cláusulas onde se obrigava a “não empregar o braço escravo” e desde 1853 pregou a utilização de imigração branca para substituir o braço escravo; fundou colônias agrícolas no Amazonas com 600 açorianos e 500 algarvianos; nas suas estâncias do sul colocou 500 açorianos e trouxe chineses que plantavam chá, arroz, alfafa para suas propriedades no Uruguai; estabeleceu 200 hindus em suas fazendas em Macaé e outros 100 em Sapopemba. Ao mesmo tempo, era incapaz de visualizar a incorporação dos escravos na nova ordem social e temia uma abolição prematura. Defendia, antes de qualquer emancipação dos escravos, a viabilização de um substituto ao braço servil, assumindo postura ambígua frente à abolição.

(8) “Desde que o estabelecimento ficou montado para produzir em grande escala, havia-me eu aproximado dos homens de

governo do país em demanda de TRABALHO para o estabelecimento industrial, cõscio de que essa proteçãõ era devida, mormente precisando o Estado dos serviçõs que eram solicitados, em concorrência com encomendas que da Europa tinham que ser enviadas, e já foi dito quanto o estabelecimento prosperou no período em que essa proteçãõ lhe foi dada.” [MAUÁ. *Op. Cit.*, p. 108].

(9) GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 12-13.

(10) *Relatório da Comissão de Inquérito sobre a situação financeira do país* (1859). Citado por PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971, pp. 83-85.

(11) Nesse sentido, a posição de Mauá, contrária à República, é esclarecedora dos limites políticos do “liberalismo” da nascente burguesia brasileira: “Não desejo para meu país a liberdade e as instituições dos outros Estados da América (...) basta a livre manifestação e desenvolvimento do princípio legal na esfera de ação que a Constituição lhe garantiu. Até aí acompanho a idéia liberal; fora desse terreno, nem uma linha. Essa causa da liberdade que se liga ao futuro da democracia e que é a causa da América, repito, eu não a quero para nosso país (...) se a desgraça permitir que a negra nuvem que apenas aponta em nosso horizonte político, sem que por hora nos inquiete, chegasse a tomar aspecto ameaçador (...) espero e confio que qualquer que seja a opinião que tenha na ocasião as rédeas do poder – esteja a opinião conservadora ou a idéia liberal representada no Governo – há de possuir a energia e vigor precisos para em tal momento sufocar os elementos que queiram transformar a nossa ordem social.” [MAUÁ. *Anais da Câmara*, sessão de 26.01.1874. In: FARIA, Alberto de. *Mauá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, pp. 470-475].

Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte II)



Rafael Jacinto/Vitor

Assembléia dos trabalhadores afastados da Ford reivindicando sua reintegração (julho de 2000)

PAULA BEIGUELMAN

A resistência dos metalúrgicos da Ford contra as demissões e demais ataques da multinacional automobilística

A greve na Ford

No final de 1998, simultaneamente ao desfecho do conflito com a Volks, eclodia em São Bernardo do Campo um novo confronto, desta vez na unidade da Ford.

Este texto, como a parte I publicada na edição anterior de Princípios, faz parte de um estudo mais amplo, com o mesmo título, ainda em fase de elaboração.

EM FINS de novembro, o então presidente da Ford/Brasil, Ivan Fonseca e Silva, anunciara em Porto Alegre que a empresa faria uma paralisação em sua linha de montagem no fim do ano por causa da queda da demanda interna.

No início de dezembro, os executivos da Ford visitam novamente Porto Alegre, pois a montadora tinha um projeto de construção de fábrica em Guaíba (RS). Na ocasião, o presidente de operações para a América do Sul fala em reavaliar os investimentos na região, devido à retração de 35% no mercado brasileiro e 20% no argentino.

Em seqüência a essas manifestações, a Ford antecipava o início do período de licença remunerada para os funcioná-

os da fábrica de São Bernardo. Correlatamente, a linha de montagem, que vinha operando com metade de sua capacidade havia várias semanas, era totalmente paralisada dois dias antes da data prevista. Somente no dia 4 de janeiro de 1999 a empresa informaria quanto às providências que pretendia adotar para adequar a mão-de-obra à produção.

O representante da comissão de fábrica externava o temor acerca das medidas que seriam adotadas e que podiam variar de novas férias coletivas a demissões. A empresa estava com 26 mil carros estocados entre pátio da fábrica e concessionárias.

E, então, no dia 19 de dezembro, o caderno de economia de um órgão de imprensa noticiava em manchete: "Ford do Brasil demitirá 2,8 mil funcionários". (1) As dispensas, além do mais feitas de forma tão brusca, atingiam quase a metade do quadro de pessoal da fábrica de São Bernardo do Campo. Os cortes eram anunciados para o dia 4 de janeiro, quando os trabalhadores retornariam da licença remunerada. O comunicado das dispensas fora feito no fim da tarde do dia 18 de dezembro.

A montadora alegava redução da demanda devido à crise econômica internacional. E informava que a fábrica passaria a operar em apenas um turno de trabalho.

Perplexo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não atinava sobre o que fazer, pois todos os funcionários estavam em licença, portanto ausentes do local de trabalho. A seu ver, a montadora iria certamente enviar à casa dos trabalhadores um aviso sobre os cortes, além de cuidar das indenizações cabíveis.

Estava-se às vésperas da realização de um ato que articulava empresários, sindicalistas e lideranças parlamentares no Pacto pela Produção e pelo Emprego. Tratava-se de denunciar a política econômica do governo, baseada em crédito escasso e juros altos, que produziam a inadimplência das empresas e o desemprego dos trabalhadores, o qual nas regiões metropolitanas já se aproximava dos 20% da População Economicamente Ativa (PEA).

O ato se realizou efetivamente no dia 21 de dezembro e na oportunidade o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC expôs aos presentes a conduta truculenta da Ford, declarando que uma greve era pouco como resposta. Solidário, o presidente da Fiesp se dispôs a interferir no caso.

Enquanto isso, a montadora, às vésperas do Natal, continuava demitindo, inclusive por telegrama.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos declarava que, para evitar demissões, aceitaria uma negociação nos moldes da realizada com a Volks, desde que autorizada pelos trabalhadores. Mas a montadora mantinha as demissões e não dialogava.

Os operários passaram então a ser orientados a aguardar o dia 4 de janeiro, data em que todos voltariam ao trabalho. Nessa ocasião, seria talvez paralisada a Via Anchieta, em sinal de protesto.

No dia 30 de dezembro, a comissão de fábrica e a direção do Sindicato realizavam um primeiro encontro para traçar a estratégia de resistência às demissões. Participa da reunião um diretor, João Ferreira Passos (Bagaço), que liderara a histórica greve na Ford em 1991, quando a empresa cortou o salário dos grevistas e demitiu militantes sindicalistas. A reação operária na época foi violenta.

Desta vez, a Ford se acautelava, realizando uma operação de esvaziamento da fábrica.

"O medo da empresa não é problema nosso", declarava Bagaço. "Nosso problema é a falta de vergonha na cara da Ford, de demitir por carta, na véspera do Natal, sem nenhum respeito às famílias que ajudaram a construir essa empresa".

Os operários se indagavam sobre as intenções da empresa com essa demissão em massa. O caso é que, durante o ano de 1998, as férias coletivas e a licença remunerada perfaziam juntas quase quatro meses de máquinas paradas. E temiam que a Ford estivesse planejando concentrar a produção na futura unidade de Guaíba (RS).

O presidente do Sindicato do ABC fazia saber que a entidade não iria aceitar as demissões. Para evitá-las, dispunha-se a negociar medidas como a ampliação do banco de horas, bem como a redução da jornada de trabalho com corte de custos. Lembrava-se também que entre os demitidos havia trabalhadores à beira da aposentadoria e outros afastados por problemas de saúde. Receava-se, além disso, o cancelamento dos convênios médicos.

Mas a Ford não queria negociar. E, por precaução, adia para o dia 5 de janeiro (1999) o retorno dos funcionários que não haviam sido demitidos.

O plano dos sindicalistas era entrar na empresa e trabalhar normalmente. Um grupo de trabalhadores faria piquetes em todos os portões para evitar que os não-demitidos fossem trabalhar, separadamente. Todos participariam de uma assembléia e só depois entrariam conjuntamente na fábrica.

De fato, no dia 5 de janeiro, depois de realizada uma assembléia, todos se dirigiram à fábrica, vestiram os macacões e assumiram seus postos, determinados a trabalhar, e dessa forma demonstrando que não reconheciam as demissões.

A idéia era produzir, de forma primorosa, 600 carros, sem causar tumulto. O presidente do Sindicato recomendava: "Nada de ataques ao patrimônio e sim disciplina no movimento".

Mas a chefia da fábrica suprimira as condições de trabalho; as empilhadeiras estavam sem gás, as máquinas sem alimentação elétrica ou hidráulica e assim por diante. Em consequência, ao meio-dia, os demitidos e os ainda empregados foram dispensados, embora o turno normal terminasse às 17 horas. A Ford considerou o dia de licença remunerada. E alegou falta de condições operacionais para produzir, inclusive porque havia mais empregados que máquinas disponíveis, visto que os operários dos dois turnos se apresentaram ao mesmo tempo, pela manhã. Dois pontos ficavam patenteados: o não-reconhecimento das demissões e a solidariedade entre empregados e demitidos.

Em uma segunda assembléia do dia, na portaria da empresa, os operários decidiram que se apresentariam de novo para trabalhar, no dia seguinte.

No mesmo dia 5 de janeiro, a Ford anunciava a abertura de negociações com o Sindicato. Mas não pretendia discutir a demissão dos cerca de 40% do seu efetivo. Disponha-se a reexaminar os 300 casos de funcionários com estabilidade incluídos na relação dos dispensados. E também a proceder a uma eventual revisão dos valores das indenizações: até então, fora oferecido o pagamento de dois salários e meio a cada empregado demitido. Mas era só.

Segundo o diretor de Recursos Humanos da Ford, Carlos Augusto Marino, as demissões eram irreversíveis em vista da queda da produção e da participação tornada menor da montadora no mercado. Negou a desativação da Ford do ABC, com a transferência de sua produção para a nova fábrica de Guaíba, ainda em projeto. O que se pretendia, declarava, era manter a unidade de São Bernardo em condições de competir e disputar com as outras unidades Ford do mundo a possibilidade de fabricar novos modelos. Informou ainda que a empresa não pensava em demitir, *por ora*, empregados das unidades do bairro do Ipiranga (São Paulo), que produzia caminhões, e de Taubaté, que fabricava motores até para exportação. A idéia era administrar nessas unidades a baixa de produção esperada para os primeiros meses de 1999.

No dia 6, os operários repetiam sua tática e a empresa novamente deixava as máquinas desligadas. Os trabalhadores consideravam-se em estado de licença remunerada. O presidente do Sindicato declarava: "Nós não estamos em greve, e assim todos os dias deverão ser pagos". A fábrica, sim, praticava o locaute, impedindo a produção. Ninguém estava ocupando a fábrica, mas apenas exercendo o direito de encontrar-se lá para trabalhar.

Mesmo porque os dispensados não haviam assinado as cartas de rescisão contratual; simplesmente haviam sido notificados da demissão, na véspera do Natal. Legalmente continuavam empregados, até porque tinham direito de cumprir o aviso-prévio.

Para sua pretendida negociação com a Ford, o presidente do Sindicato procurou formar uma rede de apoio. Assim, conversou com o novo ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. Embora prometendo agendar uma audiência no Ministério, Dornelles já adiantava, porém, que o governo não ia interferir nas negociações.

Em assembléia realizada na manhã do dia 7, os demitidos da Ford rejeitavam a proposta da montadora, que lhes oferecia uma indenização maior. Ou seja, recusavam-se a trocar seus empregos por dinheiro, ainda mais num mercado em que grassava o desemprego.

A demissão em massa praticada pela Ford comovia o meio operário e a opinião em geral. Além disso, era sabido que, vinculada ao desemprego dos 2.800 na montadora, viria a perda de postos nas indústrias de componentes, atingindo, portanto, uma cifra bem mais alta.

Os empregados da Scania, Mercedes-Benz e Volks planejavam passeatas de solidariedade que sairiam das fábricas em direção à Ford, culminando numa grande assembléia, juntamente com os demitidos.

Num outro dia, os metalúrgicos dispensados levariam mulher e filhos para a porta da empresa.

Pensou-se, inclusive, em promover uma excursão dos demitidos, em ônibus fretado pelo Sindicato, para Tatuí, no interior de São Paulo, para onde a montadora transferira boa parte do seu estoque de veículos, temendo depredações.

Houve ainda a proposta de fechamento da Via Anchieta durante toda uma manhã, sempre para chamar a atenção da opinião pública.

No dia 8, os operários decidiram promover um Natal na empresa no dia 13, já que os 2.800 demitidos às vésperas de 24 de dezembro não haviam tido o direito de aproveitar a festa.

As linhas de montagem continuavam desligadas pela montadora.

O movimento contra as demissões angariava a simpatia de governadores e empresários, preocupados com a retração econômica. O governador Olívio Dutra, que questionava o contrato feito pelo seu antecessor referente ao projeto da Ford em Guaíba, manifestou-se em favor dos trabalhadores e recebeu uma comissão de sindicalistas. O governador Itamar Franco se comprometia a receber o presidente do Sindicato para dar seu apoio aos

metalúrgicos. Deputados e vereadores passavam a comparecer às assembleias na Ford.

O ministro do Trabalho, porém, não alterou sua posição. Em entrevista, informava que não interviria no caso, o qual considerava assunto para negociação direta entre os metalúrgicos e a empresa. A seu ver, não havia base legal para proibir as demissões. Quanto à legislação trabalhista, o ministro considerava um avanço a criação do banco de horas, a demissão voluntária e a suspensão temporária do trabalho. E ponderava que ainda havia muito a discutir para aprofundar a reforma nessa área, eliminando o que chamava de rigidez, a fim de "favorecer a geração de empregos".

A Ford marcava para o dia 13 de janeiro a homologação das demissões no ABC, comunicadas em dezembro. No caso, o acerto de contas com os empregados dispensados seria feito no próprio Sindicato do ABC. A diretoria orientava os demitidos a não comparecer; e o boicote às homologações foi aprovado em assembleia.

Também para o dia 13 estava marcada a grande manifestação contra as demissões. Metalúrgicos e seus familiares participariam de uma ceia de Natal e de um ato religioso ecumênico no pátio da empresa. Além de sindicalistas, estavam convidados o bispo do ABC, o rabino Sobel, pastores de igrejas evangélicas e lideranças políticas.

O Natal dos demitidos, realizado no dia 13 de janeiro de 1999, transformou-se numa conclamação por mudanças no rumo da economia brasileira. Faziam-se críticas aos juros altos, à dependência ao capital especulativo e à desindustrialização. Em seguida, uma passeata, com cerca de 7 mil manifestantes, paralisou por algum tempo uma das pistas da Via Anchieta, terminando com um ato em frente à Igreja. Presente, Lula acusou a Ford, detentora de tão altos lucros globais, de falta de responsabilidade social.

Impávida, a Ford enviava carta aos demitidos de São Bernardo, orientando-os a buscar numa agência bancária local o dinheiro referente às indenizações trabalhistas. Por sua vez, o Sindicato do ABC, contrário às homologações, aconselhava os metalúrgicos, em assembleia, a não receber a importância oferecida nem assinar cartas relativas ao fim dos contratos.

Novamente, demitidos e empregados ocupavam a fábrica, que continuava a não produzir.

Em revendedoras da Ford no Rio Grande do Sul, em Goiânia, em São Bernardo do Campo, eram realizados protestos contra a montadora.

No dia 16 de janeiro, a Ford divulgava comunicado informando que manteria fechada a fábrica até o fim do mês, concedendo licença remunerada aos operários durante esse período. Alegava ter tomado a decisão em vista da impossibilidade técnica de retomar suas operações, devido à presença diária de pessoal demitido em suas instalações desde o dia 5. Queixava-se ainda dos protestos que vinham sendo feitos em frente às lojas autorizadas da rede da marca. Avisava também que o serviço de transporte de trabalhadores iria ser cortado.

No dia 18, à revelia das imposições, o Sindicato convocava uma assembleia, que se reuniu no dia seguinte. Mesmo sem o transporte da empresa, compareceram quase 4 mil pessoas, realizando-se ainda um desfile de carros, com quase 300 deles ocupando duas das quatro pistas da Via Anchieta.

Por fim, os participantes lotaram o salão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para discutir as manifestações dos próximos dias, bem como o sistema de arrecadação de alimentos e dinheiro no Brasil e no exterior. Uma conta aberta para o fundo de solidariedade aos demitidos receberia contribuições de sindicatos do País, centrais sindicais internacionais e quem mais se dispusesse a ajudar. Já começara a coleta no Senado. O Comitê de Cidadania do Rio de Janeiro doara cestas básicas.

No dia 21, os operários da Volks interrompiam o trabalho durante 3 horas para participar de um ato contra o desemprego na Ford. O movimento começou às 7 horas, com carreta de cerca de 500 veículos na Via Anchieta.

Simultaneamente, a Ford se decidia a aceitar negociações, agendando um encontro do seu diretor de Recursos Humanos com o presidente do Sindicato, num hotel em São Bernardo do Campo, a realizar-se no dia 22.

Para pressionar, os sindicalistas programavam que, durante os entendimentos, ativistas da CUT estivessem ocupando simbolicamente uma grande revendedora Ford em São Paulo. Essa ocupação de fato ocorreu, como também outras em São José dos Campos (SP) e Minas Gerais.

Mas a negociação do dia 22 fracassou.

O caso é que a Ford oferecia indenizações que variavam de 2,5 a 10 salários, conforme o tempo de serviço, para os demitidos aceitarem o desligamento, ou seja, o desemprego com o mercado em recessão. O presidente do Sindicato ficou de levar a proposta à assembleia, no dia 25, mas para recomendar a rejeição.

De sua parte, o diretor de Recursos Humanos da Ford informava que 380 demitidos já haviam aceito deixar a empresa, tendo recebido os cheques que lhes eram devidos. A título de concessão, a montadora aceitava negoci-

ar a situação dos cerca de 300 portadores de doenças profissionais. Porém, quanto aos mais de 2.100 restantes, continuava aguardando que se decidissem.

No dia 25, conforme o previsto, os metalúrgicos recusavam-se a votar a proposta de indenizações da empresa. Queriam seus empregos de volta – não dinheiro. A assembléia programava também montar dois acampamentos: um no pátio da fábrica, a partir do dia 1º de fevereiro, e outro em frente à casa de um dos executivos, a ser escolhido. As manifestações durariam entre 12 e 24 horas.

Quanto à Ford, desistia de colocar a linha de montagem em operação no dia 1º, devido ao impasse. Com efeito, o presidente do Sindicato já adiantara que os demitidos também entrariam no recinto; e com eles na fábrica, a montadora não se dispunha a operar.

No dia 27, os demitidos da Ford ocupavam por cerca de 3 horas as instalações de um depósito de peças mantido pela montadora em Jandira, na Grande São Paulo. Para o dia seguinte estava programada mais uma assembléia na porta da fábrica, seguida de uma passeata com a adesão dos funcionários da Mercedes-Benz. Outro grupo protestaria em concessionárias da marca, em São Paulo.

Por fim, entre 29 de janeiro e 1º de fevereiro, a Ford, em reuniões com os dirigentes do Sindicato, reabriu o diálogo sobre as demissões.

Por essa época, a Anfavea estava negociando com o governo um novo acordo de redução de impostos, que tinha como contrapartida não praticar demissões, a fim de não aguçar a conjuntura de desemprego.

Em essência, a par da suspensão temporária das 2.800 demissões, a Ford propunha um pacote de demissões voluntárias para o conjunto dos operários, demitidos ou não; e pretendia tornar atrativo esse pacote, oferecendo 41,5% do salário por ano de casa e plano de saúde até abril. A seguir, se reabriria o problema dos ex-demitidos, que de qualquer forma receberiam os salários de janeiro e também os de fevereiro, saindo momentaneamente da penúria.

Agora era o presidente do Sindicato que se interessava pelo prosseguimento das negociações, em vista da suspensão, embora temporária, das demissões. Pelos seus cálculos, uns 700 operários já haviam deixado a montadora e com certeza outros cerca de 900 iriam optar pelo voluntariado, já que as indenizações haviam se tornado mais aceitáveis. Dessa forma, no seu entender, o número de *excedentes* não ultrapassaria a cifra de 1.200. O alvo do presidente do Sindicato era a reintegração deles. E

para alcançar esse objetivo, admitia estudar todo tipo de soluções, de redução de jornada e salários até terceirizações. O importante, a seu ver, era manter o emprego dos demitidos remanescentes. E convencer a Ford a reintegrar os 1.200 que contabilizava, parecia-lhe bem mais fácil do que fora a luta em defesa dos 2.800.

Na festa do dia 3 de fevereiro, no pátio da empresa, o clima era de comemoração. Havia reza, com famílias ajoelhadas no asfalto agradecendo a Deus o desfecho, com a suspensão, embora temporária, das demissões. Lula comentava que nunca uma empresa recuara na decisão de demitir em massa, depois de expedir cartas comunicando o desligamento. “Acho que a partir de agora muitos trabalhadores não vão mais se resignar quando forem cortados”.

Em meados de fevereiro a montadora retomava a produção e se iniciava a segunda fase das negociações. A empresa previa dificuldades por causa do grande número de excedentes, que calculava em 1.500 (e não 1.200). O Sindicato pretendia propor a volta deles em sistema de revezamento com os que haviam permanecido no quadro regular. A empresa preferia que continuassem em suas casas. E os executivos informavam que a montadora, além de tratar do excedente de pessoal, iria também formular projetos que tornassem a fábrica mais competitiva.

O desemprego no ABC já atingia 20%, ou seja, 1 em cada 5 assalariados economicamente ativos, o que representava um índice superior ao da região metropolitana de São Paulo.

No caso específico da Ford do ABC, ocorria que a montadora, devido à retração do mercado, segundo alegava, decidira produzir bem menos do que no ano anterior.

Foi nesse contexto que no dia 25 de fevereiro de 1999 foi aceita a proposta de afastamento temporário, pelo sistema *lay-off*, para os cerca de 1.500 funcionários excedentes.

Assim, as demissões efetuadas continuariam suspensas. Mas até o dia 31 de maio os trabalhadores seriam remunerados com um valor correspondente a seus salários líquidos e a empresa ficaria isenta de encargos sociais e trabalhistas.

Quanto aos cerca de 300 demitidos portadores de doenças profissionais, a Ford se comprometia a reintegrá-los, num gesto apresentado como de benevolência.

Participaram da assembléia por volta de mil metalúrgicos.

A Ford pretendia ainda instituir em março a semana de quatro dias de trabalho, para uma produção correspondente a não mais que a metade da permitida pela sua capacidade instalada.

Na verdade, o corte de pessoal não representava fundamentalmente uma resposta à queda das vendas em 1998 e às previsões negativas também para 1999. Com a meta da redução de 40% do quadro tratava-se essencialmente de elevar a *produtividade* da fábrica, que se considerava estar bem abaixo dos padrões da Ford em nível mundial. Faziam-se comparações, concluindo que a fábrica inglesa de Halewood, com o mesmo custo da de São Bernardo do Campo, produzia três vezes mais. E não era só. A Ford ABC seria menos produtiva até que algumas fábricas de outras montadoras instaladas no Brasil e que produziam mais unidades por empregado. O contraste seria ainda maior em relação à nova fábrica projetada para Guaíba. Em suma, a Ford queria obter 100 carros/ano por empregado. No entanto, a produção média antes das demissões era de 30 carros. A esse fator se conjugando as vendas em queda e a menor participação no mercado, resultava, na opinião dos executivos, que a Ford/Brasil estava dando prejuízo para a matriz nos últimos anos. As demissões com vista a uma reestruturação visavam corrigir esse quadro.

No dia 1º de fevereiro, em meio às reuniões com o Sindicato para combinar o acordo, lia-se na imprensa uma entrevista do diretor de Recursos Humanos, na qual ele tranqüilamente expunha o ponto-de-vista da empresa. (2)

Segundo o entrevistado, durante o ano de 1998 a Ford gastara por volta de 64 milhões de reais para remunerar funcionários parados, apenas a fim de “evitar demissões”. A licença remunerada e a antecipação de férias coletivas teriam sido freqüentes. Também o banco de horas havia sido utilizado em larga escala; e a tal ponto que em média, segundo Marino, cada empregado da linha de produção encerrara o ano de 1998 *devendo* 184 horas de trabalho à Ford, o que correspondia a cerca de 23 dias úteis.

As providências tomadas se destinavam a reverter essa situação.

Naturalmente, acrescentava ele, pesara também a necessidade de tornar a fábrica mais competitiva, ou seja, aumentar o número de carros/ano por empregado.

Tentando justificar a forma brutal como a demissão em massa fora operada, Marino informava que a demissão dos 2.800 obedecera a uma estratégia minuciosamente debatida pela direção. A empresa optara por comunicar as demissões dias antes do Natal, durante as férias coletivas, para que o trabalhador, oportunamente avisado, não desperdiçasse o dinheiro do 13º salário e da participação nos lucros e resultados e prudentemente o guardasse para se manter...

Por fim, negava que a montadora tivesse a intenção de sair do ABC, mas insistia em que, para carrear novos in-

vestimentos para a região, precisava adquirir mais competitividade.

Alguns dias depois, convidava os sindicalistas a um esforço conjunto para tornar a fábrica mais competitiva, apresentando produtos “a um custo menor do que a concorrência”; aconselhava-os a não ficarem restritos “ao problema do número de empregados”... Em reuniões posteriores, prosseguiria na mesma linha.

Em maio, enquanto se aprofundavam o desemprego e a recessão, a situação dos operários da Ford do ABC voltava a ser discutida.

Pelo acordo de fevereiro, cerca de 1.500 trabalhadores, considerados excedentes, haviam sido afastados, com redução de salários. Nesse meio tempo houve adesões ao pacote de demissões voluntárias, permanentemente aberto, e, dessa forma, acabaram restando por volta de 1.250 afastados. A cifra podia até tornar-se menor, já que a empresa esperava aproveitar parte desse contingente nas vagas decorrentes das chamadas “deterceirizações”, ou seja, a passagem de atividades terceirizadas para o serviço direto – mas remuneradas com salário reduzido.

A montadora também negociava com o presidente do Sindicato do ABC a suspensão do pagamento da participação nos lucros e resultados de todos os operários, sempre alegando a necessidade de cortar custos e “evitar demissões”.

Por essa ocasião, estava mais uma vez em pauta a renovação do acordo da Anfavea com o governo, acordo esse pelo qual, em troca da diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a indústria se comprometia a não demitir.

Novamente o empresariado regateou. Enquanto os sindicalistas interpretavam essa disposição considerando cobertos por ela os metalúrgicos com contratos suspensos pelo sistema *lay-off*, a Anfavea discordava, tentando excluí-los. A maioria desses operários era da Ford.

Ao ser instituída pela Medida Provisória 1779 de novembro de 1998, a suspensão temporária do contrato de trabalho, prevista para durar de 2 a 5 meses, fora recebida com repulsa e encarada como prenúncio de demissão. Agora, porém, em vista das circunstâncias, os vitimados por ela temiam cair no desemprego pleno (visto que a renovação imediata era proibida pela MP) se não fosse encontrada uma solução até 31 de maio, quando expirava o prazo de vigência.

Foi assim que no início de junho de 1999, a pedido dos próprios dirigentes dos sindicatos de metalúrgicos, a MP 1779 era reeditada com a inclusão, por parte do ministro do Trabalho, de um parágrafo que permitia prorrogar o

mencionado limite de 5 meses, sem definir o prazo máximo, desde que isso contasse com a aprovação do sindicato e dos empregados. Dessa forma, se prosseguia com a espécie de paliativo proporcionado aos afastados da Ford.

Simultaneamente, o Ministério do Trabalho tomava também outra providência. A lei 9.601 de janeiro de 1998 definira que a isenção parcial de encargos trabalhistas para a empresa que aumentasse seu quadro de funcionários contratando por tempo determinado, teria validade de 18 meses a partir da sua publicação, ou seja, até julho de 1999.

Atendendo ao pedido dos sindicalistas, o governo agora prorrogava a vigência da lei por mais 18 meses. No entanto, era bem pouco expressivo o contingente de trabalhadores contratados sob essa modalidade desde janeiro de 1998.

Quanto à Ford, a prorrogação do lay-off para os chamados excedentes propiciava igualmente, em contrapartida, isenções tributárias à empresa, inclusive no concernente à arrecadação previdenciária e encargos trabalhistas em geral.

Porém, sempre reclamando, o diretor de Recursos Humanos da Ford informava que pretendia reduzir ainda mais a remuneração dos afastados, a fim de tornar viável para a

empresa o prolongamento do sistema e "evitar demissões". Acreditava que o novo afastamento seria de uns três meses, estendendo-se até setembro. Mas desejava não apenas uma reação do mercado no segundo semestre de 1999, como também que "mais gente saísse voluntariamente da empresa". (3) A propósito, frisava que estava permanentemente aberto o programa de demissões voluntárias.

De fato, a insistência com respeito a esse programa prosseguia, defrontando-se com a resistência dos operários.

Foi o que ocorreu, por exemplo, em julho do corrente ano de 2000, quando os cerca de 600 trabalhadores ainda mantidos afastados pela Ford mais uma vez reivindicaram sua reintegração como o documenta a reprodução de foto que mostra reunião de parte deles na porta da montadora, com esse objetivo (ver pág. 43).

Paula Beiguelman é professora associada da USP e autora dos livros *Os companheiros de São Paulo* e *Por que Lima Barreto*, entre outros.

Notas

- (1) *O Estado de S. Paulo*, edição de 19 de dezembro de 1998.
- (2) *Folha de S. Paulo*, edição de 1º de fevereiro de 1999.
- (3) *O Estado de S. Paulo*, edição de 10 de junho de 1999.



Assine a revista que defende o Brasil e o socialismo

• Há quase duas décadas abordando temas como Brasil; Marxismo e socialismo; Economia e política; História; Ciência e tecnologia; Universidade e educação; Arte e cultura; Questões urbana e agrária; dentre tantos outros, estão em *Princípios*

• A revista expõe a realidade objetiva contra o 'pensamento único' imposto à imprensa, vai à raiz dos grandes temas da sociedade e ajudou a desmascarar o neoliberalismo e o governo FHC

Revista *Princípios* (4 edições)

R\$ 30,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas)

R\$ 45,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

Cheque nominal a Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard ou Visa n.º _____ validade ____/____/____

Data ____/____/____

assinatura do cliente _____

Nossa história, nossos genes

VERÔNICA BERCHT

*Pesquisadores da
UFMG desvendam
a formação genética do
povo brasileiro e, mais uma vez,
comprovam que a ciência não
autoriza a tese da existência de raças humanas*

Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais divulgaram na revista *Ciência Hoje*, em abril deste ano, um estudo mostrando que entre a população brasileira que se autoconsidera branca, aproximadamente 30% tem genes que provam sua descendência indígena, outros 30% sua descendência negra, e 30% têm descendência européia. E que a contribuição européia se deu principalmente através dos homens, enquanto que a ameríndia e africana, através das mulheres.

VÁRIOS desdobramentos podem ser feitos dos resultados desse estudo. Aqui, abordaremos dois: uma breve discussão do conceito *biológico* de “raça” e uma introdução à contribuição desses resultados para o entendimento da origem da população brasileira a partir de ameríndios, africanos e europeus – já apontada por vários historiadores, sociólogos e antropólogos.

O estudo dos pesquisadores mineiros é mais uma prova científica de que o conceito de raça humana, tão difundido na nossa sociedade, não tem fundamento biológico.

A existência do conceito de raça é inegável, e ele traz à mente as raças negra, indígena, amarela, e assim por diante. Seu fundamento, no entanto, não é biológico, e sim social. Ele é formado historicamente e seu significado tem uma longa história, cujos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos não serão tratados aqui.

Após a derrota do nazismo, na II Guerra Mundial, a crença na existência de raças superiores e inferiores ficou desmoralizada. Em 1954, mesmo biólogos conservadores como Edward O. Wilson diziam que a noção de *raça* ou *subespécie* é tão arbitrária que deveria ser abandonada pois não auxiliava na classificação de plantas e animais – o que inclui o homem – e nem no entendimento dos fenômenos evolutivos mas, ao contrário, confundia-os (Futuyma, 1992). Apesar disso, até hoje encontra-se com frequência os termos *raça* e *subespécie*, que são sinônimos, na literatura científica, mesmo quando há capítulos que fazem a crítica deles.

A percepção da existência de diferenças entre indivíduos

de uma mesma espécie é muito antiga na história da humanidade. Aristóteles já comentou-as, na antiguidade. O estudo moderno dessas diferenças começou em 1735 quando o naturalista sueco Carl von Lineu criou um sistema de classificação dos seres vivos – o *Sistema Naturae* – com critérios mais objetivos do que tudo o que fora feito até então. Essa objetividade permitiu a sobrevivência das bases de seu sistema até hoje. No decorrer desses quase 300 anos, o *Sistema Naturae* foi aprimorado, principalmente com as idéias evolutivas de Darwin, em meados do século XIX, e seus desdobramentos. Na época de Lineu acreditava-se que as espécies eram fixas, criadas por Deus, e as variações entre os indivíduos de uma mesma espécie não passavam de imperfeições nas criaturas, provocadas pelas falhas do mundo material (Futuyma, 1942). No tempo de Lineu, a controvérsia sobre a utilidade da subdivisão das espécies em grupos menores corria solta. E prossegue hoje, a despeito de todo o conhecimento acumulado nessas três centenas de anos sobre a evolução dos seres vivos, genética de populações e genética molecular.

As diferenças individuais que ocorrem em indivíduos da mesma espécie, formando grupos populacionais com características diferentes da espécie à qual pertencem, chamaram a atenção dos estudiosos e suscitaram o aparecimento de termos como *raça*, *subespécie* e *variedade* – este mais usado na botânica.

Os critérios para classificar os seres vivos em raças, subespécies ou variedades também modificaram-se conforme o próprio sistema de classificação foi evoluindo.

Segundo Alan Templeton, biólogo da Washington University, atualmente convivem dois critérios – o tradicional e o evolutivo. Há ainda uma parcela de pesquisadores que simplesmente não aceita essa subdivisão.

O critério tradicional de *raça* ou *subespécie* foi desenvolvido na década de 1940, ancorado nos avanços da genética e principalmente da genética de populações. Ele descreve um grupo de indivíduos de uma mesma espécie, circunscritos numa área geográfica e com características genéticas diferentes da espécie à qual pertencem. Essa definição de *subespécie* é normalmente designada por “*raça geográfica*”.

Para se verificar se um grupo populacional é realmente uma *subespécie* do ponto de vista tradicional, compara-se a frequência de algumas características genéticas no grupo populacional com a frequência das mesmas características genéticas de outras populações da mesma espécie ou com a média da população geral da espécie.

Por exemplo, na espécie humana existem os tipos sanguíneos A, B, AB e O, presentes em todas as populações locais humanas. A análise da frequência desses tipos sanguíneos para todas as populações poderia mostrar, que numa certa população X, a

frequência do tipo sanguíneo A é mais elevada do que na população humana geral, enquanto as dos tipos B, AB e O, é menor. Poderíamos então pensar que a população X é realmente diferente, e poderíamos realizar então a análise de outras características e verificar que elas também se encontram com frequências gênicas próprias daquela população. Assim, chegaríamos à conclusão de que a população X é uma “raça geográfica” porque possui várias características com frequências gênicas típicas, muito diferentes da média da população humana geral.

Os estudos genéticos sobre “raças” humanas

Foram feitos vários estudos para verificar a existência de “raças geográficas” humanas. Primeiramente tentou-se relacionar a frequência gênica de cerca de 150 proteínas codificadas por genes conhecidos na época, supondo as três grandes “raças humanas” – caucasianos, negróides e mongolóides. Verificou-se que 75% dos diferentes tipos de proteínas estudadas são idênticas em todos os indivíduos testados, independente de “raça” ou grupo populacional. Essas proteínas, chamadas monomórficas, são, portanto, comuns a todos os seres humanos (Lewontin, Rose, Kamin, 1984). Os 25% restantes são proteínas com mais de uma forma (duas ou mais), ditas polimórficas, como nos casos do tipo sanguíneo e dos genes responsáveis pela cor da pele. Cada uma dessas formas alternativas de proteína é codificada por formas alternativas de genes correspondentes. O estudo da frequência dos genes que codificam essas proteínas em função das “raças” é que caracterizaria geneticamente cada raça.

No caso do tipo sanguíneo, estudos verificaram que apesar da distribuição dos tipos A, B, AB e O variar em todas as populações locais, a análise dessas populações agrupadas nas três grandes raças mostra que a variação mantém um padrão homogêneo. Isto é, as variações da frequência dos tipos sanguíneos não sustentam a divisão da espécie humana em três raças ou subespécies.

Outros estudos, feitos na década de 1970 por diferentes grupos de geneticistas, levaram em conta toda variação genética humana conhecida naquela época em matéria de enzimas e proteínas e compararam a diferença entre a frequência de cada tipo alternativo de proteína e enzima na espécie em geral e aquela observada em três níveis: entre indivíduos de uma mesma população local; entre indivíduos de populações locais, nações ou tribos pertencentes a uma mesma raça; e, finalmente, entre indivíduos de “raças” diferentes. E mostraram que 85% da variação total se manifestam entre indivíduos de uma mesma população local, tribo ou nação; 8% entre tribos e nações de uma mesma raça, e os 7% restantes se manifestam entre as grandes “raças” (Lewontin, Rose, Kamin, 1984). Esses dados também desmentem a existência de raças na espécie humana.

Essa forma tradicional de definição de “raça” é bastante frágil. À primeira vista, salta aos olhos uma questão: qual a porcentagem de variação da frequência pode indicar a existência de uma subespécie? Esses 7% encontrados são suficientes? Esta pergunta foi respondida pela experiência dos cientistas: 7% é uma frequência considerada baixa. Outra pergunta decorre desta: não é importante saber *quais* foram as proteínas e enzimas estudadas, e qual sua qualidade? Ou, de outra forma: a qualidade da variação genética não tem qualquer importância em termos evolutivos? Isso significa que a definição tradicional de raça ou subespécie contém alguma subjetividade pois a resposta a essas perguntas fica a critério pessoal do pesquisador.

Em 1998, Alan Templeton fez um estudo para verificar a existência de raças ou subespécies na espécie humana usando os mesmos critérios, ferramentas matemáticas e dados moleculares aplicados atualmente para a definição de subespécies e raças de qualquer tipo de ser vivo. Ele encontrou dados que comprovam que a quantidade de variação dentro da nossa espécie é extremamente baixa não só quando comparada a outros vertebrados superiores mas também com o valor padrão utilizado para definir subespécies sob o critério tradicional.

Seu estudo atualiza e confirma os resultados obtidos na década de 1970 – não há raças ou subespécies entre os *Homo sapiens*.

Mas Templeton foi além. Partindo das críticas à concepção tradicional de subespécies ele verificou como a espécie humana se comporta sob o enfoque da concepção evolutiva, perspectiva sob a qual as diferenças genéticas entre as populações de uma mesma espécie são insuficientes para definir um grupo populacional como subespécie. É necessário, também, que o grupo populacional, além de conter diferenças genéticas, tenha permanecido sem troca gênica (isto é, acasalamento) com a população original por longo tempo.

A análise de uma população sob esse ponto de vista facilita a definição das características peculiares daquela população que são importantes do ponto de vista evolutivo, isto é, que podem levar essa subespécie, que por um longo período de tempo tenha ficado isolada geneticamente, a uma diferenciação tão decisiva em relação à espécie original que, finalmente, não seja mais possível a troca gênica – isto é, o acasalamento com descendência fértil – entre os dois grupos e, portanto, tenha se formado uma nova espécie.

A impossibilidade de gerar descendência fértil ocorre quando parte do material genético da subespécie perde a correspondência com o material genético da espécie ancestral. E, segundo Templeton, só a diferenciação genética de uma população não é suficiente para que o processo de especiação ocorra. É imprescindível que essa população tenha uma con-

tinuidade genética histórica, isto é, não receba genes de outras populações da mesma espécie por um longo tempo. Este é um dos processos que leva à evolução das espécies.

O enfoque evolutivo define subespécie, – a raça, portanto –, como um estágio da formação das espécies, no qual a população ainda não se diferenciou em espécie mas que já tem as premissas necessárias para isso.

Segundo Templeton o enfoque evolutivo, aliado aos avanços da genética molecular, supera as insuficiências do enfoque tradicional e permite que se defina linhagens evolutivas (uma nova forma de denominar subespécies ou raças) de um modo objetivo e explícito, o que é fundamental para a ciência.

Estudos baseados nesse enfoque levam em consideração a genética de populações, a genética molecular e, ainda, utilizam a análise de um tipo de gene que é praticamente igual em todos os indivíduos da mesma espécie, afora as pequenas alterações produzidas exclusivamente pelas mutações. As pequenas alterações desses genes são então estudadas para definir suas linhagens, isto é, como era o gene ancestral, quais mudanças ele sofreu e quando mudou. Estuda-se também a distribuição geográfica de cada tipo de alteração. Esse tipo de “gene” na verdade é um bloco de material genético que, no processo de sua reprodução, produz uma cópia *idêntica* àquela que o originou. É chamado de haplótipo e pode ser encarado como um verdadeiro marcador de linhagens.

O estudo de Templeton dialoga com várias argumentações sobre a possibilidade de existência de raças humanas. E ele derruba uma a uma, argumentando com novos dados e interpretações. Ao final ele conclui: “Devido às extensas evidências de troca genética durante os movimentos populacionais e ao recorrente fluxo gênico ocorrido durante as últimas centenas de milhares de anos, há apenas uma linhagem evolutiva da humanidade e não há subespécies ou raças sob as definições tradicional ou filogenética. A evolução humana e a estrutura da população foi e é caracterizada por várias populações localmente diferenciadas coexistindo a cada tempo dado, mas com suficiente contato genético para fazer de toda a humanidade uma única linhagem compartilhando a mesma sorte evolutiva a longo prazo.” Seus estudos mostram também que nunca houve uma população humana que pudesse ser considerada como uma “raça pura”. (Templeton, Alan. *Human races: a genetic and evolutionary perspective*, in *American Anthropologist*, 100 (3): 632-650, 1999.)

São vários aspectos que explicam a inexistência de raças na espécie humana: ela se formou há apenas 150 mil anos aproximadamente, num processo de evolução que se iniciou há 6 milhões de anos a partir dos primatas. “Em outras palavras, a espécie humana é jovem demais para ter tido tempo de se diferenciar em raças”, diz Sérgio Pena, da UFMG, em en-

A humanidade é uma única linhagem, que compartilha uma mesma sorte evolutiva a longo prazo

trevista à *Folha de S. Paulo* (03/07/2000) formando um coro com outros especialistas como Stephen Jay Gould, J. Craig Venter, do Celera, e outros.

A mobilidade dos primeiros grupos de *Homo sapiens* e a troca gênica entre eles foi intensa desde a origem da espécie; ela continua nos dias de hoje, apesar da persistência de alguns grupos humanos onde há restrições culturais ao acasalamento. Mas, “mesmo considerando-se a existência de tabus sociais contra o inter cruzamento, existe um fluxo gênico considerável entre as ‘raças’”. (Futuyma, 1992). Não há, portanto, isolamento reprodutivo na espécie humana e, como mostrou Templeton, nunca ocorreu na sua história.

Outro fato relevante a ser levado em conta é que a evolução humana chegou a uma situação que a torna única: a enorme plasticidade de seu sistema nervoso, que é a base da consciência e da ação consciente e age, por isso, sobre seu próprio processo evolutivo. A base da evolução das outras espécies de animais e plantas são mudanças no tipo biológico, físico. No ser humano, porém, a coisa é diferente – ela é cultural, ou histórica, fenômeno muito bem apreendido por Vygotski: “No homem, cuja adaptação ao meio se modifica completamente, destaca-se em primeiro lugar o desenvolvimento de seus órgãos artificiais – as ferramentas – e não a mudança de seus próprios órgãos nem a estrutura de seu corpo”.

O desenvolvimento da inteligência e da cultura deu ao homem a capacidade de adaptar-se ao meio e, portanto, a evolução biológica, dos órgãos e da estrutura corporal, passou para um segundo plano. A evolução cultural tem leis e normas diferenciadas, ela “diverge da evolução biológica em pontos muito importantes. Talvez o mais importante seja que a evolução cultural é lamarckiana: o comportamento, a língua e as peculiaridades que um indivíduo adquire durante sua vida, são transmitidas para seus descendentes ou para outros indivíduos” (Futuyma, 1992). Seu papel no processo evolutivo é que permite a extensa distribuição geográfica de nossa espécie.

A definição de raças humanas, em sentido biológico, é, portanto, um equívoco.

Os traços normalmente usados para definir as três raças – cor da pele, textura do cabelo, formato da cabeça, etc – são controlados por um pequeno grupo de genes que rapidamente

se alteraram em função de pressões ambientais muito fortes durante a curta história do *Homo sapiens*. Os estudos modernos mostram que o homem surgiu na África, e à medida que os grupos humanos iniciais migraram, ocupando regiões diferentes, algumas mutações genéticas foram sendo selecionadas, principalmente em função do clima. A pele, por exemplo, seria originariamente escura, adaptada à alta incidência de raios solares na região de origem. Ao alcançar regiões temperadas, onde a incidência de raios solares é bem menor, mutações que clareavam a pele foram selecionadas naturalmente porque pessoas de pele escura em locais de baixa incidência de raios solares estão sujeitas a várias deficiências, entre elas, aquelas relacionadas à fixação das vitaminas A e D.

Natalie Angier, em matéria publicada no *The New York Times*, em agosto passado, registra um consenso entre os cientistas: a facilidade de identificar, num bater de olhos, asiáticos, europeus ou africanos desaparece no estudo minucioso do DNA. Por isso, J. Craig Venter, líder do Celera Genomics Corporation in Rockville, (que recentemente divulgou o seqüenciamento de bases da maior parte do DNA humano), afirma “raça é um conceito social, e não científico”.

Todos esses estudos chegam à mesma conclusão: “Embora a frequência dos diferentes estados de um gene varie entre as raças, não encontramos ‘genes raciais’, ou seja, estados estabelecidos em certas raças e ausentes de todas as demais”, conclui Gould. Eles destroem a crença de que existem “raças humanas” e derrubam crenças associadas, como as da superioridade e da pureza de uma “raça” em relação a outras.

Mas, se essa é a posição da ciência sobre “raças humanas”, é bom lembrar que a ciência burguesa (da qual Wilson, o mentor da sociobiologia, é um bom exemplo), continua com seu discurso que é, no fundo, ideológico e racista. Seu *Da natureza humana* é um bom exemplo de ciência a serviço da ideologia. Primeiro ele assume os resultados científicos e admite ser “um exercício inútil tentar definir raças humanas. Na verdade elas não existem.” Mas, logo em seguida, mostra seu discurso ideológico: “Tendo em vista que a humanidade é uma espécie biológica, não deveria constituir surpresa constatar que as populações são até certo ponto geneticamente diversas nas características físicas e mentais subjacentes ao comportamento soci-

*Embora a frequência
dos diferentes estados de um
gene varie entre as raças, não
existem “genes raciais”*

al”. Isto é, o racismo, expulso pela porta (as raças “não existem”), é readmitido pela janela, como condicionamento genético do comportamento.

Durante três séculos a ciência ocidental embasou posições ideológicas racistas que culminaram no racismo científico dos séculos XIX e XX e no nazismo. Hoje a ciência é mais sutil. O determinismo biológico dá as bases para notícias que pipocam nos jornais sobre a hereditariedade de comportamentos sociais como a agressividade, homossexualismo, inteligência, entre outros. Através dele, se “interpreta a gama [de comportamentos] habitual no ambiente moderno, como a expressão de uma programação genética direta, e não como a manifestação limitada de um potencial muito mais amplo” (Gould, 1991). E essa ciência, determinista e reducionista, continua com um papel ideológico a cumprir – explicar e legitimar a desigualdade num sistema que alega ter a igualdade como sua palavra-de-ordem.

Mesmo tendo destruído o conceito biológico de raça humana, não será a ciência que destruirá o racismo, cujas origens não são científicas e nem fazem parte da “natureza humana”. O racismo também não é um mero problema de atitude, ou um preconceito residual do tempo da escravidão, como a visão liberal tradicional deseja. As origens do racismo são ideológicas e suas bases se mantêm na medida em que o racismo é necessário para a manutenção do sistema capitalista (Callinicos, 1993).

A origem genética dos brasileiros

Os estudos feitos pela equipe da UFMG – formada por Sérgio Pena, Denise R. C. Silva, Juliana Alves Silva e Vânia Prado e Fabrício R. Santos – é um destes que mostram como os caracteres aparentes nos dizem pouco sobre a nossa origem.

Eles analisaram dois conjuntos de genes diferentes. Um deles encontra-se no cromossomo Y, que é herdado do pai apenas pelos filhos do sexo masculino. O outro faz parte do DNA mitocondrial, que é herdado da mãe por filhos e filhas.

Esses dois conjuntos de genes foram escolhidos para estudo por apresentarem duas características importantes: são herdados de apenas um dos pais e não sofrem recombinação genética. Isto é, os filhos do sexo masculino recebem uma cópia idêntica desse bloco de genes (haplótipo) do cromossomo Y do pai, da mesma forma como filhos e filhas herdam uma cópia do haplótipo do cromossomo mitocondrial da mãe. E essas características tornam esses blocos de genes verdadeiros “marcadores” de linhagens paternas (patrilinhagens) e maternas (matrilinhagens), e permitem que seja contada a história genética da espécie humana.

Todos os haplótipos do cromossomo Y existentes hoje, segundo teoria aceita universalmente, são derivados de um haplótipo ancestral, presente entre os primeiros *Homo sapiens*, chamado haplótipo 7, ainda encontrado entre bos-

químanos do Sul da África. “À medida que os homens migraram para novas regiões, o conjunto inicial de genes foi sendo alterado por mutações, o que gerou novos haplótipos”, contam os pesquisadores. Para facilitar os estudos práticos, reúne-se os haplótipos que são intimamente relacionados em grupos chamados “haplogrupos”.

Ao analisar uma amostra da população brasileira que se autoconsidera branca, os pesquisadores encontraram sete haplogrupos diferentes do cromossomo Y (veja tabela 1); eles mostram que a ascendência paterna dos brasileiros que se consideram brancos é formada principalmente por europeus. Um olhar mais atento à tabela conta uma longa história genética.

Em relação ao cromossomo Y, o haplogrupo 1, típico das populações européias, aparece em 57% da população branca brasileira. Os portugueses trouxeram também, em menor porcentagem (14%), o haplótipo 21, das populações do norte da África e orla do Mediterrâneo. É que durante a Idade Média, os mouros, vindos do norte da África invadiram a Península Ibérica e levaram o haplogrupo 21 incorporado, a partir de então, ao genoma da população portuguesa. Esta seria a explicação para a presença deste haplogrupo entre os brancos brasileiros, já que praticamente não houve importação de escravos do norte africano para o Brasil.

O haplogrupo 9, das populações mediterrâneas, aparece em 8% da população branca brasileira (e em 6% da população portuguesa). É assim provável que os portugueses tenham sido os principais fornecedores desse haplogrupo entre os brasileiros; isso se deveria à vinda de “cristãos novos” para o Brasil no século XVI (quando os judeus foram forçados a se converter ao cristianismo, ou expulsos de Portugal pela Inquisição), pois as maiores taxas deste haplogrupo são encontradas entre judeus e libaneses.

Os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil de-

Mais de 90% das linhagens paternas de brasileiros brancos descendem de europeus, e somente 2% vêm de africanos

pois da primeira metade do século XIX teriam aumentado a frequência desse haplogrupo, o 9, e do 21, originários do Mediterrâneo, e os imigrantes espanhóis teriam trazido para o Brasil o haplogrupo 22.

Em relação ao haplogrupo 2, segundo os pesquisadores da UFMG, é mais difícil entender sua distribuição entre as populações pois ainda não há estudos conclusivos sobre sua origem e ele é encontrado em todas as populações. Tudo leva a crer que foi trazido por portugueses, pelos holandeses que invadiram o Nordeste, e pelos alemães cuja imigração concentrou-se no Sul do país. Essa explicação se baseia nas altas porcentagens encontradas para esse haplogrupo no Nordeste (19%) e no Sul (28%) do país.

Portanto, para nós brasileiros, os haplogrupos 21, 1, 9, 22 e 2 podem ser considerados como originários da colonização portuguesa e da imigração européia. Somando a porcentagem da população em que cada um deles aparece no Brasil, verificamos que a linhagem paterna de mais de 90% da população branca brasileira é de origem européia. Apenas 2% da população branca apresenta o haplogrupo 8, originário da África subsaariana, e 1% o haplogrupo 20, originário do Japão e Coreia.

ORIGEM DOS CROMOSSOMOS Y DE BRASILEIROS BRANCOS E DE PORTUGUESES (EM %).

O haplogrupo 2 é o único sem origem geográfica definida.

Haplogrupo	Origem GEOGRÁFICA	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Brasil	Portugal
Haplogrupo 8	África subsaariana	0	4	4	0	2	1
Haplogrupo 21	Af. Do Norte e Mediter.	13	8	16	16	14	12
Haplogrupo 1	Europa	56	67	56	52	57	66
Haplogrupo 9	Mediterrâneo	14	2	10	4	8	6
Haplogrupo 22	Bascos e Catalões	0	0	2	0	1	1
Haplogrupo 2	Europa, Ásia ou África (?)	14	19	12	28	19	13
Haplogrupo 18	Ameríndios	0	0	0	0	0	0
Haplogrupo 20	Japoneses e Coreanos	2	0	0	0	1	0

Fonte: Ciência Hoje, abril de 2000, p. 21.

Os pesquisadores da UFMG chamam ainda a atenção para a baixa presença do haplogrupo originário da África subsaariana, de onde vieram a maior parte dos escravos brasileiros e que poderia estar presente na linhagem paterna da população branca. Chamam, também, a atenção para a ausência do haplogrupo 18, que marcaria a presença indígena na linhagem paterna dos brancos brasileiros.

Foi a análise desses marcadores que levou Sérgio Pena e sua equipe à conclusão que mais de 90% das linhagens paternas de brasileiros brancos descendem de europeus, e somente 2% descendem de africanos.

Nas linhagens maternas os resultados encontrados foram diferentes. A análise do DNA mitocondrial, que é o *marcador* genético destas linhagens, é complexa pois ele é mais diversificado que o cromossomo Y. Os pesquisadores encontraram 171 haplótipos diferentes nos 247 indivíduos estudados. Apesar da diversidade, foi possível distribuí-los em três gru-

pos distintos de linhagens: africanas, ameríndias e europeias (veja tabela 2), cuja distribuição é relativamente uniforme na população branca brasileira – 33% de linhagens ameríndias, 28% de linhagens africanas e 39% de linhagens europeias –, bem diferente daquela encontrada para o cromossomo Y.

A distribuição dos haplogrupos mitocondriais por região no Brasil também está relacionada à história da colonização, dizem os pesquisadores. No Sul, chama a atenção a maioria (66%) dos haplótipos europeus, refletindo a imigração europeia dos séculos XIX e XX, de um lado, e a minoria das matrilineagens africanas associada à menor utilização de mão-de-obra escrava na região.

No Norte, 54% das matrilineagens são ameríndias e refletem a maior presença indígena em relação aos africanos entre os trabalhadores forçados da região. No Nordeste, predominam matrilineagens africanas (44%), e mesmo no Sudeste, onde se concentrou a imigração europeia, e que portanto é visto como

o *Brasil branco*, há uniformidade da distribuição das linhagens.

Os dados do estudo dos cientistas da UFMG reafirmam a inexistência de raças humanas e expõem a diversidade genética da população brasileira. Somos descendentes de africanos, índios e europeus. E, olhando mais de perto, veremos que os europeus nos deixaram as marcas das invasões e imigrações daquele continente por celtas, fenícios, romanos, suevos, visigodos, judeus, árabes e bérberes. A nossa ascendência será cada vez mais rica à medida que os estudos filogeográficos se desenvolverem e conseguirem determinar mais detalhadamente a origem histórica dos marcadores genéticos.

A natureza tri-híbrida da população brasileira, a partir de ameríndios, africanos e europeus, já havia sido afirmada por vários autores como Artur Ramos, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, entre tantos outros. Como dizem os pesquisadores mineiros, “os dados que obtivemos dão respaldo científico a essa noção”.

A partir da presença de 33% de matrilineagens ameríndias, eles calculam que cerca de 45 milhões de brasileiros têm DNA mitocondrial ame-

ORIGENS DOS DNAs MITOCONDRIAIS IDENTIFICADOS EM BRASILEIROS BRANCOS (EM %)

haplogrupo	Origem geográfica	N	NE	SE	S	Brasil
L1a	África	0	8	2	2	3
L1b	África	0	2	1	2	1
L1c	África	4	4	8	2	5
L2	África	2	10	8	0	6
L3d	África	0	4	0	4	2
L3e	África	7	14	11	0	8
L3*	África	0	2	2	0	1
TOTAL	África	15	44	34	12	28
U6	Af. Do Norte e Mediter.	2	0	2	2	2
H	Europa	8	22	1	24	17
Pre-V	Europa	2	2	5	4	3
HV*	Europa	0	0	0	2	0,4
U	Europa	4	6	5	8	6
pre*HV	Europa	0	0	0	2	0,4
J	Europa	6	2	1	12	4
T	Europa	7	2	4	8	5
I	Europa	2	0	0	0	0,4
X	Europa e Ameríndios	0	0	2	4	1
TOTAL	Europa	31	34	33	64	39
A	Ameríndios e Asiáticos	8	8	13	8	10
B	Ameríndios e Asiáticos	17	6	11	6	10
C	Ameríndios e Asiáticos	21	2	6	6	8
D	Ameríndios e Asiáticos	8	6	4	4	5
TOTAL	Ameríndios	54	22	33	24	33

Fonte: Ciência Hoje, abril de 2000, p.

ríndio – descendem, portanto, dos primeiros habitantes desta terra. “Em outras palavras”, dizem eles, “embora desde 1500 o número de nativos no Brasil tenha se reduzido a 10% do original (cerca de 3,5 milhões para 325 mil), o número de pessoas com DNA mitocondrial aumentou mais de 10 vezes”. É uma herança expressiva e muito maior do que a suposta, e que relativiza a idéia de que quase a totalidade da população original teria sido simplesmente eliminada, como geralmente se diz. Ela nos leva a entender melhor a participação, muito subestimada, dos indígenas na formação do povo brasileiro. Os colonizadores de fato massacraram o povo autóctone da terra que invadiam, mas uma fração relevante desse povo foi assimilada e incorporada ao novo povo que surgia, o povo brasileiro.

Que branco é este?

Outra revelação importante é que “a contribuição europeia deu-se basicamente através de homens, e a ameríndia e africana veio principalmente através de mulheres. A presença de 60% de matrilineagens ameríndias e africanas em brasileiros brancos é inesperadamente alta e, por isso, tem grande relevância social”, dizem os pesquisadores. Esses dados já haviam sido vislumbrados por antropólogos brasileiros que explicaram a formação do povo brasileiro.

Darcy Ribeiro foi um deles. Em *O Povo Brasileiro* ele dá as pistas de nossa história genética. Desde o começo da colonização, vieram da Europa principalmente homens, e raríssimas mulheres. E os colonos, desde o início, acasalavam-se com as índias, formando alguns focos de mamelucos, resultado da miscigenação entre índios e portugueses, franceses ou espanhóis. No final do século XVI, o padre José de Anchieta avaliava a população do Brasil em 57 mil almas, sendo 25 mil *brancos da terra* (principalmente mestiços de portugueses com índias), 18 mil índios e 14 mil negros. “Anchieta, porém só se referia à população incorporada ao empreendimento colonial que ocuparia, naquela época, não mais de 15 mil quilômetros quadrados”, diz Darcy Ribeiro. Quase a metade da população era branca, mas *branca da terra*, isto é, mamelucos. E, no conjunto da população, o número de brancos europeus era ínfimo.

A partir daí o componente negro-africano aumentou cada vez mais, pela intensificação do tráfico africano e do uso de escravos na Colônia, trazendo muito mais homens do que mulheres – de tal forma que, em alguns locais, a população negra era constituída quase exclusivamente por homens.

“Numa sociedade com carência principalmente de mulheres, os índios e negros aliciados como escravos raramente conseguem uma companheira”, inutilizando-se como povoadores. Os descendentes mestiços do cruzamento entre europeus, índias e negras foram aqueles que formaram o nosso povo e constituíram a identidade brasileira até praticamente 1850. Dados citados por Darcy Ribeiro mostram que de 1500 até 1850 vie-

ram para o Brasil apenas 500 mil europeus. Um número ínfimo se considerarmos que até essa data foram introduzidos, como escravos, entre 4 e 6 milhões de negros, e que a população indígena original teria sido de 5 milhões. E ele conclui, antecipando-se aos resultados da pesquisa genética realizada em Minas Gerais: “Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras”.

A partir de 1850 há, no entanto, uma alteração na composição das linhagens maternas na população com o início da vinda de grandes contingentes europeus, acelerada no final do século XIX e que trouxe, até 1960, cerca de 4 milhões de pessoas, vindas de diferentes países da Europa. Pode-se dizer que esses imigrantes foram a principal fonte daquela terça parte de matrilineagens europeias que os pesquisadores da UFMG encontraram. Diferentemente dos portugueses dos tempos coloniais, que raramente traziam suas mulheres, os imigrantes modernos vieram com elas, e seus filhos e filhas, formando, pela primeira vez, um extenso estoque de mulheres europeias no conjunto da população brasileira. A elite racista do começo do século havia sonhado promover, com a imigração europeia, o *branqueamento* da população. Mas os imigrantes não formaram quistos étnicos isolados, incorporando-se à população já existente através dos casamentos. Frustraram, assim, aquela esperança racista. Ao contrário dela, como os cientistas da UFMG mostraram, a mistura dos imigrantes à população brasileira aumentou enormemente o número dos mestiços, muitos dos quais, à primeira vista, brancos, que caracterizam nossa população.

Verônica Bercht é bióloga.

Bibliografia

- ANGIER, Natalie. Do races differ? Not really, genes show. In *The New York Times*, 22/08/2000.
- CALLINICOS, Alex. *Race and Class*. Londres, Bookmarks, 1993 (há tradução em português, *Marxismo, raça e classe*, de autoria de Rui Polly).
- FUTUYMA, Douglas J. *Biologia Evolutiva*. Trad. Mario de Vivo. 2 ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1992.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LEITE, Marcelo. É impossível melhorar genes, diz cientista. In *Folha de S. Paulo*, 03/07/2000, p. A13.
- LEWONTIN, Richard C., ROSE, Steven, KAMIN, Léon J. *Nous ne sommes pas programmés*. Trad. Marcel Blanc, Robert Forest e Joëlle Ayats. Paris: Éditions La Découverte, 1984.
- PENA, Sérgio et alli. Retrato molecular do Brasil. In *Ciência Hoje*, abril de 2000, pp. 16-25
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SACARRÃO, Germano da Fonseca. *Biologia e sociedade – II: o homem indeterminado*. Portugal: Europa-América, 1989.
- TEMPLETON, Alan R. Human Races: a genetic and evolutionary perspective. In *American Anthropologist*, 100(3):632-650, 1999
- VYGOTSKI, Lev S. *Obras escogidas*. Madrid: Visor, v. III, 1995.
- WILSON, Edward O. *Da natureza humana*. Trad. Geraldo Florsheim e Eduardo D'Ambrosio. São Paulo: Edusp, 1981.



Foto: Daniela Dantas

Ciência & Resistência

JOSÉ LEITE LOPES

*A política do governo federal tem sido
a de destruir nossa Universidade pública*

Durante a 52ª Reunião Anual da SBPC, (julho de 2000) na Universidade de Brasília (UnB), ocorreu o III Encontro de Jovens Cientistas – promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O encontro reuniu 400 estudantes dos programas de iniciação científica e pós-graduação. Com o tema “Ciência e Resistência”, o professor José Leite Lopes (foto), decano da Ciência no Brasil, foi homenageado. *Princípios* reproduz, aqui, parte dessa conferência.

PRIMEIRAMENTE, gostaria de registrar que é uma satisfação falar para a mocidade estudiosa brasileira aqui presente neste Encontro de Jovens Cientistas.

A idéia de Universidade demorou para ser desenvolvida e implementada no Brasil. Até parece que o atual governo durou a vida inteira deste nosso país! Nunca houve tamanha resistência à formação da Universidade como a que vivenciamos por aqui. Da monarquia portuguesa à República, a Universidade não foi considerada importante. Nossa primeira Universidade – a Universidade de São Paulo (USP) – foi criada em 1934, há apenas 66 anos.

A discussão de como se desenvolveu a idéia de Universidade em nosso país e o papel da ciência e da tecnologia, além de uma questão educacional, dizem respeito ao atual processo de resistência que enfrentamos em defesa da democracia e da soberania nacional.

Um difícil percurso

Nos séculos XVI e XVII tentou-se imprimir os primeiros jornais no território brasileiro. Houve, então, um decreto da Corte portuguesa proibindo que se imprimisse qualquer coisa no Brasil. Por aqui era proibido também a fabricação de produtos, por mais simples que fossem. Éramos uma colônia onde os portugueses apenas recolhiam matérias-primas, acumulando riquezas à nossa custa. Assim, vivemos todo esse período sem uma universidade.

Antes de termos uma universidade propriamente, tivemos as faculdades, sendo que algumas foram criadas pelo rei D. João VI. Em decorrência da invasão napoleônica, ele instalou a Corte no Brasil e desenvolveu uma série de novas instituições – dentre elas, criou até mesmo um banco, o primeiro banco do Brasil. Com a transferência da família real para o território brasileiro, em 1808, foi criado o Curso Médico de Cirurgia da Bahia e, no mesmo ano, a Escola

Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Em 1818 criou-se a Academia Real Militar, da qual se originou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Os debates da Constituinte de 1823 conduziram a um projeto de lei que previa a criação de duas universidades no Brasil – uma no norte e outra no sul. Passado algum tempo e após várias tentativas – houve até um projeto do imperador Pedro II, mas na véspera de sua votação ele dissolveu a Constituinte –, o quadro não se alterou. Quando se acabou com o Império e, em 1889, foi proclamada a República, havia seis estabelecimentos de ensino superior no Brasil – e nenhuma universidade.

Tivemos de esperar por Rui Barbosa para termos afirmações contundentes sobre a importância da Universidade para o país.

Depois de surgirem outros projetos para a criação de universidades no norte e no sul do país, criou-se uma instituição em 1920 no Rio de Janeiro, seguindo a idéia de juntar as então faculdades de Medicina, Direito e a Escola Politécnica. Em 1926, em Minas Gerais, esse procedimento foi repetido.

Somente após a revolução de 1930 – comandada por Getúlio Vargas – e junto a uma série de transformações, é que apareceu um decreto que expôs a forma de como seria uma universidade, a partir do então Ministério da Integração.

Após o movimento de 1932, em que São Paulo lutou contra o governo de Getúlio Vargas e foi derrotado, uma série de intelectuais paulistas – como o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo* – resolveu criar a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras para formar os novos dirigentes políticos da província. Em 1934 eles enviam o matemático Teodoro Ramos (da Escola Politécnica) para a Itália, a fim de consultar Enrico Fermi – um dos maiores físicos do século – sobre possíveis nomes para o quadro do-

cente da nova instituição que estava sendo formada na capital paulista. Matemáticos, físicos, químicos, biólogos, poetas e outros profissionais europeus compuseram assim a faculdade em 1934 e, em 1937, dela saía a primeira turma. Dentre os formandos, Mário Schenberg e outros físicos, deram contribuição à ciência mundial (a exemplo da descoberta da componente penetrante dos raios cósmicos). A instituição paulista desenvolveu pesquisas e passou a divulgá-las nas revistas internacionais. A primeira universidade brasileira estava, assim, se constituindo e seria a USP.

Em 1935 o governador do Distrito Federal (Rio de Janeiro), Pedro Ernesto, convidou Anísio Teixeira para a Secretaria da Educação – ele foi o maior educador brasileiro. A equipe de Anísio Teixeira, composta por grandes personalidades, iniciou marcantes transformações na educação do Distrito Federal, criando, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF). No corpo docente, o novo projeto envolveu o que havia de melhor na inteligência nacional: Villa-Lobos, Oscar Lorenço Fernandes, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Ledo Gama, Costa Ribeiro e muitos outros. A Universidade criada era constituída pelo Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, Instituto de Artes e outras partes.

Entretanto, Anísio sofreu ataques de setores conservadores e seu projeto foi interrompido. Mas devemos a ele também a ênfase na qualidade da formação dos professores, que, ao meu ver, foi perdida a partir da ditadura militar de 1964.

Dentre tantas lutas travadas nas décadas de constituição da Universidade brasileira, teve importância a que estabeleceu o regime de tempo integral para os professores e pesquisadores. Estive entre os primeiros a se enquadrar nesse regime.

Enfrentando toda série de dificuldades,



Wadson Ribeiro (UNE), José Leite Lopes e o reitor da UNB, Lauro Morhy

constituímos uma rede de universidades públicas por todo o país: UnB, USP, UFRJ, UFMG, UFF, UFRGS, UFPE, UFPA... enfim, podemos dizer que a Universidade brasileira é, hoje, um patrimônio de seu povo.

Um debate não resolvido

Na I Conferência Nacional de Educação (realizada em 1927, em Curitiba), o grande matemático brasileiro Manoel Amoroso Costa fez um discurso sobre a importância da Universidade e da pesquisa científica, defendendo que as faculdades de ciência deveriam ter por finalidade, além do ensino da ciência já produzida, a de formar pesquisadores em todos os ramos do conhecimento humano.

Esse debate é muito importante e ainda atual, pois, hoje, vemos proliferar uma enorme quantidade de escolas privadas que não fazem pesquisa. Mas é fundamental deixarmos claro que, se a instituição não faz pesquisa não deve ter o nome de Universidade. Universidade é a instituição que tem como papel fundamental – além de formar os recursos humanos – criar conhecimento novo.

Até poucos dias, estava na moda falar-se em “transferência de tecnologia”. Quadros do atual governo e economistas falavam em “transferir tecnologia” para nosso país. Tal “transferência” era entendida como mera aquisição de unidades fabris da Europa e dos Estados

Unidos para cá. Mas essa ação pouco significa para uma estratégia de desenvolvimento, pois o importante mesmo não é isso; a transferência de conhecimento é que realmente importa – e é a Universidade que faz o conhecimento científico. É a pesquisa científica que gera a tecnologia ne-

cessária para o desenvolvimento econômico e social que o país tanto necessita.

As novas tecnologias, divulgadas hodiernamente nos meios de comunicação, resultam do fato de nos países avançados (de onde se originam) haver o devido apoio à pesquisa científica pura. Na França, por exemplo, não existe universidade privada – lá o Estado apóia a Universidade (e o ensino em todos os níveis) e investe na pesquisa científico-tecnológica. Em outros países, como Alemanha e Itália, há exemplos semelhantes.

Aqui foi propagado pela equipe econômica que está no poder, que nos Estados Unidos tudo o que se refere à tecnologia teria sido e é feito pela iniciativa privada. Isso não é verdade. No início do século XX houve a constatação de que o ensino superior norte-americano era ruim e estudos sobre o tema tiveram grande repercussão, gerando investimentos públicos e privados, melhoria nas universidades e criação de laboratórios. Há destaque para a criação e manutenção de excelentes universidades públicas sustentadas pelas unidades federativas norte-americanas – como a Universidade da Califórnia e tantas outras. Naquele país, como em qualquer outro, o setor privado sozinho não conseguiria sustentar as pesquisas de ponta (nuclear, espacial...) e demais pesquisas científicas que envolvem projetos de bilhões de dólares. O governo federal dos Estados Unidos apóia esses projetos e tem instrumentos como a National Science

Foundation, que, recentemente, recebeu um aumento significativo em sua dotação orçamentária na gestão Clinton. Por aqui, as elites empresariais além de não investirem na Universidade e na produção de C&T, criticam equivocadamente nossas instituições públicas.

A idéia mais importante presente neste governo – chefiado pelo homem que gosta de viajar, de ver reis e rainhas, preparando terreno para assumir um posto internacional quando acabar (esperamos que em breve) o seu governo – é a de privatizar a Universidade pública. A atual equipe econômica afirma que é melhor importar do que produzir pesquisa científica, que é melhor comprar a ciência e a tecnologia feitas lá fora. Desconhece, assim, nossa própria história, que, exemplarmente, demonstra não ter sido a pesquisa importada que, por exemplo, debelou a febre amarela em nossas terras – foi o nosso Instituto Oswaldo Cruz, que se constituiu, há 100 anos, na nossa primeira instituição de pesquisas de valor internacional. A produção nacional de petróleo e as pesquisas de ponta da Petrobrás se desenvolveram contra a pressão externa. Assim como esses, temos vários exemplos significativos de quando investimos em saídas próprias e tivemos êxito. Atualmente temos desenvolvido a pesquisa, que ganhou notoriedade, sobre o código genético da bactéria que atinge os laranjais e que, registre-se, conta com recursos da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), um órgão público.

A política do governo federal tem sido a de destruir a universidade pública e deixar que proliferem as escolas privadas, que já somam grande número e têm absorvido muitos professores (e até reitores) das públicas para lhes emprestar prestígio mínimo.

Assim, o maior problema que nos aflige hoje é o que fazer perante esse

governo. O atual presidente – que não foi eleito para vender o Brasil – quer privatizar nosso patrimônio público, está vendendo a Petrobrás e até mesmo o Banco do Brasil corre perigo. Além de aumentar a dívida do país, o presidente vende, privatiza – como fez com a Vale, a maior companhia mineradora do mundo, detentora de alto padrão, minas, florestas... – tudo o que gerações de brasileiros construíram ao longo de décadas. A Universidade pública brasileira, que enfrentou tantos desafios para se gestar e se desenvolver nas últimas décadas, se depara, agora, com o maior desafio.

À custa de sangue, suor e lágrimas este presidente está se desfazendo de muita coisa que nos fará falta, e é nesse perigoso contexto que o debate sobre a importância da Universidade e da pesquisa científica ganha urgência.

Nossas universidades estão sucateadas,

nossos laboratórios obsoletos e nosso sistema nacional de C&T está à beira do colapso. Por outro lado, a ciência não pára: os outros países desenvolvem novas pesquisas a cada dia. A importância de pesquisas como as da energia nuclear, espacial, biotecnologia e outras é fundamental no cenário geopolítico internacional.

Mas o papel do governo brasileiro tem sido de subserviência em relação ao Primeiro Mundo. Lembremos da denúncia feita aqui nesta Reunião sobre os acordos do Brasil com os Estados Unidos e que envolvem a base de Alcântara, no Maranhão: nele, fazemos concessões absurdas para os norte-americanos poderem lançar seus foguetes de forma vantajosa – dentre elas a de que o Brasil fica impedido de aplicar os recursos que vai receber no próprio desenvolvimento de pesquisas espaciais! Isso é um absurdo: não é um acordo, é um diktat. No que se refere à Amazônia, suas riquezas e recursos

naturais, nossa soberania também foi praticamente renunciada.

Compete a vocês, mocidade estudantil e científica, transportar a chama para resistir a todas essas iniciativas de reduzir e destruir a pesquisa científica no Brasil. Precisamos discutir os grandes problemas nacionais. A situação do Brasil é grave. Este é o pior presidente de nossa história – não é à toa que ele quer acabar com a era Vargas (justamente a que lançou as bases de nossa infra-estrutura moderna). Este governo não apóia nada que seja nacional ou nacionalista e desvaloriza tudo o que é brasileiro.

Nós precisamos levar a sério nossa Universidade e, além de tudo, melhorá-la para que ela possa servir à sociedade, ao povo, aos jovens – do presente e do futuro.

José Leite Lopes é físico e presidente do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas)

Agende-se bem para o século que vem aí



Depois da agenda em homenagem a Che Guevara e do sucesso da *Agenda Outros 500*, a Editora Anita Garibaldi lança a agenda para o ano 2001 com os principais acontecimentos do século XX – o século rebelde.

A *Agenda 2001* mantém a qualidade e o relevante conteúdo histórico e político da *Agenda Outros 500* e, além disso, traz mais espaço para agendamento e anotações. Tem 400 páginas e formato de 12 X 21 cm, capa colorida e plastificada para garantir sua durabilidade.

Temos muitas vantagens a oferecer:

- às entidades que encomendarem lotes para seus associados daremos descontos especiais de acordo com a quantidade, mais a opção de personalizar a capa com o logotipo da instituição e utilizar até quatro páginas internas (duas no início e duas no final) com mensagens e imagens próprias;
- Para vendas avulsas R\$ 22,00 (com taxa de envio já inclusa)

R. Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista – CEP 01323-010 – São Paulo/SP
Telefax: (11) 289-1331 E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br



“Voto pela aprovação do Projeto Aldo Rebelo”

IARA BERNARDI

Íntegra do parecer da deputada Iara Bernardi (PT/SP), relatora na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara sobre o projeto do deputado Aldo Rebelo em defesa da língua portuguesa



Relatório

O Projeto de Lei de autoria do ilustre deputado Aldo Rebelo dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que dá outras providências sobre o assunto.

Encontram-se apensados à proposição os projetos de lei 1776, de 1999; 2418, de 2000; 2452, de 2000; e 3023, de 2000, respectivamente dos nobres deputados Sérgio Novais, Lincoln Portela, José Ronaldo e Neiva Moreira, com propostas sobre a língua portuguesa que tratam dos seguintes aspectos específicos: obrigatoriedade do uso da língua portuguesa na comunicação oficial, na mídia escrita, radiofônica e televisiva, e na publicidade.

Pela sua abrangência, a proposição autônoma inclui os aspectos tratados nas propostas legislativas apensadas.

De acordo com as normas regimentais da Casa, o projeto de lei em apreço chega com seis emendas (cinco aditivas e uma modificativa), de autoria do eminente deputado Geraldo Magela, juntamente com os projetos de lei apensados, estes sem emendas, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD) da Câmara dos Deputados para exame da matéria quanto ao mérito.

Voto da relatora

*“Última flor do Lácio, inculta e bela
És, a um tempo, esplendor e sepultura.”*

Os versos do poema “Língua portuguesa”, de 1914, do nosso grande poeta Olavo Bilac, ecoam com a mesma força, e mais do que nunca fazem sentido no tempo presente. Por quê?

*Porque a nossa língua materna tornou-se culta, continua bela, mas está ultrajada. De fato, como bem demonstra meu eminente colega parlamentar, deputado Aldo Rebelo, – no seu excelente estudo *Culta, bela e ultrajada*, que embasa o projeto de lei objeto deste Parecer –, a língua portuguesa, com cerca de 400 mil vocábulos, riqueza comparável apenas ao inglês, vem sofrendo um processo acelerado de “desnacionalização lingüística”, na expressão do crítico literário Wilson Martins, tal o volume de estrangeirismos desnecessários que se nos assaltam diariamente nas relações sociais, nos serviços, nos processos, nos produtos e até mesmo na comunicação pública, inclusive a oficial, como será exemplificado adiante.*

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP) inclui sete nações – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – e está em vias de ser integrada por mais uma, Timor Leste. Somos mais de 200 milhões de falantes do português em todos os continentes. A língua portuguesa é a sétima mais falada do mundo, superada apenas pelos idiomas chines, inglês, espanhol, hindi, russo e árabe.

Por que, então, a desnacionalização lingüística do português, no Brasil?

Nada existe que possa servir de justificativa para esse fenômeno. E a única explicação cabível para a desnacionalização lingüística do nosso idioma reside em fatores psicossociais reforçados por imposições econômicas e culturais. Assim, o que parece estar causando a descaracterização da língua portuguesa, ao menos em termos de Brasil, é o tradicional “deslumbramento” brasileiro pelo que é estrangeiro, combinado a uma atitude de desprezo ao que é nosso, o que não deixa de ser baixa auto-estima frente às influências de ondas econômicas e culturais, hoje avassaladoras por conta da chamada “globalização”.

E é preciso nesse ponto atentar pedagogicamente ao fato histórico: a dominação de um povo sobre outro se dá, com frequência, pela imposição da língua, ainda que por meios pacíficos, gradual e lentamente. Esse processo é ainda mais eficiente quando ocorre pela insinuação, em geral atraente, mas impertinente e insidiosa, de toda uma cultura que vem com a língua – valores, tradições, costumes e, claro, sistemas socioeconômicos e político.

Esse, sem exageros, o quadro a que estamos passivamente assistindo no País, a julgar pelo que se apresenta a seguir – excertos da Justificação do projeto de lei n.º 1676, de 1999, do ilustre deputado Aldo Rebelo.

Com a sua iniciativa legislativa, pretende o eminente autor reverter a deplorável situação de subserviência lingüístico-cultural que estamos vivendo no Brasil; e deseja fazê-lo de modo democrático e educativo, ou seja, com liberdade e responsabilidade, mas também com firmeza, dignidade e elegância. Daí sua proposta legal dispor sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa de modo a respeitar as liberdades de pensamento e expressão consagradas constitucionalmente, e com correto entendimento da influência idiomática estrangeira como fonte tradicional de enriquecimento da língua.

“De fato, estamos a assistir a uma verdadeira

descaracterização da língua portuguesa” – afirma o nobre deputado Aldo Rebelo na Justificação do seu PL, e prossegue – “tal invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismo – como holding, recall, franchise, coffee-break, self-service – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como ‘startar’, ‘printar’, ‘bidar’, ‘atachar’, ‘database’. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor estarmos na iminência de comprometer, quem sabe até trincar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.”

A lista pode ser longa e cansativa; certamente daria um dicionário alentado de palavras e expressões que em nada contribuem para o enriquecimento da língua portuguesa; pelo contrário: ultrajam, empobrecem e acabam sepultando o belo e melodioso idioma pátrio, veículo principal da nossa cultura. Nunca será demais, contudo, acrescentar mais alguns exemplos, para que meus pares nesta Casa façam seu próprio juízo sobre o assunto: school bus, ônibus escolar que transporta crianças brasileiras em São Paulo; Rice Show, novo nome da tradicional “Festa do Arroz”, em municípios do interior; folhateen, o tablóide que seria “folhajovem”, do jornal Folha de S. Paulo; serviço de clipping – recortes! – da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados; newsletter, boletim da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República; personal banking, serviços bancários personalizados, incrivelmente do Banco do Brasil.

Ora, o que isso traduz senão “uma imitação servil ao estrangeiro, numa demonstração de subserviência irracional ao estrangeiro simplesmente porque é estrangeiro” – nas palavras de Paulo Brossard, ex-senador e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (“A dolarização da língua”, Correio Braziliense, 24/5/00, p.17)? Afinal, o fato de termos uma única língua num país que está entre os cinco de maior território do mundo é um dos elementos mais marcantes e preciosos da nossa identidade nacional. Ou não é?

Ou mesmo como escreveu o professor Paulo Tortello,

definindo um dos aspectos da invasão de estrangeirismos em nossa língua, a propósito da vasta utilização do vocábulo “mídia”, hoje disseminado, por toda a mídia, com o sentido de “meios de comunicação de massa”: “A nomenclatura é do ‘comunicólogo’ norte-americano Marshall McLuhan, guru dos sessenta. Pois, ‘mídia’ é o som da pronúncia norte-americana, e incorreta, do termo, em latim, ‘media’, plural de ‘médiun’, adotado pelo filósofo ianque em sua obra tão falada e pouco lida. Como norte-americanos, por ignorância, pronunciavam, à sua maneira inglesa, ‘mídia’, em vez do som ‘média’, latino, macaqueamos-lhes o vício e criamos, em português, o neologismo ‘mídia’, para referir o que deveríamos designar pela prosódia ‘média’, mesmo! Não há meios de isso entrar em minha cabeça. Mas, isso é a média.”

Pior ainda: “que obrigação tem um cidadão brasileiro” – pergunta oportunamente o deputado Aldo Rebelo ao justificar sua iniciativa legislativa – “de entender, por exemplo, que uma mercadoria on sale significa que esteja em liquidação? Ou que 50% off quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo: tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua” – conclui acertadamente o ilustre parlamentar.

O agravante no quadro que estou procurando traçar é que contamos, em português, com palavras e expressões e, na falta destas, com regras de aportuguesamento, que podem perfeitamente levar à substituição daqueles vocábulos estrangeiros que nos chegam sem nenhum critério lingüístico, tampouco valor estético ou, pelo menos, senso crítico.

Espero que esteja claro para os meus ilustres colegas da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, não se tratar, a partir do Projeto Aldo Rebelo, de desincorporar da língua portuguesa palavras e expressões estrangeiras que enriquecem o nosso idioma, e que nos chegaram pela tradição e pela consagração dos usos e costumes; não se trata, tampouco, de imobilizar a língua frente a inovações necessárias e processos desejáveis de interpenetração cultural. Não, absolutamente, não!

Pelo contrário: a proposição em epígrafe honra todos os processos válidos de enriquecimento e transfor-

mação da língua. Assim, reconhece, por exemplo, a existência de uma enormidade de "palavras sem fronteiras", como tão bem nos mostra o diplomata e historiador, membro da Academia Brasileira de Letras, Sérgio Corrêa da Costa, em excelente obra que acaba de ser publicada (*Palavras sem fronteiras*, Editora Record).

Portanto, a iniciativa legislativa em questão é, antes de mais nada, uma cruzada em prol da língua portuguesa como instrumento de cultura, identidade e soberania do Brasil.

Foi a partir dessa idéia central, que permeia todo o seu projeto de lei, que o deputado Aldo Rebelo fez realizar em março deste ano, nesta Casa, no Auditório Nereu Ramos, o seminário *Idioma e Soberania – Nossa Língua, Nossa Pátria*, com o co-patrocínio da Academia Brasileira de Letras (ABL), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Universidade de Brasília (UnB) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). A programação contou com a presença, dentre outros, do presidente da Câmara dos Deputados, colegas parlamentares, inclusive do Senado Federal, ministros, embaixadores e representantes da CPLP, professores, acadêmicos, jornalistas, escritores e lingüistas.

Inserido na programação Câmara nos 500 anos, o evento alcançou o maior sucesso de público e crítica, a julgar, dentre outros, pelo grande número de professores e estudantes presentes, e pelos inúmeros artigos, entrevistas e manifestações que antecederam e sucederam o seminário (por exemplo, as matérias "O poder da língua" e "Língua na Berlinda", do *Correio Braziliense*, respectivamente de 12/3/00 e 19/3/00; e o artigo de Francisco Knopfli, embaixador de Portugal no Brasil, "Língua portuguesa e globalização", na *Folha de S. Paulo* de 17/3/00).

Aliás, cumpre-me destacar, por oportuno, que as provisões de promoção, proteção, defesa e uso da língua portuguesa que constituem o PL em apreço já vêm tendo ampla repercussão nos meios de comunicação de massa ao longo dos últimos oito meses (desde que começou a tramitação do Projeto Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados), tanto no Brasil, como no exterior, sobretudo nos países integrantes da CPLP e na França, esta uma das poucas nações do mundo a perceber e a defender o seu idioma nativo como essencial à identidade de um povo e à soberania nacional.

A título de ilustração, nesse sentido, menciono aqui os artigos com posições polêmicas ("O deputado e a

língua", de Marcos Bagno, *Jornal de Brasília*, 9/1/00), contrárias ("Vamos proibir o inglês?", de Matthew Shirts, *O Estado de S. Paulo*, 1/4/00) e favoráveis ("Um projeto de lei", de Ariano Suassuna, *Folha de S. Paulo*, 25/4/00).

Contudo, o momento parece mais do que oportuno para dar força a esse instrumento legal que vise, sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie, a redignificar e revitalizar a língua portuguesa em nosso País e, assim, evitar a sua extinção do rol das línguas modernas, como anunciam alguns especialistas no assunto. (Um lingüista norte-americano, Steven Fischer, residente na Nova Zelândia, sentenciou em entrevista à revista *Veja* ["O fim do português", 5/4/00], sem nunca ter pisado no Brasil, que estamos destinados a trocar o nosso idioma pelo portunhol!).

É isso o que queremos? Se a exaltação e o cultivo do português como idioma pátrio não for feita por nós, brasileiros, quem os fará?

Estou convencida de que a proposta, objeto deste parecer, de autoria do ilustre deputado Aldo Rebelo, é a resposta legal adequada ao momento cultural vivido pela nossa língua-mãe.

Trata-se de proposição de caráter geral, com 10 artigos, a ser regulamentada pelo Poder Executivo no pormenor necessário, após estudos a serem realizados sob a coordenação da ABL durante um ano, a contar da data de publicação da lei, com a colaboração dos Poderes da República, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária (artigos 8º, 9º e 10).

O PL em apreço parte de provisões constitucionais sobre a língua portuguesa e a cultura. Seu artigo 1º é uma feliz combinação de disposições dos artigos 13 e 216 da nossa Carta Magna, com uma oportuna e justa consagração (Parágrafo único): "a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação".

A referida proposta define de modo positivo as incumbências do Poder Público no tocante à promoção, à proteção e à defesa da língua portuguesa (artigo 2º).

Ao definir o uso obrigatório da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de um ano, em diversos domínios socio-culturais (ensino e aprendizagem; trabalho; relações jurídicas; expressão oral, escrita,

audiovisual e eletrônica oficial e de eventos públicos nacionais; meios de comunicação de massa; e produção, consumo e publicidade de bens, produtos e serviços), o PL em pauta trata com generosidade todas as exceções, honrando explicitamente a Constituição Federal e a força da lei (artigo 3º).

A proposta em discussão define práticas abusiva, enganosa e danosa no tocante ao idioma pátrio como patrimônio cultural (artigo 4º); trata da substituição e aportuguesamento de palavra ou expressão em língua estrangeira (artigo 5º); e introduz sanções administrativas e premiaias (artigos 6º e 7º).

O Projeto Aldo Rebelo vem ao encontro de saudável movimento de interesse nacional em torno da língua portuguesa, conforme atestam as inúmeras publicações, artigos em jornais e revistas, e programas de rádio e televisão sobre o assunto, por exemplo: os manuais de redação e estilo dos principais periódicos do País; a coluna semanal, "Inculca e bela", de Pasquale Cipro Neto, na Folha de S. Paulo; e o programa radiofônico da Eldorado AM, "De palavra em palavra", de Eduardo Martins. Na minha própria cidade, Sorocaba, Estado de São Paulo, o programa "A língua ao pé da letra" na Rádio Jovem Pan e aos domingos uma coluna do professor Paulo Tortello no Jornal Cruzeiro do Sul, e outros tantos exemplos pelo Brasil afora.

O interesse político pelo assunto tem longa tradição no Brasil, desde os tempos dos sermões do grande Vieira, defensor do povo, da terra e da cultura do Brasil colonial, passando por Machado de Assis, nosso escritor maior, que reconhecia o imperativo das interpenetrações lingüísticas, e por Rui e Clóvis, nos primeiros anos deste século, por ocasião do monumental trabalho Jurídico, e por que não lingüístico, do nosso Código Civil, e chegando aos constituintes de 1946, com o artigo 35º das disposições transitórias da Carta Magna, sobre a língua portuguesa, finalmente culminando nos dias de hoje, com o excelente Projeto Aldo Rebelo, acompanhado das Emendas, propostas com muito interesse e sensibilidade pelo meu ilustre colega Geraldo Magela, e dos três PL apensados, estes meritórios mas bem mais restritos que a proposição autônoma, porém uma autêntica amostra do interesse atual sobre o assunto no Congresso Nacional.

Posto isso, e movida pelo sentimento de um Brasil de 500 anos que a todos nos une, exorto meus ilustres pares nesta Comissão a atenderem para a relevância e a oportunidade de uma iniciativa legislativa como a que temos

em mãos, e a aprovem na íntegra (apenas com as duas emendas abaixo propostas, por entendê-las de aperfeiçoamento), em respeito ao seu único objeto, – a língua portuguesa –, à sua organicidade jurídico-lingüística e ao seu enorme e indiscutível mérito educacional e cultural.

Com esse espírito, sinto-me honrada em oferecer este Parecer, nos termos, a seguir, da expressão do meu voto.

Assim, inicialmente lamento votar pela rejeição dos quatro PL apensados, n.º 1776, de 1999; 2418, de 2000; 2452, de 2000; e 3023, de 2000, respectivamente dos nobres deputados Sérgio Novais, Lincoln Portela, José Ronaldo e Neiva Moreira. Apesar do mérito educacional e cultural dessas propostas, seu conteúdo encontra-se atendido pela proposição principal, muito mais abrangente, completa e orgânica.

Por fim, voto pela aprovação de Projeto de Lei n.º 1676, de 1999, do nobre deputado Aldo Rebelo, do seguinte modo: (1) acato uma das seis Emendas do ilustre deputado Geraldo Magela, – a de n.º 3, modificativa –, por restringir e aperfeiçoar uma das disposições da proposta (art. 3º, §. VII), e rejeito as cinco outras, aditivas, por terem seu conteúdo, de alguma maneira, já inserido no PL ou que poderá receber melhor tratamento na etapa de regulamentação; (2) ofereço, como Relatora, uma única Emenda, substitutiva, ao art. 6º, anexa, com o objetivo de torná-lo simétrico ao art. 7º, já que ambos tratam de sanções, punitivas e premiaias, respectivamente; além disso, pretendo, com a Emenda por mim oferecida, resolver um ponto polêmico do Projeto Aldo Rebelo – as sanções administrativas, deixando sua definição para o momento da regulamentação, após os estudos que vierem a ser encetados nos termos do art. 8º do PL, sob a incumbência da Academia Brasileira de Letras.

Projeto de Lei n.º 1676, de 1999 (Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.)

Emenda Substitutiva

Substitua-se o art. 6º do projeto pelo seguinte: "Art. 6º. A regulamentação desta lei tratará das sanções administrativas a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que descumprir qualquer disposição desta lei, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas."

Sala da Comissão, em 9 de agosto de 2000.

Deputada Iara Bernardi, Relatora da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados

Mostra do Redescobrimiento: cultura brasileira ou culturas brasileiras?



A Carta de Caminha



Luzia



Nossa Senhora do
Rosário, Mestre de
Sergipe, século XVIII

FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

*A Mostra levou cerca
de 2 milhões de pessoas só em São Paulo
à uma reflexão sobre a diversidade da cultura nacional.
Reinaugurada no Rio e depois percorrendo outros Estados,
a antiga e persistente questão da cultura brasileira*

*“Tudo aquilo que o malandro pronuncia,
Com voz macia,
É brasileiro, já passou de português”*
Noel Rosa

NO CONTEXTO das diversas atividades comemorativas dos 500 anos do Brasil – oficiais ou não –, ganhou destaque maior a “Mostra do Redescobrimento Brasil +500”. Ao reunir no Parque do Ibirapuera – de abril a setembro deste ano – cerca de 2 milhões de pessoas, o evento foi muito provavelmente aquele que melhor contribuiu para a massificação do debate sobre nosso meio milênio de existência.

Pelos vários milhares de pessoas que congregou, a mostra é a maior já ocorrida no Brasil. Mas não apenas pelo público, senão também pelo número de obras reunidas: 15.000 – distribuídas em 4 pavilhões e listadas em 14 catálogos. Promovida pela “Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais” – presidida pelo empresário Edemar Cid Ferreira – a Mostra do Redescobrimento consumiu cerca de R\$ 40 milhões, na maior parte financiados pelo empresariado paulista.

A Influência de Mário Pedrosa

A curadoria da Mostra do Redescobrimento – coordenada por Nelson Aguilar – buscou inspiração na obra do crítico Mário Pedrosa. Nascido em Pernambuco em 1900, Pedrosa construiu uma trajetória intelectual ambígua e polêmica. Foi membro do Partido Comunista do Brasil e participou da luta antifascista na Alemanha. Mais tarde, notorizou-se como um dos introdutores do trotskismo no Brasil. No final da vida, colaborou com a fundação do Partido dos Trabalhadores. Escreveu na juventude diversos ensaios que acentuavam o papel político transformador da Arte. Mais tarde, abandonou esse eixo de elaboração e passou a postular a idéia da autonomia da obra artística. Nesse período defendeu na USP uma tese que enfocava a Arte do ponto de vista dos princípios da Gestalt – psicologia idealista fundada na Alemanha. Tal trabalho recebeu na época contundente crítica da pena de Ferreira Gullar.

Em 1978, quando um incêndio no Museu de Arte Moderna do Rio destruiu um dos maiores acervos artísticos do país, Pedrosa sugeriu que o MAM fosse reconstruído com outra proposta. Surgia aí a idéia do “Museu das Origens”, que congregaria cinco módulos distintos e interligados: o Museu do Índio, o Museu do Negro, o Museu do Inconsciente, o Museu de Arte Moderna e o Museu de Artes Populares. O objetivo de Mário Pedrosa era o de oferecer ao público uma ampla visão da civilização brasileira por intermédio das artes plásticas.

Mais de 20 anos depois essa idéia seria finalmente concretizada na Mostra do Redescobrimento, que adotou como base a

idéia de Pedrosa. A Mostra compreende amplos painéis sobre as artes indígenas, a arte afro-brasileira, a arte popular, as imagens do inconsciente (arte dos internos de hospícios) e a arte moderna. Além destes, porém, foram adensados outros módulos, em particular sobre a chegada do Homem nas Américas, a carta de Caminha, as civilizações pré-cabralinas, a arte barroca, a arte dos estrangeiros que retrataram o Brasil, e a arte do século XIX. A exposição, com isso, ultrapassava até mesmo os intuitos originais de Mário Pedrosa, compondo o maior e mais amplo panorama sobre a cultura brasileira.

Pedrosa completaria 100 anos no dia em que a exposição abriu suas portas ao público. A influência deste eminente intelectual deixa-se flagrar no caráter um tanto fragmentário da exposição e em um certo multiculturalismo que insiste em transparecer. A insuspeita Folha de S. Paulo, em publicação especial sobre a exposição, apresenta-a como o evento que “reconta a história das culturas brasileiras”. A afinidade desta concepção com as idéias de Mário Pedrosa é grande.

De fato, Mário Pedrosa defendia uma cultura brasileira profundamente arraigada, que remeteria mesmo a antes de Cabral. Postulava o caráter não-barroco de nossa cultura, advogando que a imagem de país barroco não passaria de construção ideológica a serviço das elites.

A visão de Mário Pedrosa – abraçada pela curadoria da “Mostra do Redescobrimento” – circunscreve importantes problemas de Sociologia da Cultura. O mais abrangente desses problemas relaciona-se à definição de “cultura brasileira”. Qual é a cultura brasileira? Não seria porventura mais correto falarmos em “culturas brasileiras”? Há sentido em definirmos uma “cultura nacional”, ou não passaria esse termo de mera invencionice ideológica a serviço das classes dominantes?

Para compreender a essência dessas questões, é natural que partamos de conceitos simples, que servem como instrumentos analíticos balizadores de nosso entendimento sobre a cultura brasileira. Os principais desses conceitos são os de “popular” e “nacional”. O entendimento sobre a cultura brasileira varia, de forma geral, em função do entendimento que tenhamos desses conceitos.

A visão de Mário Pedrosa busca a essência da cultura brasileira na cultura popular, entendida como algo em relação de oposição com a cultura nacional. Subjaz na elaboração de Pedrosa a idéia da cultura nacional como falsificação ideológica da cultura popular. Ambos os conceitos são vistos, nessa perspectiva, em uma relação de oposição.

Essa pressuposição de Pedrosa conduz facilmente à concepção multiculturalista, caracterizada por conceber apenas a diversidade da cultura – marca do popular –, e não sua unidade – forjada ao longo dos séculos na idéia de nação. É por assim conceber a diversidade em detrimento da unidade

que a corrente multiculturalista interpreta a cultura brasileira como mera “mistura” indiferenciada. É o que tentaremos argumentar no decorrer deste trabalho, utilizando para isso elementos da própria “Mostra do Redescobrimento”.

Antes de Cabral

A Mostra do Redescobrimento denuncia, desde o início, a influência das idéias de Mário Pedrosa e de toda a corrente de pensamento cultural que se formou em torno da USP.

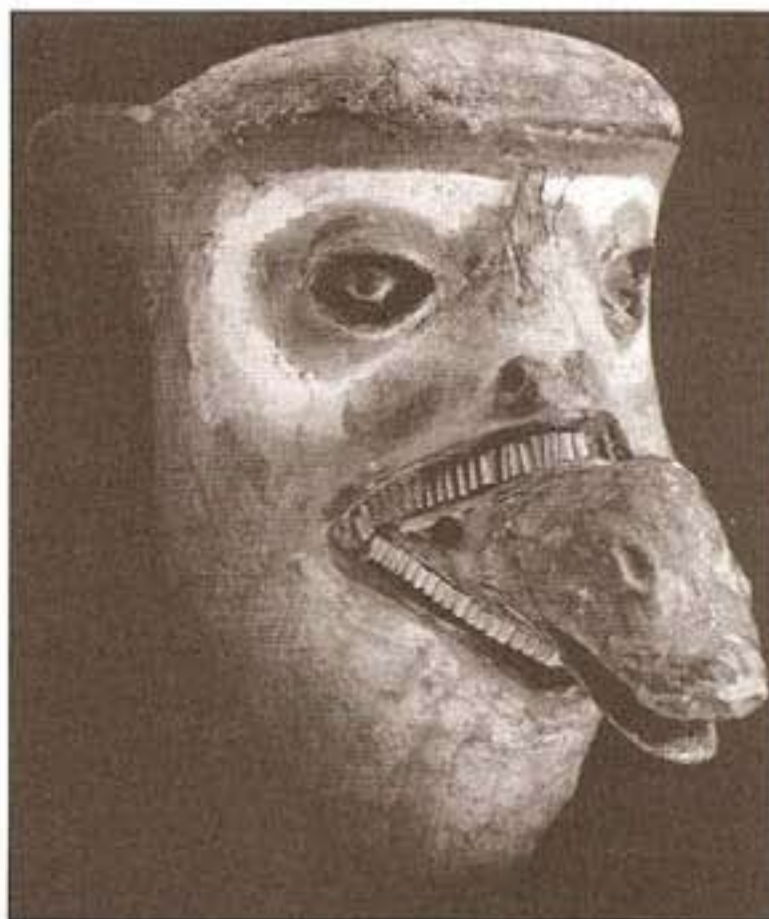
O primeiro módulo da exposição traz ao público as diversas teorias sobre a chegada do Homem nas Américas, como a insinuar que a cultura brasileira pode ter suas origens identificadas antes mesmo da chegada de Cabral (o que é efetivamente sugerido no bordão “Brasil +500”). Isso não deixa de ser verdadeiro, principalmente se tomarmos como base exclusivamente a noção de “popular”. Mas, por outro lado, se observada do ponto de vista da idéia de “nação”, essa interpretação transporta um grave equívoco, pois desconsidera que há um ponto nodal na nasença da civilização brasileira há 500 anos, momento de conseqüências bem mais profundas que as que por vezes imaginamos.

Os limites da visão exposta acima revelam-se, portanto, em uma concepção pouco sofisticada da problemática nacional, incapaz de formular uma visão histórica que não seja o mero gradualismo.

Mas, a par de seus limites, a idéia de uma cultura brasileira que remeteria ao período pré-Cabral contribui também sob certo aspecto para ampliar a consciência histórica do povo brasileiro. Divulgada para o grande público, reforça o sentimento de ancestralidade e de indissolúvel ligação entre os brasileiros e os povos americanos.

Além disso, a tese pré-cabralina revela que havia no continente sul-americano, antes da chegada dos europeus, uma intensa dinâmica, ao contrário do que comumente se afirma. O “paraíso” descrito pelos portugueses em 1500 encontrava-se na verdade em plena guerra, pois os índios do tronco tupi-guarani expulsavam das terras brasileiras povos bem mais antigos.

Algumas dessas populações são retratadas no módulo sobre a arqueologia, que revela o equívoco daqueles que vêem os habitantes do Brasil pré-Cabral como “selvagens primitivos”. A arqueologia nos fornece hoje provas da existência de complexas civilizações com até mesmo certo nível de especializa-



Máscara Jurupixuna (Amazonas)

ção, atestado pela sofisticação das peças produzidas, que sugerem a existência de uma classe de “artistas”. E, é lógico, se havia pelo menos uma função social especializada, é porque outras também existiam.

Em Santarém e na Ilha de Marajó (PA) floresceram civilizações cujo nível de sofisticação é atestado pela existência de vasos com “cariátides”, figuras humanas decorativas muito usadas na antigüidade grega. As enormes urnas com formas humanas da cerâmica marajoara provam que nessas civilizações eram praticados rituais funerários.

Nas gigantescas civilizações às margens do Rio Amazonas – descritas com entusiasmo por viajantes do

século XVI –, desenvolveram-se os muiraquitãs – pequenas esculturas de sapos, peixes e rãs que, embora pareçam amuletos, podem ter sido usadas como moeda ou como símbolo de riqueza, o que atesta a presença de sistemas monetários elementares. Na Serra da Capivara (PI), pinturas rupestres já usavam a refinada noção de perspectiva. E, entre os sambaquis (SC), são também encontráveis diversos traços de uma sociedade com alto nível de complexidade.

A idéia de uma intensa dinâmica no continente sul-americano é reforçada, ainda, pela descoberta de “Luzia” – esqueleto de 11.500 anos de idade encontrado em 1975 em Minas Gerais. Exposta no módulo sobre a chegada do Homem nas Américas, “Luzia” desafia a teoria tradicional de ocupação do continente: a de que o Homem aqui chegou através de populações mongolóides orientais que teriam atravessado o Estreito de Bering há 12.000 anos. Luzia afronta essa teoria não só por sua datação, mas também por seus traços nitidamente negróides, típicos das populações aborígenes da Polinésia. A Ciência ainda hoje tenta explicar como teriam chegado ao Brasil os ancestrais de Luzia.

O panorama das civilizações pré-cabralinas completa-se com o módulo sobre a arte das diversas populações indígenas que habitavam o Brasil quando da chegada dos portugueses. O destaque deste módulo é o esplendor do manto Tupinambá do século XVI, tecido em penas vermelhas de guará. A peça é parte do acervo do Museu Nacional da Dinamarca. Por seu requinte, o manto chegou a ser atribuído ao imperador inca Montezuma, até que o reconhecimento de figuras animais da nossa fauna desfz o equívoco.

No módulo indígena podem ainda ser encontrados verda-

deiros “tesouros” culturais, como o machado tupinambá recolhido no século XVI ou as diversas máscaras que revelam detalhes da imaginária indígena. A sutileza das plumárias e a forma como são exageradamente adornados instrumentos puramente funcionais – como lanças, redes e remos – revelam o caráter essencialmente simbólico e ritualístico do modo de vida indígena. Uma herança que o povo brasileiro ainda não conhece em profundidade, e que por isso ainda não se encontra incorporada, em toda a sua plenitude, ao já rico patrimônio cultural brasileiro.

Depois de Cabral

A arte do Brasil pós-Cabral é apresentada na Mostra em diversos módulos que retratam tanto a arte erudita quanto a arte popular.

O módulo sobre a Carta de Caminha apresenta a versão original do documento, espécie de “certidão de nascimento” da civilização brasileira. A carta permaneceu esquecida até o século XVIII, quando foi encontrada por um funcionário dos arquivos da Torre do Tombo, arquivo da expansão ultramarina localizado em Lisboa.

O texto de Caminha descreve as primeiras impressões sobre a terra, ressaltando sua fecundidade e suas potencialidades. Opina sobre os “estranhos” hábitos dos índios e narra sua surpresa com aqueles homens fétidos e maltrapilhos saídos das profundezas do mar. Alguns trechos primorosos podem ser encontrados, como aquele em que Caminha afirma ter especial apreço por um tal Diogo Dias, “homem gracioso e de prazer; levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles (os índios) a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam”. Esse trecho apresenta uma comovente síntese do que viria a ser o caráter festivo, fraterno e tolerante do povo brasileiro.

O caráter lúdico das gentes brasileiras é também muito fidedignamente retratado no módulo sobre a arte barroca dos séculos XVII e XVIII. Primeira estilística oficial praticada no Brasil, o Barroco ganhou em nosso país expressão própria, mesclando-se com a tradição popular e constituindo, a partir daí, a primeira manifestação genuína da identidade nacional.

A mostra concentra-se no Barroco tardio e no rococó do século XVIII. Desmistifica a idéia de que apenas Minas Gerais desenvolveu uma escola setecentista original, apontando também as escolas baiana e pernambucana como centros de

grande impacto na produção da imaginária barroca da época. O módulo apresenta ainda uma novidade: elementos da recém-identificada escola maranhense.

Todas essas escolas caracterizam-se pelo fato de que, por terem sido grandes centros de produção de artefatos religiosos, acabaram por desenvolver estilos próprios, muito bem representados por grandes artistas como Aleijadinho, Manuel Inácio da Costa e Mestre Valentim. Nas obras desses artistas o imaginário barroco ganhou contornos mestiços e até um aspecto de sensualidade, o que se revela na fisionomia das imagens religiosas – que copiam os diversos biótipos brasileiros – ou na aparência travessa dos anjos, geralmente retratados “brechando” impunemente as santas.

Veículo de propagação da fé católica, o barroco testemunha a originalidade da fé popular, fornecendo um retrato da devoção sincrética do povo, que chegou a estabelecer relações de equivalência entre santos da religião oficial (católica) e entidades das diversas religiões populares (indígenas e afro-brasileiras). Isso pôde ocorrer pelo próprio caráter permeável da cultura portuguesa, já ela oriunda da unidade de povos tão diversos

quanto mouros e galegos, castelhanos e provençais. A essas influências se somaram, no Brasil, as contribuições de negros e índios.

O Barroco brasileiro é prova viva não só de que não há nenhuma indissolúvel oposição entre o popular e o nacional, como também de que o nacional só pode construir-se a partir da destilação de elementos genuínos da cultura popular.

É exatamente por isso que o Barroco popular e mestiço revela traços do temperamento coletivo, nacional, dos brasileiros. Um temperamento que é, em primeiro lugar, essencialmente lúdico e – para falar como Darcy Ribeiro – prenhe de humanidade.

O caráter lúdico da cultura brasileira – tão bem retratado na arte barroca – traduz-se em uma imensa afeição por jogos, brincadeiras e enigmas, os quais parecem permear mesmo os momentos mais sóbrios de nossa existência. Tudo é para nós motivo de riso e irreverência, elementos que – conforme já Aristóteles declarara em sua obra sobre a comédia – sempre caracterizaram as mais ricas culturas populares. Somos parte de um povo caracterizado por uma grande alegria de viver. É como se o mundo não passasse, para nós, de um grande circo cósmico, onde todos representam os papéis de um roteiro celestial.

No carnaval temos disso o exemplo mais bem acabado. Ali as pessoas abandonam o anonimato



Pietà, de Brecheret

de suas próprias existências para viverem como personagens aquilo que jamais viverão como seres comuns. No carnaval é concedida licença a todos os brasileiros para que, libertando-se das férreas amarras da “ordem” positivada, possam por alguns dias retornar à confusão original.

No futebol temos outro exemplo do caráter lúdico do povo brasileiro. Esporte entre nós praticado com passes e dribles barrocamente arredondados, ele deixa entrever que, ao contrário dos povos europeus, nossa forma de jogar não se pauta cruamente pela busca do gol. Mais que isso, buscamos a jogada desconcertante, o drible surpreendente, o gol magnífico. Não sabemos conviver com a vitória medíocre, sem méritos. Queremos sempre o jeito mais criativo de chegar ao objetivo, pois só assim saciamos nossas consciências sedentas da criação original e da beleza efusiva que em tantas coisas comparecem em nossa terra – das paisagens tropicais ao exotismo da beleza feminina.

Outro traço marcante da caracterização de nosso povo está em sua índole marcadamente religiosa, o que implica em um temperamento maniqueísta e muitas vezes extremado. Esse temperamento tende a oscilar entre a mais completa fantasia místico-religiosa e lancinantes arroubos de lucidez, na maioria das vezes coexistentes dentro de uma mesma situação, configurando o fenômeno universalmente conhecido como “realismo fantástico”, muito bem definido por Massaud Moisés (1990: p. 209) ao comentar a literatura barroca de Padre Antônio Vieira:

“Na pena de Vieira, a realidade dos fatos mostra um dualismo que se diria fruto do embate entre a razão e a emoção caso não soubéssemos do seu acendrado pendor para as disquisições puramente lógicas ou abstratas. De qualquer forma, percebe-se ali, mais que noutra parte, quem sabe devido às marcas indelévels do contexto brasileiro em seu patrimônio moral e sensorial, – a coexistência da fantasia e do realismo, mas de molde a intercambiar os efeitos: nota-se ‘o caráter realista destas mesmas fugas da fantasia, tanto como o caráter fantástico destas explicações da realidade’, um realismo fantástico”.

Os módulos sobre a arte erudita dos séculos XIX e XX dão seqüência à viagem pela alma nacional. A arte brasileira dos dois últimos séculos revela a luta persistente pela afirmação da identidade nacional, bem como as tensões daí provenientes, em particular aquela entre o resgate da tradição e a tentativa de modernização das artes no Brasil.



Manto Tupinambá

O módulo sobre a arte do século XIX contribui para desfazer em certa medida o preconceito que se criou com os artistas desse período, considerados “oficialistas” e reprodutores dos padrões da Academia Francesa. Com efeito, os artistas da época, como Almeida Júnior ou Victor Meirelles, vinculavam-se à Academia Imperial de Belas Artes, voltada para a construção de um ideal épico de nacionalidade, através da retratação de batalhas e demais ritos heróicos. É bastante representativo do período o famoso “Tiradentes Esquartejado”, de Pedro Américo de Figueiredo e Mello.

Porém, apesar de reproduzirem os padrões franceses, já é possível vislumbrar nos artistas desse período um aprofundamento da problemática nacional. Não havia como ser de outra forma, pois o projeto imperial buscava precisamente uma iconografia que acentuas-se a harmonia das três raças na constituição da identidade da nação.

De onde depreendemos que a idéia da arte do período como mera cópia dos padrões europeus foi difundida principalmente pelos modernistas, por motivos óbvios: precisavam superar a arte do século XIX, levando-a a um novo patamar. Mas apesar desse preconceito moderno, a verdade é que a arte do século passado já traz, em germe, um pouco da contradição que se acentuaria no século XX, entre buscar na tradição popular a fonte da identidade nacional ou, por outro lado, acertar o relógio das artes com as novidades do modernismo europeu.

A arte do século XX leva ao limite essa contradição, a ponto de termos no movimento modernista uma profunda cisão. De um lado, Portinari, Di Cavalcanti e Villa-Lobos seguem uma tendência mais realista e nacionalista, enquanto que Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, entre outros, compunham a vertente propriamente formalista e universalista do movimento iniciado em 1922.

Certas tendências contemporâneas dão continuidade a essa última vertente, como o concretismo paulista de Geraldo de Barros, Amílcar de Castro e Willys de Castro, o neoconcretismo dos irmãos Campos e de Décio Pignatari e o grupo de Hélio Oiticica e Lúcia Clark. Essas vertentes – e em particular a de Oiticica – foram profundamente influenciadas pelo pensamento de Mário Pedrosa, que afirmava ser o Brasil um país “condenado ao moderno”.

O popular na cultura brasileira

Além dos módulos sobre a arte erudita dos últimos séculos, a Mostra do Redescobrimento traz também a público módulos sobre a arte negra e popular, que carregam provavelmente as mais importantes lições de toda a Mostra.

A separação entre a arte negra e a arte popular obedece a proposta original de Mário Pedrosa, mas introduz na exposição uma certa ambigüidade – pois a quase totalidade das peças do módulo “arte afro-brasileira” fazem parte do que chamamos de “arte popular”, e, da mesma forma, grande parte das obras do módulo “arte popular” são elementos da cultura negra. A proposta da curadoria, com isso, contribui com a fragmentação da exposição, sugerindo com sutileza a idéia, de base multiculturalista, de que não há uma “cultura brasileira”, mas “culturas brasileiras”.

De fato, a cultura popular brasileira não se caracteriza por ser “étnica” (ou “multiétnica”), isto é, por ser desta ou daquela raça. O popular é um conceito relativo ao conteúdo da obra de arte, e designa aquilo que retrata os sentimentos e aspirações genuínos do povo. É por isso que até mesmo um artista de origem abastada pode fazer arte popular, não faltando disso os mais variados exemplos.

Câmara Cascudo, citando Marcel Mauss, define a arte popular como “tudo aquilo que não é arte oficial” (1984: p. 25). De fato, o oposto da arte popular é a arte erudita (também chamada de “oficial”). Essa oposição é inaugurada com a divisão do trabalho, processo que, ao criar uma classe especializada de “artistas”, traz com ela o produto correlato, a arte “de ofício” (profissão) – ou simplesmente “oficial”.

A relação entre a arte popular e a arte erudita é de superação. A cultura erudita supera a cultura popular fazendo-a universal. Essa superação pode traduzir-se tanto na aquisição de uma estrutura formal mais sofisticada quanto no revelar de um conteúdo humano extremamente denso. Conforme define magistralmente Ariano Suassuna, “toda obra universal tem uma quantidade de sonho humano que não envelhece”. É exatamente nesse sentido que Shakespeare, Cervantes, Picasso ou Beethoven são clássicos universais.

Por conseguinte, enquanto que a cultura popular é nacional, a cultura erudita concentra aquilo que já se constitui em ganho para a cultura universal. Mas o popular é sempre a matéria-prima do erudito, isto é, não há peça de cultura erudita que não seja advinda da sublimação de alguma tradição nacional ou popular. Mesmo as sinfonias de Mozart combinam elementos da melhor cultura popular mediterrânea. Por conseguinte, a cultura constitui-se na única e verdadeira fonte de criatividade que alimenta a cultura erudita.

A arte erudita é transmitida através do ensino oficial e sistemático, comportando-se o aprendiz passivamente. Já no saber

tradicional, popular, “o estudante reage e colabora porque essa ciência clandestina e semiproibida é uma excitação ao seu raciocínio, apelando diretamente para um sentido ativo e pronto de utilização imediata e realística” (Cascudo, 1984: p. 32).

Segundo Câmara Cascudo, a par da cultura erudita, a cultura popular desenvolve-se “vadia, airada, cheia de estórias estapafúrdias, graves, trágicas e cômicas, apresentando valores sob outros ângulos...” (Cascudo, 1984: p. 32).

Essa arte “vadia” comparece muito bem representada na Mostra do Redescobrimento. Os ceramistas de Caruaru (PE), tendo à frente Mestre Vitalino, demonstram grande sagacidade e sutileza na retratação de típicas cenas populares. Utilizam para isso o barro do próprio chão, como que a lembrar a advertência de Ariano Suassuna: “Depois de descobrir que era um Homem, percebi que era o Homem de uma terra”.

O barro ganha nas mãos de Mestre Vitalino todo o furor descomprometido da presença popular. Lá encontramos cenas como a do bêbado caído ao chão com sua inseparável garrafa, um cão vira-lata lambendo-lhe a boca; o time de futebol do subúrbio, perfilando-se antes do jogo para o indispensável registro fotográfico, ou ainda tradicionais cenas de cidades do interior, como o namoro de dezenas de casais “escondidos” nos cantos da praça, ou a tradicional festa em comemoração a um “casório”.

Peças decorativas de festas populares, como o Divino Espírito Santo, o Reisado, o Bumba-meu-boi e o Maracatu atestam a suntuosidade da arte folclórica. O folclore, ao contrário do que comumente pensamos, não se confunde com o conjunto da cultura popular, sendo apenas o núcleo desta última. Câmara Cascudo esclarece que “a literatura folclórica é totalmente popular, mas nem toda produção popular é folclórica. Afasta-a do folclore a contemporaneidade. Falta-lhe tempo” (1984: p. 24). De fato, as marcas características do folclore são o anonimato, a persistência ao longo dos séculos e a transmissão pela via oral tradicional. De onde depreendemos que o folclore é a base da cultura popular, base sedimentada pelo tempo – que a faz obra impessoal, de toda a coletividade.

As peças do folclore revelam elementos profundamente interiorizados na mentalidade coletiva do povo. O mesmo realismo fantástico ao qual nos referimos acima, ao tratar da arte barroca, comparece em diversos momentos, como nas esculturas totêmicas do Crato (CE), que descrevem seres mitológicos cujo “habitat” é o reino imaginoso da manifestação popular. O mesmo podemos dizer das carrancas das embarcações do Rio São Francisco, amuletos contra a “traquina-gem” de entidades espirituais. Máscaras, trajes, marionetes, xilogravuras e toda uma diversidade impressionante de artefatos populares completam esse amplo painel.

A cultura popular revela de forma geral a sobrevivência de

elementos ancestrais, muitas vezes de tal forma antigos que não lhes podemos localizar com exatidão as origens. As centenas de livros de cordel expostas na Mostra do Redescobrimento testemunham esse fato. Segundo Câmara Cascudo, esses desafios sertanejos provêm mesmo do “canto amebéu” grego, igualmente alternado entre dois “cantadores”. Da mesma forma, Ariano Suassuna assevera que a conhecida “Cantiga do Valente Villela” é derivada de enredo tomado de empréstimo ao cancionero medieval.

Com efeito, a cultura popular constituiu-se em verdadeiro portal aberto rumo a influências imemoriais. Segundo Câmara Cascudo, o povo português “espalhou, pelas águas indígenas e negras, não o óleo de uma única sabedoria, mas a canalização de outras águas, impetuosas e revoltas, onde havia a fidelidade aos elementos árabes, negros, castelhanos, galegos, provençais, apenas na primeira linha de projeção mental. Passada essa, adensavam-se os mistérios de cem reminiscências, de dez outras raças, caldeadas na conquista peninsular em oitocentos anos de luta, fixação e desdobramento demográfico. Todas essas influências ... somem-se num escurão de séculos, através de povos e civilizações, num enovelado alucinante de convergências, coincidências, presenças, influências, persistências folclóricas” (1984: p. 30).

Em consequência do que vimos acima, trata-se de grande equívoco compreender o popular na acepção “estatística”, como aquilo que concentra a audiência da maioria das pessoas, isto é, como aquilo “de que o povo gosta”. O conceito estatístico, fundado na noção de “audiência”, não diz respeito à noção de “povo”, mas sim à de “público” – este último um conceito da sociologia pragmática norte-americana, voltado para a apropriação mercadológica da produção cultural.

Na distinção entre os conceitos de “povo” e de “público” reside a diferença essencial entre a cultura popular e a cultura de massas, conceitos sobre os quais há muita confusão. O conceito de povo na acepção da cultura popular não é estatístico-quantitativo, mas sociológico-qualitativo. Conforme explica Nestor García Canclini, a cultura popular representa “uma resposta solidária a uma necessidade coletiva ... É isso que (a) diferencia ... da cultura de massas, na qual não há interação recíproca entre produtores e consumidores ... na qual as necessidades reais da maioria são encobertas ou substituídas em fun-



Tiradentes esquartejado, Pedro Américo

ção dos objetivos mercantis da burguesia, e na qual se neutraliza toda a ação crítica do consumidor” (1980: p. 77).

De fato, a essência da cultura de massas é o “entretenimento”, que consiste em um convite ao relaxamento do sentido crítico em favor de uma apreensão passiva e de um divertimento descomprometido. A própria Mostra do Redescobrimento lança mão, em diversos momentos, de expedientes de massificação. Ela apresenta peças de cultura popular e erudita envoltas em uma cenografia que as torna mais “aprazíveis” e “interessantes”. O próprio Edegar Cid Ferreira, presidente da Mostra do Redescobrimento, afirma ser a finalidade do evento a combinação entre a educação e o “entretenimento”.

O nacional na cultura brasileira

Compreender o significado da cultura popular – diferenciando-a da cultura erudita e da cultura de massas – é requisito fundamental para um melhor entendimento da cultura brasileira. Mas apenas isso não é suficiente. Ainda mais fundamental é a compreensão da relação que se estabelece entre os conceitos de popular e nacional, pois a cultura brasileira não é direta e simplesmente identificável à cultura popular; essa concepção errônea pode torná-la algo disperso e fragmentário, verdadeira colcha de retalhos étnicos ou regionais.

Tal concepção é a essência do multiculturalismo, caracterizado por uma superestimação do popular e por uma subestimação do nacional. A ausência do conceito de nacional como elemento ativo da análise causa mesmo distorções na compreensão da cultura popular, que recebe no multiculturalismo interpretação empírica e “étnica”.

Tais pressupostos levam à conclusão equivocada de que a defesa da cultura popular corresponderia à defesa da pureza de tal ou qual raça. Não à toa, Aldo Rebelo, citando o antropólogo baiano Antônio Risério, afirma que “o multiculturalismo é um apartheid de esquerda” (2000: p. 32).

A ideologia multiculturalista encontra muito de sua base objetiva no projeto das elites paulistas. A tentativa de afirmação de um projeto próprio da aristocracia cafeeira levou, em 1932, à disseminação de uma ideologia de negação da unidade nacional em favor de um projeto regionalista extremado.

Esse projeto foi derrotado praticamente pelo Estado Novo e teoricamente pela obra de Gilberto Freyre. Conforme afir-

ma o jornal do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, a vitória do conceito nacionalista de cultura em Gilberto Freyre “representou a derrota das interpretações de integralistas ... do catolicismo reacionário e também dos marxistas de diversos matizes” (2000: p. 4). Essa afirmação não é de todo correta, pois Freyre não derrotou “o marxismo”, mas uma certa vertente uspiana de orientação supostamente marxista.

O multiculturalismo é a nosso ver o caminho menos indicado para o entendimento da essência da cultura brasileira. Esse entendimento requer, ao contrário, a pressuposição de uma relação de identidade entre o nacional e o popular. O nacional não poder ser senão o popular, pois a cultura erudita é universal; da mesma forma, o popular não pode senão depurar-se em nacional.

O popular corresponde ao elemento qualitativo da cultura: as relações humanas vivas e em efervescência. Já o nacional é a sublimação dessas relações em uma essência básica invariável – sistematicamente arquitetada como amálgama ideológico de um povo, aquilo que o unifica enquanto nação.


O nacional não pode ser entendido, portanto, como mera “fantasia” ideológica. Ao contrário disso, ele é decorrência necessária da repetição infinita de elementos recorrentes da cultura, constituindo-se portanto em uma espécie de essência redutora da multiplicidade de aspectos fenomênicos da cultura em uma estrutura básica invariável, a qual alimentará a própria cultura popular.

Da mesma forma que não é mera invenção, o nacional não é algo dispensável, de que possamos abrir mão sem quaisquer conseqüências deletérias para o desenvolvimento do povo. O nacional é um elemento catalisador do desenvolvimento humano, na medida em que generaliza os melhores componentes humanos das culturas regionais, introduzindo um elemento de racionalização que contribui para o adensamento da própria cultura popular.

A construção da nação – e da idéia de nacional – é quase sempre tarefa do Estado e, portanto, das forças que o dominam. Daí porque esse conceito é geralmente confundido com uma invencionice das elites, que dela se valeriam para reforçar sua dominação. Isso é, por seu lado, verdade, pois cada classe dominante constrói a idéia de nacional a partir de seus próprios interesses e perspectivas, bem como de sua visão de mundo.

Mas esse problema requer uma compreensão mais ampla e multilateral. Hoje, as elites brasileiras – tendo à frente o núcleo oligárquico paulista – abdicam da própria tarefa de construir a idéia de nação, legando-a ao proletariado e aos setores mais conseqüentes da sociedade brasileira.

Contudo, muito antes que esses setores sejam chamados ao cumprimento dessas tarefas, o abandono da idéia de nação resultará, no médio prazo, em conseqüências desastrosas e de difícil reversão para nosso país, principalmente no que isso traz de implicações junto à formação da mentalidade popular.

Entende-se desde logo porque a ideologia multiculturalista é tão divulgada em todo o mundo por seu principal beneficiário: o imperialismo norte-americano. A partir dele, reforça-se a idéia de um mundo “de todos os povos”, de muitas raças e cores interligadas, livres das “barreiras” que “entram” a “integração livre e plena” rumo a um mundo cada vez mais “globalizado”. O curioso é que essas palavras são ditas em um mundo cada vez mais dividido, violento e desigual. O multiculturalismo – fundamentado filosoficamente em um relativismo fragmentário – é de fato o pilar cultural da ideologia da globalização. 

Fábio Palácio de Azevedo é mestrando em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e membro da direção nacional da União da Juventude Socialista (UJS).

Bibliografia

- BELLESSE, Mauro. Gilberto Freyre e USP: Conceitos Diferentes de Cultura. *Estudos Avançados – Informativo do IEA/USP*. N. 61. Ano XII. Out/nov 2000. 8 p.
- CANCLINI, Nestor García. *A Socialização da Arte*. São Paulo: Cultrix, 1982. Pp. 48-84.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 1984. Pp. 15-37.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 32 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. 569 p.
- GUIA DO REDESCOBRIMENTO. *Folha de S. Paulo*. 23/04/2000. 68 p.
- GULLAR, Ferreira. “A Desintegração dos Valores da Arte”. *Princípios* n° 48. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998. Pp. 66-73.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. Pp. 7-77.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira – Vol. I: Origens, Barroco, Arcadismo*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1990. Pp. 7-209.
- PEDROSA, Mário. *Política das Artes*. (org. Otilia Arantes). São Paulo: EDUSP, 1995. 363 p.
- REBELO, Aldo. “100 Anos de Gilberto Freyre – um Homem que entendeu o Brasil”. *Princípios* n° 57. São Paulo: Anita Garibaldi, mai-jun-jul/2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Pp. 11-77.
- SUASSUNA, Ariano. “O Guerreiro da Cultura Popular”. *Princípios* n° 51. São Paulo: Anita Garibaldi, nov-dez/98-jan/99.

O mundo parado

(Estudo sobre *Caetés*,
de Graciliano Ramos)



ANSELMO PESSOA NETO

*Caetés não é um romance
defeituoso, mas uma grande
obra que dosa os elementos
e características que
tornaram Graciliano Ramos
um dos mais importantes
escritores do país*



Este escrito é parte de *Paisagens do neo-realismo: em Graciliano Ramos e Carlos de Oliveira* - tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), em 1999. Maiores detalhes sobre as notas, referências e bibliografia e mesmo o acesso ao texto completo pelo endereço eletrônico do autor: apessoa@letras.ufg.br



A OBRA de Graciliano Ramos é um marco para os estudos literários no Brasil. Em torno de seus escritos, parcela significativa da inteligência nacional se expressou. Todas as cores do espectro ideológico reconheceram, de imediato, sua importância em um projeto de formação da identidade brasileira. E, como é natural em tais casos, perspectivas diferentes, até mesmo antagônicas, de abordagem, de interpretação se manifestaram. (1)

DE TODOS os romances de Graciliano Ramos, *Caetés* foi o menos estudado e o que mais recebeu censuras por parte da crítica. Rara e feliz exceção representa o texto de Zênia de Faria (2) que, por caminhos não paralelos, propõe uma abordagem crítica positiva de *Caetés*. Dentro do âmbito deste estudo, proponho também uma revisão dessa obra que, a meu ver, merece destaque no panorama literário brasileiro. Na discussão esquemática e classificatória, em voga na época de suas primeiras recepções críticas, *Caetés* caiu na vala comum das obras tidas como naturalistas; daí a sua depreciação por parte da crítica militante.

Caetés é a história de João Valério e do seu atrito com a realidade de uma, e em uma cidadezinha do sertão alagoano, ou, em outras palavras, com a paisagem social e física de Palmeira dos Índios. O problema do herói é colocado de choque, logo na primeira página do primeiro capítulo: “Luísa quis mostrar-me uma passagem no livro que lia. Curvou-se. Não me contive e dei-lhe dois beijos no cachaco. Ela ergueu-se, indignada: – O senhor é doido? Que ousadia é essa? Eu...”. (3) É essa ousadia de João Valério, um herói sem nenhuma auto-estima, que provocará o pouco de ação da narrativa. E é esse, também, o traço de mestre demonstrado por Graciliano Ramos, já no

seu primeiro romance publicado. (4) Com efeito, João Valério é um pobre-diabo do naipe de outro herói, esse famoso: o Luís da Silva, de *Angústia*.

O primeiro capítulo de *Caetés* é quase todo uma descrição da precária consideração do protagonista por si mesmo. Com as lentes de um herói que não se ama, o leitor começa a percorrer um mundo cinzento, mortiço, como o espírito do jovem guarda-livros. É através da narrativa na primeira pessoa – de um “animal estúpido e lúbrico”, de um empregado que não se coloca no seu lugar – que uma paisagem desolada, de um espírito inconformado, é desenhada. A par da ânsia de auto-espezzinhamento, João Valério vai descrevendo o ambiente em que vive e com quem convive. É uma cambulhada de informações.

No meio dessa paisagem social que

vai se compondo com nomes e caracterizações, rápidas mas suficientes, vemos uma primeira descrição de ambiente físico, também rápida, reveladora da forma de descrever econômica de Graciliano Ramos: “Os velhos móveis, as paredes altas e escuras, quadros que não se distinguem na claridade vaga das lâmpadas de *abat-jour* espesso, que uma rendilha pardacenta reveste, tudo me dava sossego”. A técnica é refinada, a pequena descrição exerce um duplo papel: simultaneamente desenha uma sala e o humor do protagonista e, por extensão, o mundo abarcado por sua visão. A claridade vaga, a rendilha pardacenta apontam também para o mundo cinza e colocam de imediato a questão de saber se é o protagonista que projeta o seu ânimo e assim embaça o mundo ou vice-versa.

O primeiro capítulo se encerra com um trecho em que, de novo, uma descrição de paisagem assume um tom e um sentido ambíguos: “Percorri à toa as ruas desertas, envoltas num luar baço, tentando achar tranqüilidade no pó e no calor de janeiro”. A rua deserta está para um coração aflito, um luar baço para uma alma embotada e a tranqüilidade no pó e no calor para a impossibilidade desse estado de espírito, por mais que se queira. Além disso, essa é apenas a primeira aparição da rua; a sua função será primordial nos processos de fuga, ou na confusão de espírito de João Valério. Será o elemento

Com este texto sobre a obra *Caetés*, *Princípios* continua abordando aspectos da obra de Graciliano Ramos. Em edições anteriores já publicamos os artigos “Graciliano Ramos e o Partido Comunista” (*Princípios* n.º 3) e “Graciliano Ramos e a Constituinte” (n.º 5), de Clóvis Moura; “A literatura brasileira e seu conteúdo social” (n.º 13), de Clóvis Mello; “Signos e ideologia na obra São Bernardo” (n.º 18), de Maria Luíza Ritzel Remédios; “Consciência lingüística de Fabiano” (n.º 32) e “A linguagem como traço distintivo de humano” – sobre *Vidas secas* (n.º 34), de Maria Lourdes Motter.

Comissão Editorial

paisagístico mais marcante de todo o romance. Vagar pelas ruas é como andar pelo mundo sem sentido.

O segundo capítulo traz a notícia de que João Valério era moço, pobre, gostava de literatura e estava escrevendo um romance que não ia para frente. Luísa era linda, branca, forte, dedos longos bons para beijos e olhos azuis. Adrião Teixeira era velhote, calvo, rico, amarelo, reumático, encharcado de tisanas. E o inconformismo de João Valério, de quem sabe o porquê, o motivo pelo qual Luísa casou-se com Adrião, vem sub-repticiamente à tona: Luísa é de Adrião numa relação de compra e posse. É, possivelmente, a mercadoria mais querida do velho, mas é mercadoria. O relacionamento amoroso de João Valério com Luísa (que está no futuro do romance) seria permitido – poderíamos até imaginar – em outra paisagem social e física, como mais um agrado do proprietário para com o seu bibelô, desde que não interferisse na moral do mundo dos negócios, em última instância, o que conta. A interferência, nesses casos, nunca é direta, aberta, mas oblíqua. Afeta a aparência do comerciante, a alma do negócio.

Na composição de João Valério os traços são objetivos. A técnica é o *chiaro/oscuro*: há sempre uma zona de penumbra, como na única informação sobre o seu passado, dada fortuitamente quando o objeto do discurso era o seu livro: “Iniciei a coisa depois que fiquei órfão, quando a Felícia me levou o dinheiro da herança, precisei vender a casa, vender o gado, e Adrião me empregou no escritório como guarda-livros”. É claramente insuficiente e vaga esta notícia, mas o narrador não voltará mais a ela, o único acréscimo é em relação ao livro: são cinco anos e um capítulo escrito. É um romance histórico sobre os índios Caetés, mas deles João Valério sabe somente “que existiram, andavam nus e comiam gente” e que “melhor seria compor uma no-

vela em que arrumasse Padre Atanásio, o Dr. Liberato, Nicolau Varejão, o Pinheiro, D. Engrácia” e é o que faz efetivamente. Nesse parágrafo metalingüístico, há uma demonstração inequívoca do domínio da arte narrativa, uma declaração de adesão à escola Realista, além de um petardo pleno de ironia contra os autores citados um pouco antes, Gonçalves Dias e Alencar, os quais, justamente, ‘escaparam’ da realidade: “Mas como achar enredo, dispor as personagens, dar-lhes vida? Decididamente não tinha habilidade para a empresa: por mais que me esforçasse, só conseguiria garatujar uma narrativa embaciada e amorfa”.

O trecho, “narrativa embaciada e amorfa”, reflete mais o *Caetés* que lemos do que o de João Valério. É metalinguagem. Mas é também a constatação de que a realidade observada não se prestaria a um outro tipo de romance. Construir um mundo edulcorado não fazia parte do ideário de Graciliano Ramos; pelo contrário, a realidade, mesmo essa mesquinha, dizia mais sobre a *condição humana* do que sobre os discursos empolados de certos escritores e advogados. Combater o bom combate para Graciliano implica em pulverizar a linguagem vazia dos bacharéis. Os tipos recorrentes: Dr. Evaristo Barroca, Dr. Castro, João Nogueira, Julião Tavares são exemplares de uma fauna abundante, são paisagens da sociedade abominada pelo autor alagoano.

“Desdobrei as tiras e li burrices consideráveis em honra do Mesquita, recheadas de adjetivos fofos (...) um largo rio de benefícios inundando Palmeira dos Índios”. Nesta passagem do quarto capítulo, um exemplo da aversão que Graciliano Ramos dedicava ao período rebuscado, no qual via não somente um problema de estilo, mas uma questão ideológica: o objetivo político dos Barrocas, dos Juliões Tavares, se manifesta na

língua. No mesmo trecho, a indicação do lugar onde se desenrola a história de João Valério e seus amigos: Palmeira dos Índios. Para o leitor familiarizado com os dados biográficos do autor, essa informação aproxima a ficção da ‘vida real’. E não cai em engano quem procede dessa forma. É Graciliano Ramos quem pede; em seus escritos posteriores isto ficará cada vez mais evidente. Temos, então, uma outra paisagem, a paisagem da memória a recheiar, a consubstanciar a fantasia do escritor.

No capítulo cinco, acompanhamos um ir e vir por ruas mal iluminadas, entrecortados por diálogos curiosos entre João Valério e o seu amigo Isidoro Pinheiro; em um desses diálogos são enumeradas as riquezas de Marta Varejão e o conselho do amigo para que João Valério se atracasse com a moça. O casamento é um negócio, mais vale se ele for bem feito, é dito, em suma, sem a menor cerimônia. Essa concepção está em todos os romances de Graciliano Ramos. Madalena (*São Bernardo*), Marina (*Angústia*) e até mesmo sinhá Vitória (*Vidas secas*) fazem parte dessa premissa.

Marta era bonita, falava francês, fazia flores de parafina, tocava piano. O herói tenta enganar-se, mas esta era uma solução impossível, pois o livro terminaria aí. É por isso que ainda nesse capítulo, estamos no sexto, Adrião reclama a ausência de João Valério nos serões de sua casa e este se compromete a voltar ‘ao casarão dos Italianos’. Na seqüência, a vida pulula em Palmeira dos Índios, as conversas na rua dão um retrato vivo da cidadezinha.

A vida continua, o romance não pode parar. O problema de Graciliano Ramos é o mesmo do personagem-escritor João Valério, ou seja, como preencher as páginas em branco com a história de seus Caetés, quando eles estão tão longe de sua realidade? A solução para ambos é se aproximar da realidade, por isso João

Valério comporá os seus índios com características de seus amigos e Graciliano Ramos buscará, ao máximo, levar o leitor para Palmeira dos Índios, enredá-lo na história dos seus habitantes.

A fórmula é única, e é ela que distingue os escritores: a linguagem. A modorra da cidade é contrastada com o virtuosismo do seu relato: “— Pois, meninos, não foi senão isto. Quem havia de supor, hem? Estes dicionários miúdos não prestam. Faltava um pedaço da segunda página. É cavador. Parece que o Eucalipto seca os pântanos. A gente abre e não encontra nunca o que procura. E dá beleza. Vem o sargento: ‘Quarenta linhas.’ É cavador, é cavador”. (C., p. 30)

Essa é uma das “falas embaralhadas” de Padre Atanásio. A desordem mental do diretor de *A Semana* é expressa, mas também a sua perspicácia para com os movimentos da política. São várias coisas ocorrendo, o cérebro processa e dá uma resposta para cada uma delas, simultaneamente. Da discreta eficiência apontada por Osman Lins, o seguinte trecho é uma outra boa amostra: “Calou-se amuado. Acendeu um cigarro. E, à luz do fósforo, surgiram à direita calçadas altas e desiguais. À esquerda, entre sombras confusas de arvoredos, a mancha negra do açude avultava. Formas vagas, cheiro de aguardente, injúrias obscenas, sons de pífano”. (C., p. 34) Alguém amuado diz pouco e, por conseqüência, pouco fica-se sabendo do que se passa no seu espírito. A luz do fósforo pouco ilumina, calçadas altas e desiguais embaralham a visão. A mancha negra do açude avulta, mas por ser negra e pela pouca luz é quase indistinta. Formas vagas, em suma. Cheiro de aguardente que embota os sentidos. Injúrias obscenas, palavras sussurradas. Sons de pífano, dança, bebida, sopro. Todo o trecho tem uma única finalidade: pincelar o quadro de modo que fique apenas entrevisto. Há uma colaboração recíproca entre o físico e o social.

Operar com a língua, compor uma

mensagem, requer arte. A lição, em tom de *blague*, está no capítulo onze, lugar em que é discutido o texto da notícia sobre a visita de D. Josefa Teixeira à redação de *A semana*, jornaleco do Pároco local. Unificar ou desunificar, desde que de forma consciente, o tom da narrativa, faz parte do bom ou mau uso da língua. Graciliano Ramos sustenta o tom de *Caetés*, não sem uma ou outra escorregadela, como na passagem sobre as mulheres nordestinas, em que a fala do narrador assume um ar de sociólogo: “Diante das visitas, era reservada: não ia além de uma ou outra frase risonha lançada na conversação. Em família, tornava-se expansiva. É o que se observa entre as senhoras do Nordeste. Como os homens aqui são indelicados e não raro brutais, elas se esquivam, tímidas”. (C., p. 60)

Graciliano Ramos, de fato, não contemporiza, não ilude. A paisagem humana, que interiorizou aquela física, dos seus romances é uma coleção de imperfeições — Dona Engrácia: “Detestavam-na, mas temiam-lhe a língua. E era geralmente respeitada. Quinhentos contos em terras de café e algodão, prédios, letras, ações da Cachoeira e da Fernão-Velho”. (C., p. 59) O respeito que goza Dona Engrácia entre seus pares, decorre diretamente da sua riqueza, como na frase de Graciliano Ramos. Sem subterfúgios, o dinheiro é colocado no seu devido lugar: acima de qualquer outro valor.

O Barroca: “Evaristo queria eleitores conscientes, uma democracia verdadeira”. (C., p. 83) Logo ele, cavador, falso, patrimonialista. A desconfiança é justificada, não dá para crer no discurso progressista dos Barroca.

Até o mais ferino, Nazaré Miranda, se rende. Engole o seu ácido, a sua ironia: “Guiado pelo olhar dele [Nazaré Miranda]. Descobri junto à mesa o Dr. Castro, feliz e papudo, mostrando os

dentes e despejando sobre Clementina o brilho dos seus olhos pretos (...) Compreendi o reviramento de Nazaré. Estava tudo em ordem”. (C., p. 118) Que melancolia, “estava tudo em ordem”, nenhuma surpresa. A promessa de casamento da filha com um Dr. Bacharel apaga tudo, conforta, faz com que até o incrédulo perdoe.

Mas a repugnância de Graciliano Ramos aos Drs. Castro, aos tipos mofinos, dissimulados, assume proporção especial. O impulso assassino que dará cabo de Julião Tavares em *Angústia*, já se manifesta em *Caetés*: “Riram em torno, gaguejei explicações parvas e encolhi-me, rangi os dentes, sentindo a vaga tentação de estrangular o Dr. Castro, que sorria para Clementina”. (C., p. 140). Aliás, Julião Tavares, a meu ver, não é só uma espécie de duplo de Luís da Silva, como depois da observação de Laura Austregésilo, Antonio Candido sugere. É sim o outro Dr. Castro. Ou melhor, é o Dr. Castro em outro romance com outro nome e com o papel mais destacado. “A sua morte [de Julião Tavares], como bem viu Laura Austregésilo, é a vingança sobre os aspectos humanos que mais o repelem, e, convém notar, já se esboçavam no Evaristo Barroca de *Caetés*”. Esses aspectos humanos repelentes esboçavam-se no Evaristo Barroca, é verdade, mas já estavam por inteiro no Dr. Castro. Evaristo Barroca, depois que se tornou deputado, poderoso, sai do círculo de João Valério, ou o frequenta só marginalmente. É uma figura asquerosa, sem dúvida, mas distante. O Dr. Castro é quem participa do mundo de João Valério — como Julião Tavares toma parte na vida de Luís da Silva —, é o servil dependente dos favores do político poderoso, sem personalidade, oco e, principalmente, de linguagem oca. Julião Tavares é filho de capitalistas, tem uma riqueza derivada e vive no meio de pobres-diabos, é o burguês que

ainda não assumiu suas funções de mando. O ódio de Graciliano Ramos se concentra contra esse tipo, o dependente, o que é mas não é. Enfim, contra lacaios, sempre vacilantes e oportunistas, que se expressam numa fala vazia e abundante para esconder a própria falta de expressão.

Adrião, que casou com uma mulher jovem e bela e foi traído, é a contraparte do Dr. Castro. Adrião é prático e seguro de si. Pedindo satisfações a propósito do afastamento de João Valério de sua casa, não admite tergiversações. Em outra passagem, quando já recebeu a carta anônima, exige explicações objetivas de João Valério:

“—Então, Valério, não responde?— Responder... Ora está aí. De duas uma: ou o senhor não acredita, e neste caso... Olhei, por cima das grades do escritório, as pipas de aguardente e os sacos de açúcar. — Ninguém. Foram jantar. Continue, fez Adrião. E deixemo-nos de palavrorios difíceis, que não gosto deles. É verdade ou mentira?” (C., p. 181-2)

Essa a linguagem que Graciliano Ramos aprecia. Adrião é tudo o que o Dr. Castro não é. Não é empregado e não depende dos políticos, em decorrência disso tem opinião, ou melhor, não tem a obrigação, a necessidade, de se pronunciar sobre todo e qualquer assunto. O mutismo é o melhor remédio contra a ‘lambança’ verborrágica. Poder gozar do direito ao silêncio é o que almejam os personagens de Graciliano Ramos, por isso o modo como é visto Adrião por João Valério é, no fundo, respeitoso. Adrião, homem com posição econômica definida, tem o direito de falar objetivamente — coisa que nem João Valério, nem Luís da Silva (*Angústia*) e nem Fabiano (*Vidas secas*) conseguiram e que, numa outra vertente, Paulo Honório (*São Bernardo*) praticou intensamente. A lição, portanto,

diz respeito à ordem econômica. Os homens, em uma sociedade com razoável distribuição de renda, se libertariam do palavrorio oco? Por outro lado, o maior obstáculo para essa sociedade de novo tipo, seriam os Barroca e, principalmente, os Drs. Castro. Vítimas e, ao mesmo tempo, propagadores dessa sociedade contaminada e dessa linguagem empolada a serviço da classe detentora do poder. Destruir os seus representantes, liquidá-los, poderia ser o caminho, daí a vontade de estrangular o Dr. Castro e a consumação dessa vontade no assassinato de Julião Tavares. Graciliano Ramos, com enorme clareza, percebeu que o exercício do poder, mesmo na incipiente democracia capitalista, passa pelo uso da linguagem. O mundo administrado é uma realidade, mas o controle desse mundo, ao contrário do que pensou George Orwell, não se dá através de câmaras mudas que vêem, do olhar do grande irmão. São câmaras cegas que falam. A linguagem vazia da mídia é a forma indolor de entorpecimento da razão.

O romance de João Valério com Luísa só se consuma no décimo nono capítulo, dois terços do livro já percorridos. O traço de mestre de Graciliano Ramos, aludido anteriormente, lembrava esse fato. O motivo principal está sempre presente, mas em segundo plano; no primeiro plano, o narrador vai construindo um mundo de paisagens físicas, sociais e humanas que impregna toda a história, que são as condições de sua realização. E não é determinismo mecânico do meio, é a criação de um mundo fechado, onde ações e reações se condicionam reciprocamente. O fetiche, no sentido marxista do termo, isto é, de transformação do produto do trabalho humano em coisa de caráter místico, é somente latente, porque aqui vivemos em um mundo parado. Os si-

nais de produção e distribuição de objetos, em moldes capitalistas, apenas acenam, ainda de longe.

Caetés nem é preâmbulo, nem é romance defeituoso em decorrência do seu naturalismo congênito. Ao contrário, é uma grande obra justamente por dosar todos os elementos e características que farão de Graciliano Ramos um dos mais importantes escritores do país a uma realidade concreta. Com efeito, todas as qualidades do autor de *São Bernardo* estão presentes em *Caetés*, mas dadas na justa medida que requereria um argumento desenrolado numa cidadezinha estagnada do Nordeste brasileiro, onde o capitalismo na sua feição mais enérgica — e transformadora — de busca desenfreada do lucro ainda não tinha chegado. Possuir a mulher do patrão, nas condições dadas, é ato de herói problemático que se rebela contra a alienação vigente. O que o velho Adrião conseguiu através de sua boa posição social, João Valério conseguirá pela ousadia, inconformismo, vigor físico e intelecto.

Luísa se entrega no décimo nono capítulo; entre o vigésimo e o vigésimo quinto capítulos, toda a cidade parece saber e comentar o assunto. No vigésimo sexto capítulo, Adrião recebe a carta anônima e, ao contrário da famosa polêmica sobre a traição ou não de Capitu, a questão sobre quem escreveu a carta anônima não gerou praticamente nenhum comentário.


Adrião dá um tiro no peito no vigésimo sétimo capítulo, morre no vigésimo oitavo. No vigésimo nono João Valério, depois de dois meses da morte de Adrião, procura Luísa e, sem qualquer ênfase, concluem que “desapareceu tudo”. Logo no início do trigésimo capítulo, depois da informação de que três meses se passaram, somos comunicados que ele, João Valério, agora é sócio de Vitorino, irmão de

Adrião. Em seguida: “Abandonei definitivamente os caetés: um negociante não se deve meter em coisas de arte”. Mais para o final: “Gosto da Teixeira (...) No silêncio do meu quarto, penso às vezes que a vida com ela seria doce. E digo a mim mesmo que ainda podemos ter quatro filhos vermelhos, fortes e louros. Parece-me que vou casar com a Teixeira”. Tudo isso é dito num tom sombrio. É o desfecho natural das coisas, o animal se ajeita para procriar com segurança, regras e medidas obedecidas.

O romance terminou. Porém Graciliano Ramos acrescenta mais um capítulo de confissão genuína:

“**N**ão ser selvagem! Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? Quatrocentos anos de civilização, outras raças, outros costumes. E eu disse que não sabia o que se passava na alma de um caeté! Provavelmente o que se passa na minha, com algumas diferenças (...) Explosões súbitas de dor teatral, logo substituídas por indiferença completa... Admiração exagerada às coisas brilhantes, ao período sonoro, às miçangas literárias, o que me induz a pendurar no que escrevo adjetivos de enfeite, que depois risco (...) Um caeté. Com que facilidade esqueci a promessa feita ao Mendonça! E este hábito de fumar imoderadamente, este desejo súbito de embriagar-me quando experimento qualquer abalo, alegria, ou tristeza! (...) Se Pedro Antônio, Balbino, pobres-diabos que por aí vivem, soubessem exprimir-se, quantos pontos de contacto!” (C., p. 222-3).

Assim, a linha tênue que separa o narrador do autor se estreita ainda mais, ou se rompe definitivamente. Parece ser esse o salto mais inspirado, ou seja, a

interpretação direta da “pessoa” por detrás da “máscara” do personagem. Talvez seja esse o passo mais difícil, ver e reconhecer em Graciliano Ramos, por trás da sua hagiografia – com a qual ele nunca foi conivente – também os instintos mesquinhos, a violência (in)contida, o inconformismo desesperado de sossego. Ver em Graciliano Ramos uma paisagem única que alcance todas as suas paisagens. 

Anselmo Pessoa Neto é professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Notas

(1) Dois textos importantes para a crítica a Graciliano Ramos dão uma idéia dos debates e dos posicionamentos que ocorrem em relação à obra do autor alagoano. Refiro-me ao ensaio de Otto Maria Carpeaux e ao de Wilson Martins. Que se leia, como amostra, o primeiro parágrafo de ambos. Percebe-se uma continuidade na divergência. Da mesma forma, o estudo de Antonio Candido refere-se explicitamente ao texto de Carpeaux e recupera, implicitamente, a idéia central do ensaio de Wilson Martins, dando-lhe um novo viés: “Em todos eles [os livros], o problema do bem e do mal encarado de um ângulo *materialista* e que nos dois livros autobiográficos é proposto em função da sua própria vida”. Caminhos diferentes também tomam os escritos de Álvaro Lins e Rui Mourão. Nesses casos, uma síntese é proposta por Osman Lins. Em um texto curto e criativo, o autor de *Nove Novena* fornece indicações inteligentes de como abordar questões relevantes da obra de Graciliano Ramos. De importância, mas hoje suspenso pelos acontecimentos políticos e culturais, é o trabalho de Carlos Nelson Coutinho. Nem por isso João Luiz Lafetá, em um texto em tudo atual, deixa de prestar uma espécie de homenagem a uma visão datada e cuja importância deriva justamente do fato de

ser datada. Por outro lado, as manifestações acerca de *Caetés*, primeiro romance de Graciliano Ramos, de 1933, são poucas e, no geral, *en passant*. As mais aprofundadas como as de Álvaro Lins: “Um livro maciçamente ruim. A vulgaridade do ambiente do romance – e todo ele se processa através de coisas reles, pequenas intrigas e conversinhas de uma cidade do interior – parece ter contaminado a própria arte do romancista, de modo que assunto e realização permanecem no mesmo plano medíocre”. As de Carlos Nelson Coutinho: “*Caetés*, o primeiro romance de Graciliano, foi escrito entre 1925 e 1928. Essa época representa, na história do romance brasileiro, um período de domínio quase incontrastado do naturalismo, que encontrara no ‘regionalismo’ modernista – isto é, na reconstrução superficial de ambientes e de costumes exóticos – um forte incentivo. Embora contenha elementos que anunciam o vigoroso realismo da década de 30, *Caetés* é – em sua estrutura, em seu conteúdo e nas técnicas literárias que manipula – um romance naturalista.” E as de Antonio Candido: “Na obra de Graciliano Ramos *Caetés* dá a impressão, quanto ao estilo e quanto à análise, de deliberado preâmbulo; um exercício de técnica literária mediante ao qual pode aparelhar-se para os grandes livros posteriores”. São, como vimos, manifestações extremamente negativas, vinculativas ou, ainda, que apontam *Caetés* como começo um pouco trôpego.

(2) Zênia de Faria. “A ficção como crítica”. In: revista *Signótica*. Goiânia: Cegraf/UFG, n.º 3, jan/dez 1991.

(3) Graciliano Ramos. *Caetés*. Rio de Janeiro: Record.

(4) Ver a entrevista de Graciliano Ramos a Homero Senna, em que aquele dizia: “(...) Mas tinha o bom senso de queimar os romances que escrevia. Queimaram-se diversos. *Caetés*, infelizmente, escapou e veio à publicidade”.

Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro

Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil – de 1960 a 2000, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 2000, 536 pp.



A trajetória de luta e coerência teórica do Partido Comunista do Brasil é, mais uma vez, reafirmada por esta coletânea de documentos partidários lançada pela Editora Anita Garibaldi.

Em 1922, um punhado de dirigentes operários e populares fundou aquele que se tornou o partido político de vida mais longa em nosso país, o Partido Comunista do Brasil. Ao nascer, já trazia a marca do programa revolucionário, da recusa à harmonia e colaboração entre o capital e o trabalho, e da compreensão de que esta contradição será superada em uma sociedade avançada.

Sua história tem sido tumultuada, com fortes ataques da repressão e de ditaduras das elites que muitas vezes anunciaram seu fim, e ameaças liquidacionistas advindas das próprias fileiras. Mas sempre encontrou novas forças para combater tais obstáculos, para se reorganizar e seguir sua missão histórica.

Depois das mudanças explicitadas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e na própria URSS, a partir de 1956, o núcleo revisionista local, dirigido por Luis Carlos Prestes, rompeu a legalidade partidária, impôs um programa reformista, o abandono do marxismo-leninismo e da luta de classes – criando, assim, outro partido, com outro nome. A ação do núcleo revolucionário do Partido foi imediata. A reorganização – consumada em fevereiro de 1962 – acontecia, assim, como uma imposição da luta de classes e da defesa do programa revolucionário abandonado pelos revisionistas contemporâneos.

A partir desses acontecimentos, abriu-se uma nova etapa na vida partidária – cujos principais documentos estão transcritos no livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*.

Após a fase de reorganização, o Partido lutou contra o regime militar de 1964, convocando a união contra a

ditadura e o imperialismo; dirigiu a resistência armada do Araguaia; fundamentou a crítica contra as variantes do revisionismo no Brasil e no mundo; após a conquista do fim da ditadura militar, influiu nos rumos da transição democrática e na Constituinte de 1987/88.

No período da crise da ex-URSS e Leste europeu, que consolidou o retorno daqueles países ao capitalismo, atualizou a elaboração teórica defendendo o marxismo-leninismo, a revolução proletária e elaborando um projeto socialista – expresso no *Programa Socialista* – que reflete a assimilação da realidade brasileira.

O PC do Brasil deu, na década de 1990, grande contribuição para a luta teórica e prática contra o neoliberalismo e seus representantes tupiniquins. A par desse combate tem se destacado na luta pela unidade dos democratas, progressistas e nacionalistas pela construção de um novo rumo de desenvolvimento para o país, baseado na autonomia do povo brasileiro e na soberania de nossa pátria.

Desde a reconquista da legalidade, a partir de 1985 – o maior período legal de sua história de quase oito décadas –, cresceu e se fortaleceu orgânica e teoricamente, firmando-se em todo o país.

Os 25 textos reunidos nesta obra histórica têm um grande mérito: ao registrar a ação das últimas quatro décadas do Partido Comunista do Brasil, mostram a continuidade da tradição revolucionária iniciada com a sua fundação em 1922 e reafirmada em 1962.

O livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro* apresenta documentos, muitos deles inéditos para os estudiosos e, em parte, para a própria militância comunista, que acompanham quatro décadas de luta política e teórica e expressam as marcantes mudanças no cenário internacional, na vida do país e de seu povo – em especial, a dos trabalhadores e sua vanguarda.

Comissão Editorial

Adquira o seu exemplar

R\$ 35,00 (inclui despesas de correio)

Solicitações acima de 10 exemplares, desconto especial.

Pedido para Editora e Livraria Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalacqua, 158

CEP 01323-010 – São Paulo/SP – Brasil

Telefax: (11) 289-1331

Correio eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br

Poemas chineses

“A poesia da China, além de antiquíssima, é muito ligada à natureza. Seus caracteres e ideogramas estão ligados ao céu, às nuvens, às estrelas, aos lagos, aos rios, às estradas, aos longos caminhos do vento e dos redemoinhos...”

Li Tai Pô, que viveu no tempo do imperador Ming, “o esclarecido”, é considerado o maior poeta chinês, amante do vinho, da Lua; e morreu por esses dois amores, tentando, embriagado, abraçar a luz da Lua que se refletia no fundo de um lago. (...)”

Paulo Ramos Derengoski
Lages/SC

Social X jurídico

“A realidade social possui uma forte interdependência com a realidade jurídica, tanto pelo fato de o direito ser a ciência das normas obrigatórias que regem a vida da sociedade quanto pela evidente variação dos comportamentos e ideologias no decurso do tempo, o que exige uma atualização constante dos preceitos legais.

Sabe-se que os ordenamentos jurídicos precisam refletir os tipos de sociedade que regulamentam. Entretanto, não raro, constata-se que os valores de uma determinada realidade social não se coadunam com as leis vigentes ou necessitam de novas formulações normativas capazes de atender às suas modificações. Como consequência, surgem as discrepâncias entre o universo social e o jurídico, muito presentes em nosso país. (...)”

Enézio Júnior
Ilhéus/BA



Contestado, mas sim de uma milícia armada por coronéis da região.

Errata

Alertados pela carta de Jaison Bening, de Presidente Nereu (SC), constatamos que a foto publicada na quarta capa da revista 57 não se trata de revoltosos do

Acompanhe de
perto nossa luta

Assine as publicações do MST

4 edições – R\$ 25,00

8 edições – R\$ 46,00

Revista Sem Terra – Al. Barão de Limeira, 1232
Campos Elíseos - cep 01202-002 - São Paulo - SP
fone/fax: (011) 3361-3866
e-mail: semterra@mst.org.br
homepage: <http://www.mst.org.br>



Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@vento.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Random Design Ltda

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da
Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bertina, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 265-6288, USP - Livraria da Eduso - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). ARAÇAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R. Gastão Penávia, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIÂNIA: Banca do Marcão - R. 8 of Av. Anhangüera. NATAL: Cigameira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigameira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2766; Cigameira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonofax 465-5919, Shopping Tacaruna, fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonofax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylvros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodier - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonofax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366. PORTUGAL: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Um espaço com muita história para contar.



- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.

De terça a sexta 10h às 20h • Sábado 9h às 19h

• Domingo 9h às 14h

Entrada Franca

Visite a home page da Assembléia:
<http://www.alerj.rj.gov.br>

BRASIL: 500 anos de luta

Na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos

O povo brasileiro é o autor e o herói dos avanços ocorridos em nosso país; ele resulta do amálgama de povos do Novo e do Velho mundos. O processo histórico desta formação foi doloroso, brutal, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas o resultado é grandioso: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade e assimilar as diferenças, que tem uma contribuição efetiva a oferecer à convivência entre os seres humanos.

Trecho do documento
Brasil: 500 anos de luta



Tiradentes esquartejado
de Pedro Américo

